

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Hortas urbanas: acesso a alimentos saudáveis e
promoção da saúde em uma metrópole.

Letícia Machado

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestra em Ciências.

Área de Concentração: Saúde
Pública

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia
Maria Bógus

São Paulo

2023

Hortas urbanas: acesso a alimentos saudáveis e promoção da saúde em uma metrópole.

Letícia Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Pública

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Maria Bógus

Versão Revisada

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Machado, Leticia

Hortas urbanas: acesso a alimentos saudáveis e promoção da saúde em uma metrópole. / Leticia Machado; orientador Cláudia Maria Bógus. -- São Paulo, 2023.

174 p.

Dissertação (Mestrado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2023.

1. Agricultura Urbana. 2. Promoção da Saúde. 3. Ambiente Alimentar. 4. Sistema Alimentar Saudável e Sustentável. I. Bógus, Cláudia Maria, orient. II. Título. |

MACHADO, Letícia. **Hortas urbanas: acesso a alimentos saudáveis e promoção da saúde em uma metrópole**. Dissertação apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para o título de Mestra em Ciências.

Aprovado em: 16/06/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques. Instituição Universidade de São Paulo

Julgamento

_____Assinatura_____

Prof. Dra. Silvia Amaral Rigon. Instituição Universidade Federal do Paraná

Julgamento

_____Assinatura_____

Prof. Dra. Cláudia Maria Bógus Instituição Universidade de São Paulo

Julgamento

_____Assinatura_____

Dedicatória:

Dedico esta pesquisa aos agricultores urbanos e consumidores entrevistados que dentro de uma situação de pandemia cederam seu tempo e espaço para conversar com uma estranha, compartilhando informações sobre suas vidas e hábitos alimentares. Sem vocês essa pesquisa não existiria.

Agradecimentos

Fazer uma pesquisa acadêmica é uma jornada que tende a ser solitária pelos mais diversos motivos, em essência a pesquisa é realizada por um pesquisador que em algum momento da sua vida se sentiu tocado por um aspecto da realidade que o inquietava.

Ao embarcar nessa jornada sabia que haveria momentos de solidão, mas o que eu não esperava era encontrar tantas pessoas generosas que transformaram esse processo em uma jornada de troca.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Claudia Bógus, por ser uma orientadora gentil e presente, auxiliando de forma ativa para a existência dessa pesquisa.

Agradeço também as companheiras da “salinha”, Denise, Roberta, Adriana, Jaqueline, Juliana e Jessica, que entre 2019 e 2020 dividiram comigo experiências, dicas, risadas, histórias e memória. Esses momentos foram fundamentais para minha jornada como pesquisadora. Obrigada por fortalecerem em mim esse sentimento de solidariedade entre mulheres.

Entre as mulheres incríveis que conheci nessa jornada, os meu sincero obrigada à Vanessa e à Ana Maria pelas parcerias profissionais e pela amizade que construímos ao longo desse período.

Não poderia deixar de agradecer a professora Aline Martins e aos companheiros do Sustentarea. Fazer parte desse projeto incrível, ainda mais em situação de isolamento social, me possibilitou manter a sanidade mental, ao mesmo tempo que tive a possibilidade de participar de projetos que tanto me enriqueceram profissionalmente e pessoalmente. Esse respiro foi fundamental para concretização dessa pesquisa.

Agradeço aos professores Leandro Giatti e Nilson de Paula por terem composto a banca de qualificação. Suas observações feitas naquele primeiro momento ajudaram na reformulação da pesquisa.

Aos professores Silvia Rigon e Paulo Moruzzi por aceitarem fazer parta da banca de defesa.

Agradeço aos agricultores, consumidores, agentes chaves que dedicaram um tempo da suas vidas cedendo entrevista e relatos cotidianos para que essa pesquisa fosse realizada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me contemplou com uma bolsa de pesquisa entre 2019 e 2021.

Aos meus pais, por sempre apoiarem meus sonhos e vontades, mesmo quando não os entendiam. Ter a certeza de que estamos juntos em todas as situações faz os momentos difíceis serem menos duros.

Por fim, agradeço a duas pessoas essenciais para que essa pesquisa fosse concluída com sucesso, ao meu marido João e a minha irmã Lígia. Sempre serei grata pelas leituras atentas, pelas dicas e principalmente pelo suporte emocional durante essa jornada. Esse trabalho foi feito por mim, mas não seria o mesmo sem o zelo e auxílios de vocês.

Resumo:

A agricultura urbana é uma prática milenar e sua origem está atrelada a técnicas territoriais de combate à fome em épocas de crise e guerras. As hortas urbanas passaram por épocas de apagamento ou valorização, conforme o contexto histórico vivido. A partir de 1987, com a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e a valorização do planejamento territorial para construção de cidade mais equitativas, as hortas urbanas voltam a serem incentivadas. Agora, o ponto chave é a sua característica multifuncional.

Ser uma prática multifuncional significa que, além da função de produzir cultivos auxiliando na disponibilidade alimentos in natura nas áreas urbanas, ela também gera impacto positivo em outros setores como da saúde, ambientais e sociais. Para averiguar a potência do impacto da agricultura urbana em uma metrópole, foram investigadas sete hortas urbanas em diferentes pontos da cidade de São Paulo e, através da análise de dados qualitativos e quantitativos, foi possível analisar o papel das hortas urbanas para o acesso a alimentos in natura produzidos de forma sustentável. Ademais estudamos como as hortas urbanas promovem saúde ao usarem seus espaços como ponto de venda dos alimentos cultivados, construído um ambiente alimentar saudável e sustentável.

Descritivos: Agricultura Urbana, Promoção da Saúde, Ambiente Alimentar, Sistema Alimentar Local.

Abstract:

Urban agriculture is an ancient practice, and its origin is linked to territorial techniques to combat hunger in times of crisis and war. Urban gardens went through eras of erasure or appreciation, depending on the historical context experienced. From 1987 onwards, with the construction of the concept of sustainable development and the appreciation of territorial planning for the construction of more equitable cities, urban gardens were once again encouraged. Now, the key point is its multifunctional features.

Being a multifunctional practice means that, in addition to the function of producing crops helping the availability of fresh food in urban areas, it also generates a positive impact on other sectors such as health, environmental and social. In order to ascertain the potency of the impact of urban agriculture in a metropolis, seven urban gardens in different parts of the city of São Paulo were investigated and, through the analysis of qualitative and quantitative data, it was possible to analyze the role of urban gardens in access to food in natura produced sustainably. It was also analyzed how urban gardens promote health by using their spaces as a point of sale for cultivated food, building a healthy and sustainable food environment.

Descriptors: Urban Agriculture, Health Promotion, Food Environment, Local Food System

Lista de Figuras:

Figura 1- Imagens históricas de cartazes e fotografia que ilustram as campanhas em prol das hortas urbanas durante a I e II Guerra Mundial.	45
Figura 2 - Fotografias Horta Viveiro Escola Mulheres do GAU.....	110
Figura 3 - Fotografias Horta Sabor da Vitória.....	113
Figura 4 - Fotografias da Horta da Dona Sebastiana.....	117
Figura 5 - Fotografia Horta Sítio Sampa	121
Figura 6 - Fotografias Horta Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi.....	124
Figura 7 – Fotografias da horta É Hora da Horta	129
Figura 8 - Fotografia da Horta Urban Farm Ipiranga	134

Lista de Quadros

Quadro 1 - Caracterização das hortas com dados obtidos através de entrevistas realizadas com os agricultores responsáveis pelo espaço.....	36
Quadro 2: Descrição do perfil dos entrevistados	38
Quadro 3 - Significados dos Códigos utilizados para Análise de Conteúdo.	42
Quadro 4 - Tipologia de Hortas Urbanas e Periurbanas (adaptação livre inspirada em Kirby et al (2021) e Biazoti (2020)).	57
Quadro 5 - Dados de produção mais relevantes no município de São Paulo (Censo Agropecuário).	99
Quadro - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.....	103
Quadro 7 - Localização das hortas estudadas em relação ao IPVS	104
Quadro 8 - % trecho selecionados por código	144

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa de Localização Unidades Produtivas (IBGE).....	31
Mapa 2 - Mapa de Localização Unidades Produtivas e Hortas Urbanas (Sampa+Rural).....	31
Mapa 3 - Comparativo de tipos de estabelecimentos que vendem produtos alimentícios.....	79
Mapa 4 – Mapa de localização de estabelecimentos alimentícios municipais... ..	81
Mapa 5 – Mapa de círculos proporcionais de estabelecimentos que vendem produtos in natura por distrito.....	86

Mapa 6 – Mapas de número absolutos de estabelecimentos com diretrizes sustentáveis	86
Mapa 7 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Sabor da Vitória	115
Mapa 8 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Horta da Dona Sebastiana	119
Mapa 9 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Super Quadra Morumbi .	127
Mapa 10 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – É Hora da Horta	132
Mapa 11 - Mapa de influência da horta Urban Farm Ipiranga	137

Lista de Siglas

AS-----Agricultura Sustentável

PS-----Promoção da Saúde

SAN-----Segurança Alimentar e Nutricional

AU-----Agricultura Urbana

SA----- Sistema Alimentar

SAS----- Sistema Alimentar Sustentável

IAN----- Insegurança Alimentar e Nutricional

IDH ----- Índice de Desenvolvimento Humano

IPVS----- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

ONU-----Organização das Nações Unidas

CMMD----- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DCNT---- Doença Crónica não Transmissível

IBGE-----Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

POT----- Programa Operação Trabalho

PSMP-----Prefeitura Municipal de São Paulo

RMSP----- Região Metropolitana de São Paulo

AAZL----- Associação dos Agricultores da Zona Leste

ZL----- Zona Leste

ZN ---- Zona Norte

ZS---- Zona Sul

ZO---- Zona Oeste

LOSAN--- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

CNPJ----- Cadastro Nacional de Pessoa Física

CNAE--- Classificação Nacional de Atividade Econômica

Sumário

1	DELIMITAÇÃO TEMÁTICA E CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA	15
1.1	CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA	15
1.2	ESCOLHAS CONCEITUAIS	19
1.3	MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA	27
1.4	COLETA DE DADOS E RECORTE DA PESQUISA	29
1.5	DEFINIÇÃO DA AMOSTRAGEM DOS ENTREVISTADOS:	35
1.6	ANÁLISE DOS DADOS	39
2	AGRICULTURA URBANA	43
2.1	AGRICULTURA URBANA, PRÁTICA ANCESTRAL ADQUIRINDO ARES DE MODERNIDADE	44
2.2	CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA	48
2.3	MULTIFUNCIONALIDADE E TIPOLOGIA DA AGRICULTURA URBANA	52
2.4	AGRICULTURA URBANA, AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL	57
2.5	AGRICULTURA URBANA, ACESSIBILIDADE, RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	61
2.6	AGRICULTURA URBANA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE	65
3	AGRICULTURA URBANA E OS SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS E SUSTENTÁVEIS	67
3.1	SÃO PAULO: A CIDADE DESIGUAL	67
3.2	SISTEMA ALIMENTAR X SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL	69
3.3	AGRICULTURA URBANA: FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS SUSTENTÁVEIS	74
3.3.1	<i>Breve análise sobre o sistema alimentar do município de São Paulo</i>	74
3.3.2	<i>Construindo um Sistema Alimentar Sustentável</i>	83
3.3.3	<i>Do surgimento à manutenção das hortas urbanas em São Paulo</i>	87
3.3.4	<i>Problemas e desafios para o fortalecimento da Agricultura Urbana no município.</i>	91
3.3.5	<i>As redes alimentares alternativas e o potencial produtivo das hortas urbanas.</i>	96
4	HORTAS URBANAS PROMOVEDO SAÚDE	101
4.1	HORTAS URBANAS PROMOVEDO SAÚDE EM UMA CIDADE DESIGUAL	102
4.2	O PERFIL DAS HORTAS URBANAS ESTUDADAS	106
4.2.1	<i>Horta Viveiro Escola Mulheres do GAU</i>	107
4.2.2	<i>Horta Sabor da Vitória</i>	111
4.2.3	<i>Horta da Dona Sebastiana</i>	116
4.2.4	<i>Sítio Sampa</i>	120
4.2.5	<i>Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi</i>	122

4.2.6	<i>É hora da Horta</i>	128
4.2.7	<i>Urban Farm - Ipiranga</i>	133
4.3	O AMBIENTE ALIMENTAR E AS HORTAS URBANAS	138
4.3.1	<i>Variedade e quantidade de produtos</i>	141
4.3.2	<i>Qualidade e concorrência</i>	142
4.3.3	<i>Horta como ambiente alimentar que promove saúde</i>	143
4.3.4	<i>Ambientes favoráveis à saúde</i>	145
4.3.5	<i>Desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais</i>	147
4.3.6	<i>Empowerment comunitário</i>	149
4.3.7	<i>Políticas Públicas Saudáveis</i>	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	158
7	ANEXOS	168

1 DELIMITAÇÃO TEMÁTICA E CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

1.1 CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

A realização de uma pesquisa acadêmica surge a partir do interesse em compreender algum fenômeno ou processo que nos instiga. Essa inquietação, quando se trata de uma pesquisa de cunho social, tende a vir junto de um processo ideológico, que serve como combustível para o pesquisador. A maior parte das pesquisas sociais surge, então, a partir de um estreitamento da relação do pesquisador com o seu objeto de estudo.

A partir disso, pode-se dizer que a pesquisa social surge de vontades e circunstâncias socialmente postas, sendo fruto da inserção no real. Através dessa inserção é que se encontram razões e objetivos para transformar uma ação, fenômeno ou objeto em um foco de estudo e pesquisa (Minayo, pág. 15-17, 2002).

Para Minayo (2002) toda pesquisa surge de um anseio do pesquisador com relação à realidade, algum fenômeno que o inquieta. O que despertou essa inquietação em mim, a ponto de virar um tema de pesquisa, foi a agricultura urbana.

Considero a agricultura urbana uma prática extremamente interessante por possuir nuances específicas relacionadas com o meio onde são praticadas. Tem como elemento chave a heterogeneidade, ou seja, não é possível estabelecer normas quanto às suas formas de organização. Tal característica é tão marcante que dentro do âmbito acadêmico é tida como um conceito aberto, o que significa que não há uma única definição para o termo, apesar de existirem aspectos centrais que ajudam na delimitação do conceito e do objeto de estudo.

O interesse em estudar agricultura urbana surgiu após um projeto realizado na graduação. Nessa pesquisa entrei em contato com as ações de agricultura urbana (AU) que ocorriam dentro da mancha urbana do município de São Paulo. Em São Paulo a AU é uma prática que possui múltiplas características, sendo exercida em áreas urbanas e periurbanas.

Nessa época duas coisas me instigaram: por que alguém trabalharia como agricultor, um trabalho extremamente necessário, porém penoso, dentro da cidade mais urbanizada do Brasil? E qual era o impacto das hortas urbanas no acesso a alimentos saudáveis? Será que em uma cidade tão plural como São Paulo a agricultura urbana facilita ações de cunho sustentável que auxiliam na segurança alimentar e nutricional, como a bibliografia do tema afirma?

Ao realizar o primeiro projeto voltei meu olhar para o agricultor urbano, busquei entender quem era e quais eram as características deste agricultor. Como geógrafa usei como base teórica o trabalho de Milton Santos. Apropriando-me do conceito dos circuitos da economia, busquei compreender por que as pessoas se dedicavam à atividade de agricultor em uma cidade altamente urbanizada como São Paulo. Encontrei respostas, mas também terminei os campos com várias perguntas.

Para Minayo (2002) quase toda investigação acadêmica surge através de uma dúvida, uma questão ou uma pergunta vinculada a algum conhecimento anterior que faz com que olhemos de forma curiosa para um objeto que tende a não ser completamente estranho para o pesquisador. Nossa pesquisa se encaixa nesse caso, eu possuía um conhecimento prévio sobre a prática e instigada por perguntas às quais não obtive resposta decidi me aprofundar novamente no tema da agricultura urbana.

Quirvy e Campenhoudt (1998) afirmam que a escolha do tema é o passo principal para se estruturar uma pesquisa acadêmica. A escolha do tema já estava definida *a priori*: voltaria a olhar para a agricultura urbana, porém dentro de outra área do saber, utilizando novos referenciais teóricos. A decisão em fazer uma pesquisa em outra área do conhecimento está vinculada ao contato prévio que eu tive com o objeto de estudo. Ao realizar a primeira pesquisa era comum escutar os agricultores e agentes chaves utilizarem conceitos como segurança alimentar e nutricional (SAN) e sustentabilidade. O primeiro termo era totalmente estranho para mim, nunca havia estudado sobre SAN, já o segundo era um conceito familiar, apesar de não ser tão utilizado dentro da geografia. Busquei uma área de conhecimento que trabalhasse a partir da interdisciplinaridade e permitisse fazer uma interconexão entre os saberes. Dessa forma acabei migrando para área da saúde pública.

Como grande tema trabalhamos com a agricultura urbana e, a partir dela, esboçamos perguntas centrais que serviram para guiar os passos da pesquisa. Nossas indagações partiram de considerações que foram levantadas nas atividades pré campo e

no levantamento bibliográfico sobre a temática. Construimos nosso olhar para o objeto de pesquisa através das considerações feitas pelo pesquisador Luc Mougeot. Mougeot escreveu um artigo referência no tema intitulado *Urban Agriculture: Definition, Presence and Potentials and Risks* (2000); neste trabalho o autor enfatiza que o que traz particularidade à agricultura urbana não é somente a sua localização, mas sim o fato de ser uma prática que está inserida dentro de um ecossistema urbano, ou seja, é uma prática que se relaciona de forma mais direta com o sistema econômico, ecológico, social e político do local onde está inserida e é esse relacionamento que vai trazer as nuances da agricultura urbana praticada naquele local. Levando em consideração que iríamos estudar as hortas urbanas, sob a perspectiva da acessibilidade, compreendemos que devíamos olhar para a AU levando em conta as conexões que ela estabelece com os lugares onde está inserida e com as pessoas que frequentam esses espaços. Assim, esboçamos as seguintes perguntas norteadoras:

- Agricultura Urbana é uma prática local, alternativa e sustentável de produção de alimentos?
- É uma prática alternativa de abastecimento urbano, garantindo à população o acesso a alimentos frescos e saudáveis?
- Quando falamos em agricultura urbana não estamos pensando em entrepostos de venda, mas em espaços verdes dentro das cidades. Por ser um espaço diferenciado e que permite a construção de conexões (entre agricultores e entre agricultores e consumidores) ele se torna local que auxilia na realização da SAN e da Promoção da Saúde?

Com essas perguntas em mente realizamos o pré-campo. O pré-campo foi realizado durante o ano de 2019, quando foram visitadas algumas hortas da Zona Leste de São Paulo. Participamos também das atividades da pré Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir dessas experiências foi possível construir nossas primeiras impressões sobre o tema. Uma delas é que a agricultura urbana é uma prática que está inserida dentro do sistema local de abastecimento urbano, pois uma dentre as suas múltiplas características é a de produzir alimentos na cidade e, na maioria das vezes, a prática é realizada seguindo alguns princípios da agroecologia. As hortas urbanas se organizam de forma plural, além de venderem alimentos podem ser espaços de interação entre o agricultor e o consumidor, ou mesmo se tornar espaços de lazer e de conexão com a natureza para seus frequentadores.

Após as atividades de pré-campo e nutrida de algumas percepções sobre a realidades elaboramos a nossa pergunta de pesquisa. Quirvy e Campenhoudt (pág. 31-45; 1998) detalham que todo trabalho científico necessita de uma pergunta de partida. Essa pergunta irá guiar o pesquisador ao executar a coleta de dados e análise das informações selecionadas. Para os autores uma boa pergunta de pesquisa possui três qualidades básicas:

- Princípio da Clareza: Uma boa pergunta de pesquisa é clara e concisa, sendo possível que um leitor leigo sobre o tema a ser tratado entenda o que será estudado;
- Princípio da Exequibilidade: É necessário que o pesquisador seja realista em relação ao tempo de execução da pesquisa e a quantidade de pessoas envolvidas no projeto para mensurar o quão pode ser ambicioso;
- Princípio da pertinência: A pergunta tem que possuir relação com o que está no real, o pesquisador tem que entender qual a relevância do seu tema de pesquisa e como irá trazer luz ao tema que será estudado.

Levando esses princípios em consideração, elaboramos as nossas perguntas de pesquisa que foram: A agricultura urbana local garante o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis? Sendo uma prática local a AU auxilia na realização da SAN e na Promoção da Saúde nas localidades onde estão inseridas?

Elaboramos perguntas que valorizassem o princípio da conexão com o urbano. Inicialmente olhamos para o sistema alimentar do município e tentamos entender qual o papel da AU nesse sistema. Ela auxilia no acesso a alimentos? Os alimentos cultivados são saudáveis? São produzidos de forma sustentável? No segundo momento olhamos para as potências das relações estabelecidas dentro dos espaços das hortas, olhamos para as hortas que se apropriam dos princípios da agroecologia e criam áreas verdes que produzem alimentos saudáveis e sustentáveis. Será que essas hortas ecológicas são espaços de emancipação dos consumidores, auxiliando na Promoção da Saúde e na Segurança Alimentar e Nutricional?

Como isso delimitamos os seguintes objetivos:

Objetivo Central

- Entender se a agricultura urbana é um fenômeno local que consegue promover saúde por meio do acesso aos alimentos.

Objetivos específicos

- Verificar se as hortas urbanas seguem os pressupostos da sustentabilidade ao cultivar alimentos;
- Entender se as hortas urbanas promovem saúde e se sim, como fazem isso;
- Conhecer qual o impacto das hortas urbanas no acesso a alimentos saudáveis.

1.2 ESCOLHAS CONCEITUAIS

Para auxiliar no processo de investigação e análise das informações selecionamos três conceitos interdisciplinares que possuem construções e ambições em comum. São eles: agricultura sustentável (AS), promoção da saúde (PS) e segurança alimentar e nutricional (SAN).

O conceito de agricultura sustentável nos ajuda a averiguar se a agricultura urbana segue os princípios da sustentabilidade, sendo uma prática ecológica que auxilia na construção de um sistema alimentar local, saudável e sustentável.

O conceito de agricultura sustentável deriva do conceito de agricultura alternativa, que ainda é utilizado por alguns estudiosos. Sua construção emergiu entre as décadas de 1970 a 1980, vinculado ao movimento ambientalista, um importante movimento organizado pela sociedade civil, que questionava o aumento da destruição da natureza. Para os ativistas ambientais era necessário estabelecer uma relação mais harmônica com a natureza, já que a sua depredação desenfreada causaria escassez de recursos e a extinção de espécies de flora e fauna (Costa, 2010; Monteiro e Londres, 2017). O movimento ambientalista era amplo e constituído por várias frentes, entre elas havia um grupo que olhava para o impacto que a revolução verde causava na organização das atividades agrícolas.

No Brasil, os ativistas ambientais defendiam que a revolução verde havia trazido mais ônus que benefícios. Entre as consequências da adoção desse modelo na estruturação das atividades agrárias está a ampliação da destruição ambiental, diminuição da diversidade biológica no campo, concentração de terras, aumento da violência e da fome (Caporal e Azevedo, 2011; Marquês, 2001; Burigo e Porto, 2021).

As consequências negativas ocasionadas pela revolução verde fortaleceram a procura por práticas alternativas de produção. Desta forma, em 1981, pesquisadores, agricultores e ativistas organizaram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). Nesse encontro o destaque foi para as práticas de manejo locais e para as ações territoriais. Havia o entendimento que as práticas locais de produção poderiam ser eficientes e ambientalmente mais responsáveis (Monteiro e Londres, 2017; Caporal e Azevedo, 2011). A agricultura alternativa surgiu como movimento de resposta à Revolução Verde¹: seus ideais eram pautados nas ações territoriais, na valorização da mulher agricultora, no fortalecimento dos circuitos curtos de produção e na realização de manejos ecológicos do solo.

Paralelo aos movimentos de agricultura alternativa, em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o relatório *Nosso Futuro em Comum (Our Common Future)*, estruturado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD). O projeto foi liderado por Gro Harlem Brundtland, diplomata, médica e ex-primeira-ministra da Noruega e contava com especialistas de diferentes áreas de conhecimento que tinham como missão pensar em formas de crescimento (econômico e social) que não fossem tão predatórios ao meio ambiente. Deste relatório surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável que ganhou mais notoriedade após a ECO-92. A ECO-92 foi a primeira conferência sobre desenvolvimento sustentável, organizada pelo ONU, e tinha como objetivo discutir novas formas de desenvolvimento, sendo também um espaço onde sociedade civil, especialistas e governo assumiram o pacto de reduzir a degradação ambiental e pensar em formas sustentáveis de se desenvolverem.

A partir da divulgação e ampliação do conceito de desenvolvimento sustentável, alguns pesquisadores começaram a utilizar o conceito de agricultura sustentável ao invés de agricultura alternativa. Apesar de não ser um conceito com delimitações precisas, a agricultura sustentável norteia-se pelo princípio da sustentabilidade ecológica.

¹ Revolução Verde é o nome dado para a revolução agrícola contemporânea que entra em vigor no Brasil a partir da década de 1960. É uma forma de organização e manejo das atividades agrárias que tem como objetivo industrializar as atividades camponesas. Para isso, faz uso de pacotes tecnológicos que são compostos por: máquinas, insumos e fertilizantes químicos (agrotóxicos) e sementes transgênicas. É conhecida por ser uma modernização tecnológica socialmente conservadora, as ferramentas agrícolas são modernas, mas mantém o campo dentro de uma estrutura social arcaica com concentração de terras (latifúndio), contaminação ambiental e substituição dos biomas naturais por paisagens monótonas (monocultura extensiva) (Mazoyer e Roudart, 2010; Moreira, 2000).

Miguel Altieri (1999) no livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* destaca que a agricultura sustentável baseia-se na produção de alimentos oriundos da agricultura camponesa, produzidos com recursos locais dando prioridade ao mercado interno, sempre na perspectiva de mínima dependência de insumos externos, buscando a sinergia entre diversos componentes que estruturam os agroecossistemas. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas através da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas. Todo esse processo é construído através da valorização do conhecimento e das técnicas utilizadas pelos camponeses.

No início dos anos de 1990 o conceito de Agroecologia é incorporada no Brasil como uma evolução do conceito de agricultura alternativa. A agroecologia é tida como uma ciência que utiliza os princípios da ecologia para construir sistemas agrícolas mais eficientes. Ela mescla os saberes científicos e acadêmicos com os conhecimentos, saberes e técnicas tradicionais dos camponeses, povos tradicionais e quilombolas (Monteiro e Londres, 2017).

A agroecologia não está pautada somente na diminuição do uso de agrotóxicos e substituição de insumos sintéticos por naturais, ela prega mudanças multilíneas nas formas de manejo dos agroecossistemas, que devem seguir princípios ecológicos, da organização das atividades agrárias e devem respeitar as singularidades dos territórios e dos povos que habitam esses espaços, fortalecendo as redes locais de produção e comercialização onde os atores sociais (agricultores, consumidores) sejam respeitados e empoderados (Caporal e Azevedo, 2011).

Apesar de não estarmos olhando para uma ação que acontece no campo ou na zona rural, a agricultura urbana é uma prática voltada para a produção de alimentos que possui várias similaridades com as ações que ocorrem nas áreas rurais. Além disso, entender a agricultura urbana através do viés da sustentabilidade e da agroecologia nos permite cruzar conceitos que partem de pressupostos similares, como os de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (SAN), o que nos auxilia a responder nossa pergunta de pesquisa.

Para Azevedo e Pelicioni (2011) os conceitos de Agroecologia, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional estão fundamentos no mesmo ideário, que preza pela intersetorialidade e pelo fortalecimento do empoderamento social, são conceitos que podem ser trabalhados de forma conjunta nas análises de pesquisa. Para as autoras ações realizadas nessas áreas de estudo e pesquisa estimulam a sustentabilidade.

O conceito de segurança alimentar aparece após a 1ª Guerra Mundial. Neste contexto, a segurança alimentar estava vinculada à segurança nacional. Havia o entendimento de que a soberania nacional dependia da sua capacidade de auto-suprimento de alimentos (Nascimento *et al*, 2010; Maluf *et al*, 2015).

Passada a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, a preocupação com a segurança alimentar e a fome ganhou mais notoriedade e a partir de 1970 esses temas foram utilizados como justificativas para fortalecer a expansão da Revolução Verde, principalmente nos países subdesenvolvidos. Nesse período o pensamento que estava em vigor era que não havia alimento suficiente para todas as pessoas, por isso era necessário ampliar a produção de alimentos através da modernização da agricultura. Contudo, ao passar da década de 1970, notou-se que a fome não diminuiu, mesmo com as novas tecnologias aplicadas através da Revolução Verde. A partir de então os problemas da fome e da desnutrição passaram a ser associados a dificuldades de se concretizar o acesso aos alimentos (Nascimento *et al*, 2010; Rigon e Bógus, 2015; Maluf *et al*, 2015).

No Brasil as primeiras associações entre acessibilidade e fome foram feitas por Josué de Castro em 1930. Castro era médico sanitário e participou de caravanas expedicionárias pelo Brasil e a partir dessas viagens escreveu o livro *Geografia da fome*, no qual expunha que a fome era um problema endêmico no país, sendo sua principal causa fatores políticos e sociais. A partir das suas denúncias a fome entra na agenda política brasileira.

Entre 1940 e 1970 políticas públicas de caráter assistencialista foram implementadas para apaziguar a insegurança alimentar que atingia a população brasileira. A partir da década de 1990, com a redemocratização do Brasil, a sociedade civil organizada pressionou para que o tema da segurança alimentar voltasse a ser pautado na agenda pública. Em 1993 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), um espaço de articulação entre a sociedade civil e o governo. Apesar do seu importante papel no processo participativo e de organização de ações, o conselho foi fechado em 1995, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Como forma de resistência a sociedade civil organizou o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) que aconteceu em 1998 e iniciou a discussão sobre a reformulação do conceito de Segurança Alimentar para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Nascimento *et al*, 2010; Rigon e Bógus, 2015).

Em 2002, com a mudança de governo, o CONSEA foi reativado e, em 2004, aconteceu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Um marco importante dessa conferência foi a reformulação do conceito de Segurança Alimentar que passou a ser denominado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Essa reformulação ampliou o significado do conceito, que passou a incluir a questão nutricional (food security) e a segurança dos alimentos (food safety) (Costa e Bógus; 2012).

O CONSEA (2004) prega que a segurança alimentar e nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Os avanços obtidos na temática da SAN foram possíveis graças aos movimentos populares, à sociedade civil organizada, aos pesquisadores e ativistas que, independentemente do governo que estivesse no poder, sempre se organizaram para defender a construção de ações em prol da SAN.

Cabe destacar que a elaboração de um conceito amplo de SAN foi possível graças ao trabalho conjunto realizado por ativistas da área de agricultura e abastecimento e da saúde coletiva e nutrição. Através dessa união foi construído um conceito amplo que entende a segurança alimentar e nutricional como um direito universal que está atrelado ao desenvolvimento rural justo e equitativo e que promova saúde de forma ampla, com qualidade de vida e não somente ausência de doenças (Rigon e Bógus, 2015).

Através desses esforços, em 2006 é instituída a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), um marco na defesa da segurança alimentar no país. A lei está pautada nos princípios da universalidade, da equidade e da representatividade.

De forma resumida, a LOSAN (Brasil, 2006) entende que a SAN só será alcançada se houver: a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção sustentável advindos, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização justa (de preferência produzidas em circuitos curtos). A universalidade ao acesso deve estar presente nos acordos internacionais, nas políticas de abastecimento e distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como se preocupar com a geração de emprego e a redistribuição da renda. Ainda expõe que é necessário:

- A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
- A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
- A produção de conhecimento e o acesso à informação;
- A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (Brasil, 2006).

Pode-se notar que o conceito de SAN navega entre a área da saúde coletiva e da agricultura sustentável, unindo características de ambas. A conexão entre tais conceitos nos permite entender que para alcançar a segurança alimentar e nutricional é necessário unir ações de diversas frentes.

Por conta de sua complexidade e intersectorialidade a SAN articula-se com os conceitos de agricultura sustentável e promoção da saúde. Como exposto acima há aspectos que regem o conceito de segurança alimentar que os articula com a nova visão de promoção da saúde.

O conceito de promoção da saúde pode ser compreendido a partir de dois paradigmas que concebem o que é saúde de forma adversa, sendo eles: o paradigma biomédico e o paradigma socioecológico. Traremos uma breve contextualização dos dois paradigmas, para que haja uma compreensão histórica de como surge a visão de promoção da saúde atrelada à busca por qualidade de vida.

Até meados de 1987 o preceito que pautava os debates na área da saúde coletiva era o da ausência de doença. Nessa perspectiva a saúde é vista como uma questão médica, essa forma de olhar para saúde está vinculada ao paradigma biotecnológico, onde o método científico produz as respostas para os problemas do mundo. O foco desse paradigma é a diminuição do risco de uma pessoa ficar doente (Ferraz, 1998). Dentro dessa perspectiva há uma culpabilização do indivíduo que é visto como único responsável por se manter saudável.

O paradigma biomédico foi o dominante até o final dos anos de 1980 quando houve uma retomada do pensamento social dentro da saúde coletiva. Este olhar social em saúde ocorreu pela primeira vez no século XVIII através de um estudo realizado por Johann Peter Frank que publicou o livro *A Miséria do Povo, Mãe das Enfermidades* como forma de defender sua tese de pesquisa. Sua obra foi tão importante que influenciou uma geração de médicos sanitaristas, como Chadwick na Inglaterra e Virchow e Neumann na Alemanha (Terris, 1992 *apud* Buss, 2000).

Esta releitura da concepção mais social de compreender saúde ressurgiu em meados do século XX, quando ocorre na Europa e América do Norte o movimento da 2ª revolução epidemiológica. A 2ª revolução epidemiológica defendia que ações em prol da saúde deveriam ser voltadas para melhorias dos ambientes e do estilo de vida de cada sociedade (Ferraz, 1998).

Basicamente a 2ª revolução epidemiológica retoma os princípios de uma análise social em saúde, fortalecendo o paradigma socioecológico que afirma que as ações preventivas em saúde devem buscar melhorias nos ambientes e no estilo de vida de cada sociedade. O paradigma socioecológico busca entender a falta de saúde através de aspectos que giram em torno de questões ambientais (ecológicas), sociais (renda) e políticas defendendo que a promoção da saúde está atrelada à busca por uma qualidade de vida decente a todos. Os precursores deste movimento pautavam a necessidade de analisar os fatores socioeconômicos como causadores de doenças, sugerindo que o método deveria ser indiferente ao fato de essas doenças serem transmissíveis ou crônico-degenerativas. Defendia-se a ideia de que promover saúde era a chave para evitar que as pessoas ficassem doentes (Jenick, 1990 *apud* Ferraz, 1988; Buss, 2012).

A concepção socioecológica teve grande influência no Canadá que adotou os princípios sociais na promoção da saúde para reformular o seu sistema de saúde. Esta reorganização do sistema de saúde ocorreu graças às ações de Marc Lalonde (Ferraz, 1998). Lalonde foi ministro da saúde do Canadá e notou que o crescente aumento dos gastos com assistência em saúde não estava melhorando a qualidade de vida da população. Preocupado com o caminhar da saúde no país, Lalonde, que era epidemiologista, escreveu, em 1974, o informe *A New Perspective on the Health of Canadians*, mais popularmente conhecido como Informe Lalonde. Neste documento são indicados quais seriam os principais determinantes de saúde, divididos em quatro esferas: biologia humana, ambiente, estilo de vida e assistência em saúde. A articulação entre

essas esferas determinariam a situação de saúde de um indivíduo (Buss, 2000; Buss, 2009).

Esse novo olhar para a saúde parte não só de um descontentamento financeiro com os gastos em saúde, mas também da percepção que os investimentos em biomedicina não estavam sendo frutíferos. Notou-se um aumento na porcentagem de cidadãos com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), isso influenciou na busca por outras formas de pensar e promover saúde (Buss, 2009).

Somente dez anos após a publicação do Informe Lalonde, em 1986, é que aconteceu a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, patrocinada pela organização mundial de saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde e Bem-Estar do Canadá e pela Associação Canadense de Saúde Pública.

O principal produto da conferência foi a Carta de Ottawa que definiu quais seriam os pré-requisitos fundamentais para a promoção da saúde. De forma geral ficou entendido que promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (Brasil, 1986).

A Carta de Ottawa foi um marco importante e influenciou a difusão do conceito de promoção de saúde baseada no paradigma socioecológico, que é o qual utilizaremos nessa pesquisa.

Após a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, outras duas conferências trouxeram diretrizes que aproximaram ainda mais a promoção da saúde da temática da SAN e da sustentabilidade. A II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, aconteceu em Adelaide na Austrália e enfatizou como a alimentação saudável é um elemento fundamental para prevenir diversos tipos de doenças, principalmente as DCNT (Buss, 2009; Azevedo e Pelicioni, 2011). Já na III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada na cidade de Sundsvall, Suécia, destacou a preservação do

meio ambiente e construção de ambientes saudáveis como luta essencial para a realização da promoção da saúde (Buss, 2009).

Através dessas informações, podemos entender que promover saúde é criar e assegurar meios que ampliem a qualidade de vidas das pessoas, favorecendo uma situação de bem-estar coletivo. Dessa forma, a construção da saúde não é feita somente pelo setor da saúde, mas pela interconexão de vários setores, como moradia, renda, emprego. Isso significa que saúde não é uma obrigação individual, mas sim uma prática de múltiplos atores, sendo responsabilidade do governo operacionalizar a saúde em suas diversas frentes de ação (Westphal,2003).

Entender a origem dos conceitos nos permite articular os aspectos em comum e compreender de que forma eles podem nos ajudar a responder nossa pergunta de pesquisa. De forma resumida os conceitos selecionados foram construídos através de uma nova leitura de algo que já existia e/ou ocorria. Há então uma crítica à forma como as estruturas de poder estão organizadas, entendendo que elas ampliam as desigualdades.

Acreditamos que esses conceitos nos ajudarão a vislumbrar quais são as potencialidades da prática da agricultura nas cidades, principalmente o seu impacto na realização do acesso a alimentos in natura saudáveis e sustentáveis.

1.3 MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA

Para cumprirmos com os objetivos da pesquisa optamos por realizar uma pesquisa qualitativa. Essa opção parte do entendimento de que o método qualitativo de pesquisa permite que o pesquisador analise o objeto através do universo dos significados, das vontades, dos valores e atitudes (Minayo, 1993). O método qualitativo produz informações contextuais, priorizando o significado do fenômeno analisado ao invés da quantidade e frequência de uma informação (Nogueira-Martins e Bógus; 2004).

Nosso interesse foi olhar para a agricultura urbana através do seu potencial de transformação, seja dos indivíduos, dos espaços ou das comunidades onde as hortas estão localizadas. Para isso, buscamos entender quais são as relações estabelecidas entre as pessoas e o espaço da horta, o que significa aquele espaço para elas, qual o impacto da

horta na qualidade de vida daquelas pessoas ou grupo e também a relação da horta com o sistema alimentar em que ela está inserida.

A pesquisa qualitativa permite que tenhamos a compreensão da realidade humana que é vivida socialmente, nos possibilita olhar para o cotidiano que cerca o fenômeno estudado e, a partir daí, traçar os vínculos que o constituem, algo que não é realizado em uma pesquisa quantitativa. Dessa forma, é possível que o pesquisador se dedique a estudar os processos e se debruce em entender como os fenômenos ocorrem e que relações são estabelecidas por conta da sua existência. A nossa pesquisa quis entender as relações que são estabelecidas a partir da existência das hortas, nos permitindo vislumbrar as possibilidades de transformação que são suscitadas pela existência daquele espaço. Essas transformações podem ser físicas nos ambientes onde as hortas estão inseridas ou podem ser nos hábitos das pessoas que frequentam as hortas urbanas (Nogueira-Martins, Bógus; 2004).

Existem diversas formas de se realizar uma pesquisa qualitativa; entre as técnicas utilizadas estão as de cunho participativo. As pesquisas de cunho participativo não possuem um único modelo, ou seja, elas podem ser executadas em diferentes formatos como: a pesquisa-ação, a observação participante, a participação observante entre outros. O que caracteriza uma pesquisa participativa é a inserção e a interação do investigador com o seu objeto de estudo (Perruzo, 2017).

Inicialmente tínhamos a intenção de realizar uma pesquisa-ação, onde haveria maior conexão entre pesquisador e o objeto de estudo. Contudo, por conta da pandemia de Covid-19, foi necessário mudar a estratégia e, levando em consideração o princípio da exequibilidade, optamos por utilizar a técnica da observação participante.

A observação participante teve sua origem nos estudos etnográficos, em que os pesquisadores iam *in loco* observar o fenômeno estudado para conseguir maior detalhamento sobre o objeto de seu interesse. Essa técnica permite a observação do cotidiano do sujeito que está sendo estudado, nutrindo essa pesquisa com detalhes que passariam despercebidos em outros tipos de técnica.

As principais características dessa técnica são: visitas a campo; inserção do pesquisador no núcleo estudado, porém mantendo um distanciamento para não ser confundido como um membro do grupo. O pesquisador é autônomo no processo de pesquisa (sujeito pesquisado é passivo). A participação nesse tipo de técnica está associada ao fato do pesquisador ser aceito no grupo pesquisado, basicamente o objeto

que será analisado sabe que ocorrerá a observação, entende que há uma pesquisa sendo feita e aceita participar dela (Perruzo, 2017).

Para realizar a observação participante, realizamos contato prévio com os agricultores responsáveis pelas hortas urbanas selecionadas para o estudo, explicamos sobre o projeto e os convidamos para participar do estudo, com o aceite dos agricultores iniciamos o processo de observação que ocorreu de forma presencial e através da inclusão em grupos online.

1.4 COLETA DE DADOS E RECORTE DA PESQUISA

O recorte espacial da pesquisa foi o município de São Paulo, mais precisamente as hortas localizadas dentro das manchas urbanas do município. Segundo o censo agropecuário, de 2017, São Paulo possui 550 hortas que estão divididas nas áreas urbanas e rurais. Nesse levantamento há hortas espalhadas por quatro macrozonas do município, na zona norte há 145 unidades produtivas, na zona leste foram identificadas 94 unidades produtivas, a zona sul possui 309 unidades produtivas, grande parte na zona rural e pôr fim a zona oeste que só possui 02 unidades produtivas catalogadas, não foram identificadas unidades produtivas na zona central do município.

A prefeitura de São Paulo, através do projeto Ligue o Pontos², produziu o próprio levantamento³ das unidades produtivas e hortas urbanas existentes no município. Para averiguar o número de unidades produtivas existentes na zona rural, foi realizado um censo agropecuário municipal, o qual averiguou a existência de 369 áreas de cultivos. O levantamento urbano foi feito em parceria com instituições e organizações não

² Projeto Ligue os Pontos foi elaborado pela Prefeitura de São Paulo, com objetivo de concorrer ao desafio Prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies. O município concorreu com outras 290 cidades, sendo o vencedor do desafio. A prefeitura recebeu um montante de 5 milhões de dólares para pôr o projeto em prática. Segundo a prefeitura de São Paulo: “O ligue os pontos é uma plataforma digital que pretende potencializar as políticas públicas relacionadas à cadeia de valor da agricultura local, envolvendo produtores, distribuidores e consumidores. A ação tem o objetivo contribuir para facilitar e ampliar a distribuição do alimento produzido pela agricultura familiar até a mesa das crianças nas escolas, por exemplo” (PMSP, 2016).

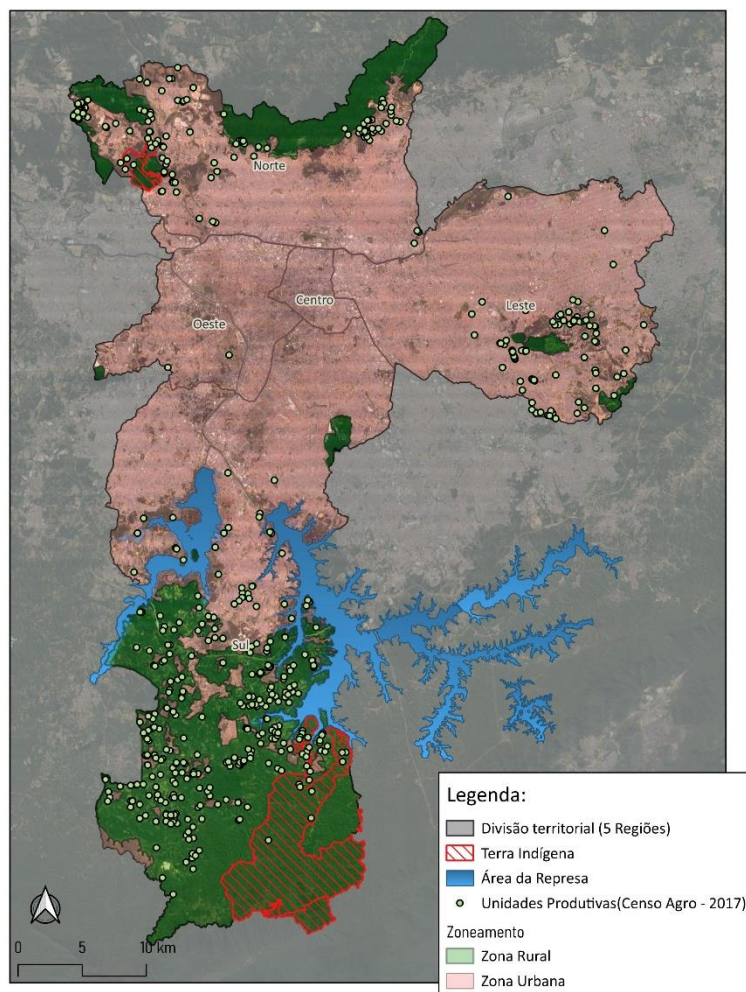
³ Os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados em abril de 2023, é possível que haja uma mudança no número de experiências contabilizadas, já que atualmente é possível cadastrar novas iniciativas de forma participativa, através do site <https://sampaismaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>.

governamentais chegando ao montante de 339 hortas urbanas. Na zona urbana as hortas foram distinguidas em duas categorias centrais: hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos, não sendo possível apurar através dos dados tabulares qual o número de hortas urbanas teriam como função principal a produção de alimentos versus número de hortas comunitárias que possuem outros objetivos diversos (educação alimentar, educação ambiental, lazer, função terapêutica e afins). Segundo os dados espaciais entre unidades produtivas e hortas urbanas há 500 estabelecimentos na zona sul, 83 estabelecimentos na zona leste, 61 estabelecimentos na zona norte e 14 estabelecimentos na zona central.

Os mapas abaixo trazem informações sobre a localização das unidades produtivas e das hortas urbanas. O mapa 01 foi elaborado com dados espaciais abertos disponibilizados pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). O IBGE a cada dez anos realiza o censo agropecuário com informações sobre as unidades produtivas de todo o Brasil. O mapa 02 foi produzido com os dados abertos disponibilizados pela prefeitura de São Paulo. A prefeitura utilizou para a Zona Rural a terminologia unidade produtiva e para a zona urbanas hortas urbanas. Existem mais unidades produtivas no mapa do IBGE, isso ocorre porque em um primeiro momento o levantamento da prefeitura foi destinado exclusivamente para a zona sul do município.

É possível notar que há pontos em comum entre os dois mapas, contudo o mapa elaborado com os dados da prefeitura traz mais informações. Isso ocorre pela amplitude e recorte de investigação de ambas a pesquisa. A prefeitura de São Paulo fez um levantamento que incluía as hortas urbanas fossem elas de caráter produtivo ou não, no mapa utilizamos cores diferentes para identificar hortas urbanas de hortas em estabelecimentos públicos (caracterização existente nos dados espaciais) que tendem a ter função educativa.

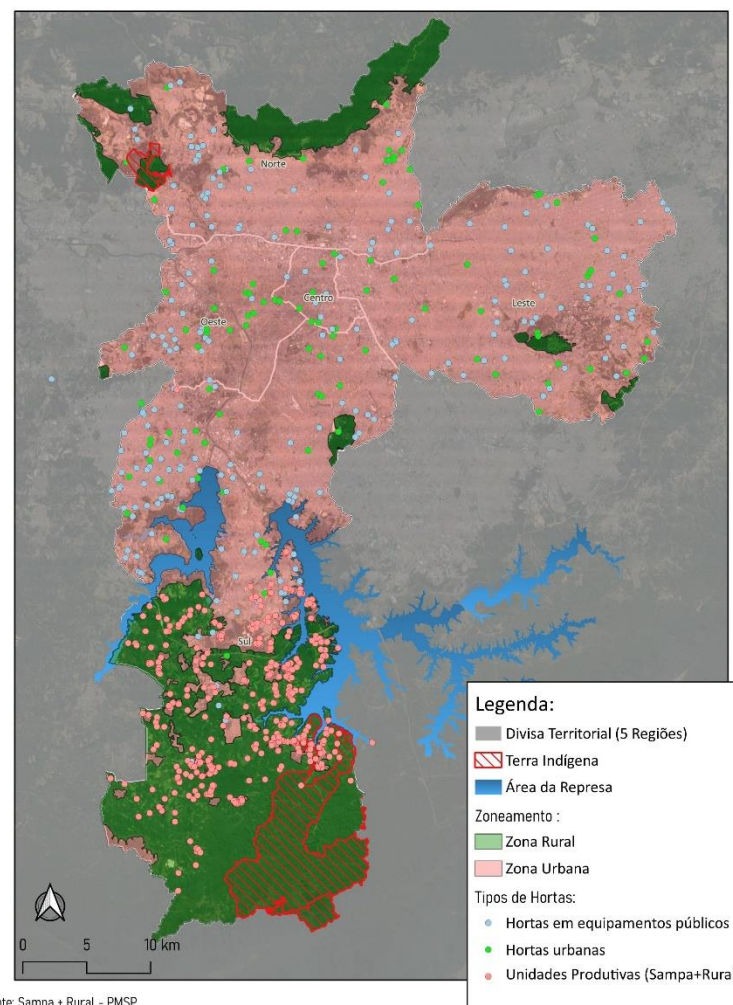
Mapa 1 – Mapa de Localização Unidades Produtivas (IBGE)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Geosampa - PMSP

Fonte: O Autor, 2023.

Mapa 2 - Mapa de Localização Unidades Produtivas e Hortas Urbanas (Sampa+Rural)



Fonte: Sampa + Rural - PMSP
Geosampa - PMSP

Fonte: O Autor, 2023.

A Zona Leste de São Paulo possui um histórico político de incentivo a hortas urbanas. Nossa intenção era focar nas hortas da Zona Leste de São Paulo, o que foi inviabilizado por conta da pandemia de Covid-19. Adaptamos nossa estratégia e reformulamos os parâmetros para a seleção das hortas a serem estudadas. Para isso foram feitos três recortes:

As hortas selecionadas deveriam obrigatoriamente estar em transição ou realizar manejos ecológicos; isso é não utilizar insumos químicos sintéticos ou agrotóxicos além de optar por venda local dos alimentos cultivados. Ademias, deveriam ter como atividade principal a produção de alimentos para auxiliar no abastecimento municipal, para que fosse possível dimensionar as possibilidades de se concretizar a acessibilidade aos alimentos;

Os espaços de comercialização dos produtos das hortas deveriam ser democráticos, ou seja, locais de livre acesso que aceitassem a presença dos mais variados tipos de pessoas, sem restrição de raça, gênero e orientação sexual.

Levando esses tópicos em consideração iniciamos a busca pelas hortas que fariam parte do estudo, utilizando a base de dados do Sampa+Rural,⁴ um repositório *on-line* da Prefeitura de São Paulo com dados de estabelecimentos voltados para a construção de um sistema alimentar saudável e sustentável. Após a seleção das hortas realizamos uma pesquisa na internet e nas redes sociais para descobrir mais sobre o manejo e função daquele espaço. A seguir entramos em contato por telefone para fazer a primeira aproximação com os agricultores.

Considerando que estávamos enfrentando a pandemia de Covid-19 com repercussões sobre a mobilidade de todos, selecionamos uma horta em cada grande região. Entendemos que escolher uma horta em cada grande zona nos permitiria observar possíveis diferenças associadas a fatores de localização, o que traria elementos

⁴ Sampa+Rural é uma plataforma on-line de dados abertos que tem como objetivo agregar em um único ambiente virtual informações sobre iniciativas que auxiliam o município de São Paulo a fortalecer um sistema alimentar saudável e sustentável. É possível encontrar informações sobre a zona rural do município, produtores agrícolas do município, pontos de venda de alimentos de circuito curto e advindos da produção agrícola municipal. Além disso, há dados sobre iniciativas locais e organizações da sociedade civil que trabalham em prol da alimentação saudável e sustentável. Para saber mais: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/sobre>

interessantes para o trabalho. Ao final, foi possível fazer trabalho de campo em sete hortas: duas horta na zona oeste, uma na zona sul, uma na zona norte e três na zona leste.

Na zona leste existe a associação de agricultores da zona leste (AAZL), o que facilitou o contato com os agricultores dessa região, por esse motivo selecionamos um maior número de hortas nesta zona, já na zona oeste uma das hortas estava somente realizando entregas por delivery e, por isso, buscamos mais uma horta que estivesse aberta ao público.

Após a delimitação do recorte espacial, definimos e organizamos as etapas que auxiliariam no processo de coleta de dados, pensando no recorte espacial do nosso objeto de estudo, utilizamos a técnica da triangulação de coleta de dados para criar a nossa base de informações a serem analisadas.

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto em estudo. Parte de princípios que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos (Trivinos, pág. 138, 1987).

Trivinos (1987), ao citar a técnica da triangulação na coleta de dados, explica que essa técnica permite que o pesquisador navegue entre diferentes escalas de informação para ter uma compreensão ampla do objeto que está sendo estudado. A partir dessa afirmação dividimos a coleta de dados em três etapas:

A primeira etapa foi a seleção e exploração de dados secundários abertos. Dados abertos são aqueles que estão disponíveis para serem utilizados por toda a população de forma gratuita. Para nossa pesquisa selecionamos as informações do Censo Agropecuário, que é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que tem como objetivo caracterizar o espaço agrário no Brasil (o último censo aconteceu em 2017). Também utilizamos os dados do SAMPARURAL, uma base de dados do município de São Paulo que traz um levantamento sobre todos os pontos de agricultura urbana do município. Por fim, usamos as bases de dados da Fundação Seade que produz estudos sobre o Estado de São Paulo. Esses dados nos permitem olhar de forma macro para organização do município e entender qual o papel da agricultura urbana dentro da ordenamento municipal de abastecimento alimentar.

A segunda etapa foi a realização da observação participante. Nessa etapa elaboramos diários de campo, nos quais anotávamos como era o cotidiano das hortas visitadas. Os diários foram feitos com textos narrativos sobre um dia de atividades na horta, foram tiradas fotos para ilustrar como os espaços eram organizados. Os diários nos ajudaram a entender o ambiente onde o fenômeno do acesso aos alimentos acontece e as situações de interação nesses espaços. Infelizmente a pandemia limitou a possibilidade de realizarmos visitas regulares às hortas selecionadas, por isso buscamos outras maneiras para estarmos próximos do cotidiano e dos assuntos abordados pelos que frequentavam esses espaços. Uma forma encontrada foi pedir aos agricultores e agentes chaves de nos inserirem em grupos on-line: fomos colocados em grupos de vendas, grupos de associações e de pesquisa, o que nos aproximou das dinâmicas que ocorrem nas hortas estudadas. Duas ou três visitas foram realizadas em cada uma das hortas. Em todas as ocasiões a pesquisadora passou pelo menos metade do dia nas hortas e anotou os acontecimentos em um diário de campo.

Na terceira e última etapa realizamos entrevistas com consumidores, agricultores e agentes chaves. Optamos por questionários semiestruturados, pois essa opção valoriza a presença do investigador ao mesmo tempo em que garante ao entrevistado liberdade de discorrer sobre as perguntas aplicadas garantindo mais espontaneidade nas respostas o que enriquece a investigação (Trivinos, 1987). Há uma interação entre entrevistado e entrevistador que, apoiado em conhecimentos prévios, pode fazer novas indagações para complementar as informações coletadas. Dentro da técnica da triangulação a entrevista semiestruturada permite conhecer melhor os sujeitos da pesquisa, trazendo nuances para narrativa que são exclusivas daquele indivíduo, com isso construímos o *corpus* do nosso projeto.

Bardin (2016) diz que o *corpus* de um projeto são os documentos que passarão por procedimentos de análise e ajudarão o pesquisador a construir a parte analítica da pesquisa. A pesquisadora determinou cinco regras que foram levadas em consideração ao delimitar o *corpus* do projeto, são elas:

- Regra da exaustividade: todos os documentos devem ser levados em consideração, analisados e, somente após isso, descartados caso não sigam os parâmetros da pesquisa;

- Regra da não seletividade: o pesquisador não deve excluir um documento, entrevista ou recorte simplesmente porque essa informação vai contra as hipóteses ou interesses do pesquisador;
- Regra da homogeneidade: é necessário estabelecer critérios claros e precisos de seleção da documentação que será utilizada para que os documentos conversem entre si mantendo uma homogeneidade na análise das narrativas;
- Regra da representatividade: Essa regra é mais utilizada para análise de produtos literários (revistas, jornais) onde a seleção de uma amostra é suficiente, já que a estrutura e características fundamentais do fenômeno ou objeto são similares, permitindo que se faça um recorte dimensional;
- Regra da pertinência: os documentos selecionados devem possuir relação com o problema de pesquisa.

1.5 DEFINIÇÃO DA AMOSTRAGEM DOS ENTREVISTADOS:

A definição da amostragem em uma pesquisa qualitativa não está vinculada a um número expressivo de entrevistas, sendo permitida a utilização de recursos diversos para a delimitação da amostra. Entretanto, isso não significa que a amostragem seja estipulada de forma aleatória; é necessário seguir critérios específicos para essa seleção.

[...] ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc.), o tamanho da amostra (Trivinos, pág.132, 1987).

Quadro 1 - Grupos Entrevistados

Grupos	Agentes Chave	Agricultores	Consumidores
Nº de Entrevistados	07	06	23

Foram entrevistadas 36 pessoas divididas em três grupos: agentes chave, consumidores e agricultores. Para realizar a pesquisa fizemos três seleções de amostragem diferentes, que serão descritas abaixo.

A primeira seleção foi a dos agricultores que seriam entrevistados. Essa seleção teve caráter geográfico, já que foi pautada nas hortas que passaram pelo crivo do recorte espacial dos locais que seriam visitados para as atividades do campo. Foram entrevistados seis agricultores. A entrevista foi semiestruturada sendo realizada em uma visita presencial ou no formato *on-line*, de acordo com o que fosse mais conveniente para o agricultor. Infelizmente não foi possível conversar com o agricultor da Horta da Zona Sul, por conflitos de horário.

Quadro 2 - Caracterização das hortas com dados obtidos através de entrevistas realizadas com os agricultores responsáveis pelo espaço

Agricultor/ Horta	Região	Terreno	Manejo	Associação	Certificação
Super Quadra Morumbi	Zona Oeste	Área de Linhão de Energia Elétrica	Princípios Agroecológicos	Não	Não
É hora da Horta	Zona Norte	Área de Linhão de Energia Elétrica	Princípios Agroecológicos	Não	Não
Sítio Sampa	Zona Oeste	Área cedida por terceiros	Entre orgânico e agroecológico	Não	Certificação de Orgânico
Mulheres do GAU	Zona Leste	Área cedida pelo CDHU	Princípios Agroecológicos	Associação dos Agricultores da Zona Leste	Certificação Social Participativa
Horta Sabor da Vitória	Zona Leste	Área de Linhão de Energia Elétrica	Princípios Agroecológicos	Associação dos Agricultores da Zona Leste	Certificação Social Participativa
Horta da Dona Sebastiana	Zona Leste	Área de Linhão de Energia Elétrica	Princípios Agroecológicos	Associação dos Agricultores da Zona Leste	Certificação Social Participativa

Fonte: O Autor, 2023.

As outras duas seleções tiveram como critérios a frequência e o conhecimento sobre a temática. A pesquisa qualitativa trabalha com amostra proposital que é definida conforme os objetivos do estudo que está sendo realizado. Porém, algumas diretrizes podem ser seguidas ajudando a definir esse valor:

- Privilegiar os sujeitos que detêm as informações e experiências que o pesquisador deseja conhecer;
- Considerar um número suficiente para haja reincidência das informações;

- Escolher um conjunto de informantes que possibilite a apreensão das semelhanças e diferenças (Minayo, 1994 *apud* Nogueira-Martins e Bógus, 2004).

É necessário levar em consideração que as atividades de campo foram realizadas durante um momento de expressivo número de casos do Covid-19, nessa época poucas parcelas da população brasileira estavam vacinadas, o que influenciou na amostragem de consumidores entrevistados.

Nesse contexto de alta de contágios optou-se por uma redução do contato direto entre a pesquisadora e os consumidores. Por esse motivo as entrevistas seriam realizadas em um único dia de visita a campo. Para contemplar a maior diversidade de consumidores possíveis solicitamos que os agricultores nos informassem qual seria o melhor dia para entrevistar os consumidores. Com autorização de uso do espaço das hortas aplicamos os questionários em visitas realizadas aos sábados.

Dois fatores externos aos objetivos da pesquisa influenciaram na amostragem dos consumidores. O primeiro foi que nem todas as hortas visitadas estavam abertas ao público por conta da pandemia. O segundo foi o número de consumidores que frequentaram a horta no dia da realização da entrevista. Embora as hortas selecionadas estivessem abertas ao público, por conta da pandemia, o número de pessoas circulando nos espaços era menor e muitos só passavam nas hortas para retirar os produtos encomendados. Tentamos driblar esse problema criando um questionário *on-line* que foi divulgado nos grupos de *WhatsApp* e entregue junto com as cestas retiradas pelos consumidores nas hortas, contudo o número de respostas foi baixo.

Apesar desses inconvenientes buscamos entrevistar pessoas com características variadas para abordar perfis diversos de consumidores. Para isso, quando foi possível, buscamos pessoas de diferentes gêneros, idades e raças. Como a frequência de consumidores em cada horta era diversa e para não termos uma discrepância muito alta no número de informações por localidade, realizamos de três a seis entrevistas por horta.

Como resultado foram entrevistados 23 consumidores e 01 instituição de saúde que compra alimentos das hortas. Dos entrevistados 82,6% eram mulheres, o nível de escolaridade dos consumidores era alto, 78% dos frequentadores das hortas finalizaram o ensino superior. Entre os entrevistados 90% dos consumidores adquirem os alimentos para toda família, sendo os responsáveis pela compra de alimentos de suas residências, 40% entrevistados adquirem produtos das hortas toda semana. Apesar de afirmarem que moram perto das hortas, 43% dos consumidores vão até a horta de carro e 39% vão a pé

até os pontos de venda (em anexo há uma planilha detalhada com as informações sobre os consumidores das hortas).

Para seleção de agentes-chave privilegiamos indivíduos que tivessem relação com a temática da agricultura urbana e da segurança alimentar e nutricional. Nosso objetivo ao realizar as entrevistas era entender qual o papel da agricultura urbana no abastecimento alimentar urbano. O fator primordial para o convite era ter envolvimento com a temática de forma comprovada, para isso investigamos sujeitos ativos no debate, pedimos sugestões de indivíduos que trabalham com a temática que indicaram as pessoas que eles consideravam chave para o tema.

Foram selecionados representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), militantes da agricultura urbana e funcionários de Organizações Não Governamentais (ONG's) e da prefeitura.

Entrevistamos sete pessoas. Três funcionários da prefeitura municipal de São Paulo, um representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e dois ativistas da agricultura urbana que já trabalharam em projeto de incentivo e fortalecimento da prática dentro do município de São Paulo.

Quadro 3: Descrição do perfil dos entrevistados

Agentes Chaves	Instituição	Grande Área do Saber	Relação com a A.U	Gênero
Agente Chave 01	Organização Não Governamental	Ciências Humanas	Militância	Feminino
Agente Chave 02	Prefeitura Municipal de São Paulo	Ciências Exatas	Trabalho	Feminino
Agente Chave 03	Organização Não Governamental	Ciências Ambientais	Militância/Trabalho	Masculino
Agente Chave 04	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ciências Ambientais	Militância/Trabalho	Masculino
Agente Chave 05	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Ciências Humanas	Militância/Trabalho	Masculino
Agente Chave 06	Prefeitura Municipal de São Paulo	Ciências Exatas	Trabalho	Feminino
Agente Chave 07	Prefeitura Municipal de São Paulo	Ciências Humanas	Trabalho	Feminino

1.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, seguindo os princípios estabelecidos por Laurence Bardin no livro *Análise de Conteúdo*. Segundo Bardin, a análise de conteúdo pode ser realizada de diferentes formas, sendo um método empírico que se dedica à interpretação dos tipos de falas dos indivíduos relacionando-as com os objetivos da pesquisa (Bardin, 2011).

É uma análise sistemática dos conteúdos selecionados que auxilia o pesquisador a resolver seu problema de pesquisa e está vinculado à linguagem e à comunicação (em suas mais diversas formas), buscando sentidos para as informações que foram selecionadas como importantes pelo pesquisador, sendo entendida com uma descrição analítica do conteúdo.

Entre as diversas maneiras de fazer a análise de conteúdo optamos pela análise temática. Nesse tipo de análise o pesquisador se dedica a entender o significado das unidades que serão interpretadas com base nos conceitos e teorias selecionadas.

Bardin (2011) divide o processo de análise em três etapas:

- Pré-análise: Na qual é feita uma leitura flutuante dos documentos selecionados para a pesquisa. Neste utilizamos as entrevistas após serem transcritas e os dados secundários coletados nas bases de dados abertos.
- Exploração do Material: A parte de exploração do material consiste no processo de codificação do material selecionado. A codificação é a seleção das unidades de textos que serão catalogadas. Esse processo se divide em dois tipos: codificação dedutiva ou indutiva. Optamos pelo processo dedutivo. Neste tipo de codificação os códigos e categorias são criados antes do processo de seleção. Ou seja, a partir da base teórica selecionada, das atividades de campo, da organização e leitura flutuante do material coletado foram determinadas as categorias e códigos que iríamos utilizar para a análise do material coletado em campo.
- O terceiro momento é quando fazemos a reinterpretação das informações e as reorganizamos nas categorias de análise.

Como dissemos anteriormente, o nosso processo de construção dos códigos e categorias foi dedutivo, ou seja, a partir da teoria criamos os códigos e as categorias de análises. Os conceitos fundamentais que embasaram essa pesquisa foram Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável.

Já tendo os conceitos bem delimitados, pensamos em como organizar as categorias e os códigos para que os conceitos conversassem entre si. Buscamos nas teorias diretrizes que auxiliariam na interpretação de fenômenos e ações que são exercidos cotidianamente, ou seja, algo que fosse pensado para dar suporte a análise de experiências reais.

Ao definir o conceito de Promoção da Saúde, a Carta de Ottawa estabeleceu cinco áreas de atuação que, se colocadas em prática, ajudariam para que a Promoção da Saúde fosse alcançada, são elas:

- Elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis;
- Ambientes favoráveis à saúde;
- Empoderamento coletivo da população;
- Desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais;
- Reorientação dos serviços de saúde.

Apesar de serem áreas de atuação pensadas para garantir a promoção da saúde, suas funcionalidades não são exclusivas e por isso entendemos que também podem ser aplicadas para mensurar as ações e práticas que promovam a SAN e fortaleçam a agricultura sustentável. Por esses motivos nos inspiramos em quatro dessas áreas para criarmos nossas categorias de análises. Descartamos a área *reorientação dos serviços de saúde* por entender que ela não se relaciona diretamente com o problema de pesquisa.

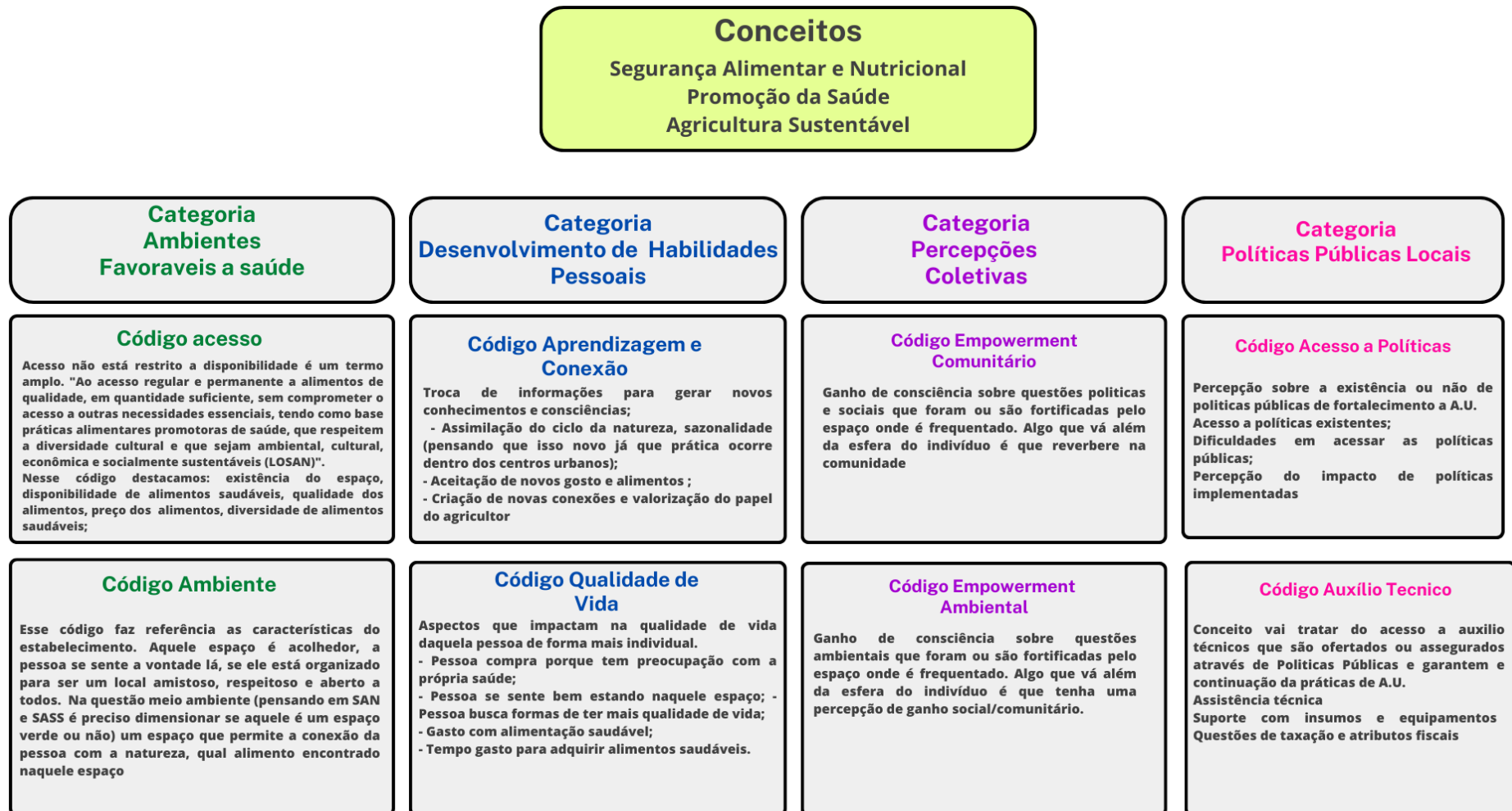
Categorias são estruturas de análise na qual a codificação é reagrupada em grupos maiores e servem para criar uma delimitação mais precisa, facilitando o processo de compreensão das informações coletadas em campo. Foram criados oito códigos, vinculados a quatro categorias ligadas aos três conceitos base da pesquisa.

Foram utilizados os mesmos códigos para as análises das entrevistas dos agricultores e dos consumidores. A figura a seguir apresenta detalhadamente os aspectos que foram levados em conta em cada uma das categorias para fazer a seleção adequada das unidades pertinentes.

A categorização e codificação das entrevistas foram feitas com o suporte do programa de computar Atlas.ti, um software de análise de dados qualitativos assistido por

computador (CAQDAS). O software tem como objetivo auxiliar o pesquisador na organização e facilitar o processo de análise dos dados coletados para a pesquisa. É considerado uma ferramenta de suporte já que não faz a análise para o pesquisador, mas sim, facilita o processo de codificação, agrupamento e visualização das informações.

Quadro 4 - Significados dos Códigos utilizados para Análise de Conteúdo.



Fonte: O Autor, 2023.

2 *AGRICULTURA URBANA*

A agricultura urbana é uma prática realizada por agricultores e hortelões que dedicam seu tempo, ou uma parcela dele, ao cultivo de alimentos, flores e plantas medicinais nas áreas urbanas. Os motivos que levam um grupo de pessoas a exercer essa atividade são variados: podem ser indivíduos que obtêm ou complementam a renda com a venda dos alimentos cultivados, ou mesmo cidadãos inconformados que buscam formas de ocupar espaços e fazerem jus ao direito à cidade. Considerando que a agricultura urbana (AU) é o eixo central desta pesquisa e seu objeto de análise são as hortas urbanas, resolvemos dedicar um capítulo inteiro à agricultura urbana porque, embora seja uma temática que vem ganhando importância e destaque acadêmico, ainda é um tema relativamente novo no meio científico.

Seja em países ricos ou países pobres, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, as motivações são inúmeras, assim como as formas como a agricultura urbana é organizada e se expressa. Por isso podemos falar de multifuncionalidade e talvez, por que não, em multiobjetivos.

Iremos, neste capítulo, trazer um pequeno vislumbre da imensidão que é a prática da agricultura nas cidades. Um fenômeno espontâneo que se fortalece e resiste e que antes de ser teoria era e é prática, exercida por pessoas com diferentes idades, gêneros e etnias, mas com um objetivo em comum o de superar a dicotomia campo e cidade e mostrar que o ato de cultivar é subversivo, resiliente e sustentável.

Em muitos casos, as hortas urbanas podem ser analisadas como práticas espontâneas, que ocorrem a partir da vontade individual ou coletiva de ocupar os espaços ociosos dentro das cidades. Isso significa que esses espaços surgem às margens de processos formais da legislação e do planejamento urbanos, ganhando espaço dentro do âmbito organizacional das cidades, quando já consolidadas como práticas existentes de um determinado território. Ademais, as hortas urbanas podem fortalecer e favorecer a autonomia dos sujeitos, pois democratizam o acesso a alimentos, a plantas medicinais e estimulam o contato com a natureza, além de possibilitar o acesso à renda entre os seus praticantes (Coutinho e Costa, 2011).

2.1 AGRICULTURA URBANA, PRÁTICA ANCESTRAL ADQUIRINDO ARES DE MODERNIDADE

A agricultura surgiu há mais de dez mil anos atrás, no período histórico do Neolítico. Ao observar a natureza, o homem que, até então era nômade coletor, inicia um processo de seleção de espécies de flora e fauna para fins alimentícios. Esse processo longínquo teve duas consequências: o sedentarismo do homem e o surgimento da agricultura. O cultivo de alimentos foi prática fundamental para a evolução das sociedades humanas. A partir do momento que existem excedentes os seres humanos passam a se dedicar às outras atividades, possibilitando o surgimento das cidades urbanas (Mazoyer e Roudart, 2006).

Durante um longo período, a agricultura e as cidades não eram consideradas antônimos, já que a prática de cultivo de alimentos nas cidades era algo comum em diversas partes do mundo. Na antiguidade, vestígios arqueológicos mostram que na Mesopotâmia e no Egito antigo havia jardins agroflorestais que auxiliavam no abastecimento alimentar das cidades e no alívio térmico através da produção de sombras; a prática também era comum nos impérios romanos e bizantinos e na antiga Grécia (Corrêa *et al*, 2020; Mougeot, 2000). Nas cidades da Europa medieval, principalmente nos mosteiros e conventos, existiam jardins comestíveis, onde se mesclavam o cultivo de plantas ornamentais junto às árvores frutíferas, hortaliças, legumes e plantas medicinais, sendo que as hortas eram atividades estratégicas no sustento dos monges. Na Itália renascentista os jardins comestíveis eram comuns tanto em áreas privadas como em espaços públicos, sendo locais de conexão e contemplação da natureza (Zaar, 2011).

Na Ásia havia as cidades agro urbanas que destinavam parte do seu território para o cultivo de arroz, base da alimentação local. Por fim, na América pré-colombiana existiam as famosas cidades jardins, bolsões verdes dentro das cidades que tinham a função de produzir os alimentos que seriam consumidos pelos moradores das grandes cidades garantindo a segurança alimentar dos cidadãos em épocas de crise e guerras. O cultivo de alimentos pelas antigas civilizações ameríndias tinha função estratégica para toda a cidade, não sendo considerado um espaço de embelezamento ou contemplação para as elites locais (Barthel e Isendahl, 2012).

A prática de cultivar alimentos na cidade vai ter maior ou menor expressão na organização e na paisagem das cidades conforme aspectos sociais, culturais e econômicos que regem determinado momento histórico. Durante a antiguidade os jardins comestíveis faziam parte das paisagens das cidades, porém perderam espaços para os jardins ornamentais de plantas exóticas ou deixaram de ser considerados atividades produtivas das áreas urbanas, perdendo importância e área de cultivo.

Na idade contemporânea, após a revolução industrial, no século XVIII, a agricultura urbana retoma como uma estratégia de combate à fome. Após a revolução industrial houve um aumento populacional nas cidades. Nesse primeiro momento as cidades dos países desenvolvidos careciam de infraestrutura, além de terem sérios problemas de abastecimento alimentar e de proliferação de doenças. Como solução para equacionar a fome os agricultores que migraram para as áreas urbanas começaram a cultivar nos espaços ociosos (Zaar, 2011). Nas cidades industriais da Europa, do século XIX, as hortas urbanas se tornaram espaços de combate à fome, conhecidos como hortas de pobres. Eram terrenos cedidos pelas igrejas e pelo governo para que os operários pudessem cultivar alimentos e garantir uma alimentação mais adequada (Alonso, 2009).

Na França, entre 1850 até a I Guerra Mundial, o bairro do Marais era um importante polo de agricultura na cidade, e a produção de alimentos era expressiva com uso de técnicas e manejos próprios (Smith, 2001).

Porém, foi durante a I e II Guerra Mundial que a produção de alimentos na cidade foi formalmente incentivada pelos governos locais como estratégia de combate à fome. Na Inglaterra, o governo incentivou a produção de alimentos nas cidades através das campanhas *Dig for Victory*. Já nos Estados Unidos o incentivo para construção de hortas

Figura 1- Imagens históricas de cartazes e fotografia que ilustram as campanhas em prol das hortas urbanas durante a I e II Guerra Mundial.



Fonte: Wikimedia commons (imagens de domínio público). Imagem capa de gibi (World's Finest Comics, Issue No. 11, 19430; Cartaz (The National Archives (United Kingdom)) e Fotografia (Dig For Victory- Working on An Allotment in Kensington Gardens, London, 1942).

urbanas começou durante a grande depressão de 1883, sendo uma prática comum durante as guerras mundiais.

Estima-se que nessa época 40% das frutas e vegetais frescos consumidos pelos norte-americanos vinham da agricultura urbana através do projeto *Liberty and Victorys Gardens* (Zaar, 2011; Côrrea *et al*, 2020; Orsini *et al*,2020).

Após a II Guerra Mundial, com o processo de reconstrução das cidades, houve um declínio no incentivo do governo para que espaços ociosos e jardins públicos fossem utilizados para a produção de alimentos nas cidades. Com o passar do século e com o aumento da urbanização e o adensamento populacional as áreas destinadas a AU diminuíram e, com isso, o número de hortas urbanas decaiu e sua função deixou de ser a de produzir alimentos. A partir de 1960, o cultivo de alimentos voltou a ser visto como uma atividade econômica das áreas rurais, pois a zona rural tinham a capacidade de produzir em maior escala e sem risco de contágio dos alimentos pela poluição das cidades. Foi adotado um modelo de produção de alimentos e transporte de larga distância. Atualmente, produzidos em escala global, os alimentos veem de diferentes partes do mundo (Alonso, 2009; Zaar, 2011; Orsini *et al*, 2020).

De forma primordial a agricultura urbana era uma prática que auxiliava no combate à fome nas grandes cidades e áreas urbanas. Com o passar dos séculos, nos momentos de crise econômica ou social, a prática ressurgia, em muitos casos com incentivo do governo, porém perdia espaço sempre que alguma estabilidade era alcançada. Contudo, na modernidade ela ganha novas nuances e objetivos conforme o local onde está inserida.

Talvez o estopim para a revalorização da agricultura urbana, agora vista como uma tática de planejamento urbano que auxilia na transformação das áreas urbanas desiguais, tenha ocorrido em 1987, após a divulgação do Relatório “Nosso Futuro em Comum”, popularmente conhecido como Relatório Brundtland. Produzido pela Comissão para Meio Ambiente e Desenvolvimento e encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o relatório tinha como objetivo central mostrar formas de desenvolvimento que fossem ambientalmente responsáveis e socialmente mais inclusivas. A definição mais emblemática construída pelos pesquisadores que elaboraram

o relatório foi o conceito de desenvolvimento sustentável⁵. O conceito de desenvolvimento sustentável trabalha com a ideia de um desenvolvimento igualitário, no qual deve ser feita uma gestão dos recursos naturais para que as gerações atuais e futuras não sofram com a escassez de recursos naturais. O relatório tinha como objetivo pensar em soluções que pudessem auxiliar na construção de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Nesse contexto surge a menção à agricultura urbana como uma prática que auxiliaria no combate à insegurança alimentar e nutricional (IAN), já que a prática facilitaria o acesso a alimentos in natura nas áreas urbanas e periféricas, fortalecendo práticas locais de produção e acesso aos alimentos. A superação da fome e da miséria eram vistas como elementos centrais para que se alcançasse o desenvolvimento sustentável.

Uma agricultura urbana sancionada e promovida oficialmente poderia tornar-se um componente importante do desenvolvimento urbano e tornar os alimentos mais acessíveis aos pobres das zonas urbanas. Os propósitos principais de tal promoção seriam melhorar os padrões de saúde e alimentação dos pobres, ajudar seus orçamentos familiares (dos quais 50-70% são em geral gastos com comida), capacitá-los a ganhar alguma renda adicional, e criar empregos. A agricultura urbana também pode fornecer produtos mais frescos e mais baratos, propiciar mais áreas verdes, a eliminação dos depósitos de lixo e a reciclagem dos resíduos domésticos. (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento, 1991, p.284- destaque nosso).

Atualmente, no século XXI, novas necessidades são postas e ressurgem experiências de agricultura urbana em todos os continentes. A diversidade é gigantesca e o termo multifuncionalidades passa a ser utilizado para caracterizar essa “nova” agricultura urbana. Órgãos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) incentivam a prática da agricultura urbana nas cidades

⁵ O conceito de desenvolvimento sustentável remonta a ideia de um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem esgotar os recursos naturais, de forma que as gerações futuras não sejam impactadas pela escassez de recursos. Para ONU o desenvolvimento sustentável só será alcançado quando a desigualdade, a pobreza, e a fome do mundo sejam superadas. Para que isso ocorra em 2015 a ONU lançou a Agenda 2030 uma agenda de objetivos e ações que deverão ser postas em prática até o ano 2030 para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Para saber mais acesse: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20s%C3%A3o%20um%20apelo%20global%20%C3%A0,de%20paz%20e%20de%20prosperidade.>

atrelando-a com as ações de cooperação para que se alcance o desenvolvimento sustentável (Smith, 1996; Mougeot, 2000; Van Veenhuizen *et al*, 2007; Zaar, 2011).

2.2 CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA

Como vimos o hábito de cultivar alimentos na cidade sempre existiu desde a antiguidade até os dias atuais, cada tempo histórico traz nuances próprias para a AU vinculadas às necessidades impostas pela organização sócio territorial daquele período e daquela localidade (Barthel e Isendahl, 2012).

O que pode ser considerado novidade na temática da agricultura urbana é o interesse acadêmico e científico pelo fenômeno. Apesar da agricultura urbana existir há séculos, os estudos dedicados a entender as características da AU e como ela se organiza nos diferentes territórios emergiu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A partir do interesse acadêmico pelo assunto é que foram formulados conceitos para o tema, na busca de ajudar a caracterizar tal fenômeno (Zaar, 2011; Sellin, 2019).

O interesse recente pela sistematização das práticas de agricultura urbana faz com que seja difícil contabilizar a quantidade de pessoas envolvidas na atividade e o número de experiências e tipologias existentes pelo mundo, por isso há pouco dados disponíveis e sintetizados sobre o tema. Entretanto algumas pesquisas se propõem a trazer mensurações que nos ajudam a visualizar e dimensionar qual o perfil da agricultura urbana no mundo.

Smit *et al* (1996) realizou um estudo que utilizava dados oficiais de diferentes países e aplicação de *surveys*, e constatou que o número de pessoas praticando a agricultura urbana estava aumentando. Estimou também que o número de pessoas dedicadas às diversas tarefas vinculadas à agricultura urbana seriam de 800 milhões de pessoas ao redor do mundo e 200 milhões seriam somente de agricultores. O pesquisador ainda destaca que, em vários países da África, a AU é uma prática ilegal o que dificulta uma obtenção de dados mais precisos. Além disso, há afirmação que a Ásia é o continente com maior número de experiências de AU no planeta.

Hamilton *et al* (2013) buscou entender a dimensão da prática da AU nos países subdesenvolvidos. Para isso ele utilizou os dados coletados e sistematizados por Zezza e Tasciotti (2010), que através de surveys e dados coletados e produzidas pelo banco mundial estimaram as características centrais da AU em um grupo de países subdesenvolvidos selecionados. Nesse caso, não foi possível analisar todos os países subdesenvolvidos do mundo, por isso foram feitos recortes geográficos selecionando países dentro de continentes com alto número de países pobres (América Latina, África, Ásia e Leste Europeu) e chegaram a uma estimativa média de que haveria 266 milhões de pessoas envolvidas na região estudada. A África teria uma média de 29 milhões de pessoas dedicadas à agricultura, na América Latina seriam 39 milhões, no leste Europeu 15 milhões e a Ásia teria a média mais expressiva com 182 milhões de agricultores urbanos.

Essas informações nos ajudam a ter uma dimensão do tamanho e da potência da agricultura no mundo e a validar porque apresentam características tão singulares. Além disso, justificam o interesse em fortalecer, estudar e conceituar a prática.

A maior parte das instituições de pesquisa, governos e organizações sociais que se dedicaram a conceituar a agricultura urbana, elaboraram definições que têm como base questões como a localização, o tipo de produção e cultivo, entre outras. Como dissemos antes, a conceituação da AU que foi utilizada nesse projeto é a orquestrada por Luc Mougeot (2000) que traz a seguinte definição:

[...] a agricultura urbana é praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (Mougeot, 2000, n.p.).

O grande diferencial da conceituação do pesquisador canadense é o entendimento de que a principal diferença entre a agricultura urbana e a agricultura rural não é meramente a sua localização, mas sim as relações que são estabelecidas com o ecossistema urbano.

Não é a localização urbana que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda desenvolvida em termos operacionais (Mougeot, 2000, n.p, grifo nosso).

A prática da AU nunca existirá de forma isolada; ela sempre terá relação com as demais atividades do sistema urbano, participando da economia local, dos usos do solo e do gerenciamento ecológico das cidades. Essas características fazem com que a AU participe dos sistemas alimentares em seus diferentes níveis (global, nacional e local). Por isso, todo gerenciamento das práticas agrícolas nas cidades deve levar em consideração as relações que são estabelecidas ao redor da AU (Smith *et al*, pág. 12, 1996).

Mougeot (2000), pensando nesses aspectos de conexão e relação, determinou três diretrizes que auxiliam na interpretação do fenômeno da agricultura urbana. São elas:

- 1) Integração: A agricultura urbana não existe como fenômeno isolado, ela está articulada com a agricultura rural e periurbana existentes no território onde é praticada.
- 2) Interação/intensidade: Quanto mais urbano é o local onde a AU está inserida mais dinâmica serão as suas relações. A intensidade da produção, o uso de insumos, as interações com o comércio e as redes de troca são mais intensas conforme o tamanho dos centros urbanos.
- 3) Especialização: A agricultura urbana sempre existiu e existirá; quanto mais urbana é a área onde está inserida mais a produção se intensifica e se especializa para continuar existindo. (Mougeot, 2000 *apud* Machado, 2017).

A partir desses aspectos podemos entender que a agricultura urbana sempre foi plural, pois ela é organizada conforme as características dos territórios onde é praticada. As questões econômicas, sociais e culturais dos territórios onde ela está inserida irão influenciar no tamanho das hortas, sua legalidade e nos tipos de manejos praticados, o que acaba dando aspectos únicos para cada experiência de agricultura urbana (Van Veenhuizen *et al*, 2007; Dona Wadumestrigie *et al*, 2021; Orsini *et al*, 2020).

A AU deve ser entendida como uma parte permanente e dinâmica do sistema socioeconômico e ecológico urbano, utilizando recursos urbanos típicos, competindo por terra e água com outras funções urbanas, influenciada por políticas e planos urbanísticos e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico urbano. A integração da

AU no sistema de uso do solo urbano e a criação de um ambiente político favorável são passos críticos no desenvolvimento do setor (Van Veenhuizen *et al*, pág. xi, 2007).

Para entendermos a agricultura urbana na sua totalidade é necessário pôr em perspectiva as relações da prática com o meio urbano em que ela está inserida, já que haverá um link com os componentes que estruturam esse meio urbano (Mougeot, 2000; Dona Wadumestriçe *et al*, 2021).

Quando analisamos a agricultura urbana através da sua capacidade de abastecimento, de suporte ao sistema alimentar local, precisamos considerar que a agricultura urbana é auxiliar à agricultura rural, trabalhando de forma complementar às lacunas e às necessidades existentes nos sistemas alimentares locais. A AU tem como função aumentar a eficiência dos sistemas alimentares locais onde ela está inserida (Orsini *et al*, 2020; Orsini, 2013; Van Veenhuizen *et al*, 2007; Mougeot, 2000).

Além de ser uma importante prática de auxílio aos sistemas alimentares locais, a AU também contribui para um desenvolvimento sustentável urbano, sendo uma atividade chave para a implementação da Agenda 21 nos centros urbanos.

Segundo Coutinho e Costa (2011), há três razões centrais que justificam a inserção da AU na agenda das agências internacionais de desenvolvimento. Seriam elas:

- 1) A agricultura urbana auxilia na realização e concretização da sustentabilidade, através da diminuição da pobreza urbana, pois é uma forma de obtenção de renda para a população além de facilitar o acesso a alimentos frescos e criar pontos verdes nas cidades.
- 2) Impacto positivo na realização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Muitas vezes as hortas urbanas estão localizadas em áreas periféricas e atendem a uma população marginalizada que não tem acesso a alimentos saudáveis.
- 3) Inclusão social: A AU é uma ferramenta de inclusão social na medida em que as iniciativas e as experiências dos frequentadores das hortas passam a ser valorizadas e consideradas elementos formadores de uma identidade cultural local (pág.85).

2.3 MULTIFUNCIONALIDADE E TIPOLOGIA DA AGRICULTURA URBANA

Atualmente a agricultura urbana passa a ser vista não só como uma atividade produtora de alimentos, mas também como uma ferramenta de planejamento urbano, sendo considerada uma prática com multifuncionalidades. Para Van Veenhuizen *et al* (2007) a agricultura urbana tem a capacidade de se adequar as necessidades de cada localidade, e essa capacidade de adaptação a torna uma ferramenta poderosa para o planejamento urbano sustentável.

Em grande medida, a AU complementa a agricultura rural e aumenta a eficiência do sistema alimentar nacional. A AUP pode fazer contribuições importantes para os objetivos sociais, econômicos e ecológicos dos sistemas urbanos sustentáveis. Este desenvolvimento é fortemente influenciado pela dinâmica dos sistemas sociais, econômicos, políticos, ecológicos e espaciais urbanos com os quais a AUP está ligado. Consequentemente, há uma grande variedade de sistemas de agricultura urbana e de pessoas envolvidas. Estes sistemas adaptam-se às condições locais em constante mudança da cidade e a AU assume novas funções (Van Veenhuizen *et al*, pág. xi, 2007-tradução livre).

Existem diversos estudos (Lovell, 2010; Hamilton *et al*, 2013; Orsini *et al*, 2013; Orsini *et al*, 2020; Corrêa *et al*, 2020; Curan e Marquês, 2021; Wadumestrigue Dona *et al*, 2021; Yuan *et al*, 2022) que se propõem a caracterizar as multifunções da agricultura urbana. Cada estudo apresenta a multifuncionalidade de forma diversa, mostrando a complexidade de se estudar agricultura urbana. Além disso, como destacado por Lovell (2010) e Curan e Marquês (2021), as hortas normalmente apresentam mais de uma função por isso é importante olhar para esses espaços de forma sistêmica e não somente pela função primordial que desempenham.

Os estudos citados acima mostram a gama de funções da AU, todavia, destacam dois objetivos como os mais recorrentes, que seriam: auxiliar a realização da segurança alimentar da população e a função ambiental, para qual utilizam o termo função ecossistêmica, porém a diversidade é grande. Entre os artigos citados alguns abordam a questão da multifuncionalidade através de uma análise das características da AU em diferentes países. É o caso das pesquisas de Hamilton *et al* (2013) e Orsini *et al* (2013)

que fizeram estudos sobre a formas de AU existentes em países subdesenvolvidos. Nesses estudos, a questão da segurança alimentar (food security) e da obtenção de renda aparecem com objetivos chaves para a existência da agricultura urbana, até mesmo no continente africano onde a prática é tida como ilegal pelo governo de alguns países.

Orsini *et al* (2020) enumerou as funções da AU em países desenvolvidos nas seguintes categorias: *realização de serviços ecossistêmicos, segurança alimentar e nutricional, impacto positivo na saúde mental dos frequentadores das hortas, fomentadores de inclusão e justiça social e por fim função econômica*. Essas funções também aparecem no estudo de Corrêa *et al* (2020), Curan e Marquês (2021), Wadumestriga Dona *et al* (2021) e Yuan *et al* (2022), porém cada um dos estudos categorizou os dados obtidos de forma diversa.

Isso nos mostra que existem alguns grandes temas dentro dos estudos sobre as hortas urbanas, o que muda é como ocorre e qual a intensidade dessas categorias em determinadas localidades. Essas diferenças permitem que as análises dos fenômenos sejam diversas, justificando a existência de tantas tipologias.

Tipologia é o processo de categorizar uma horta urbana levando em consideração a função daquela horta, as pessoas que frequentam o espaço e o objetivo central que justifica sua existência.

Uma tipologia interessante foi a elaborada por Corrêa *et al* (2020) que agregou os estudos por índice de desenvolvimento humano (IDH) e, a partir desse processo, esboçou as principais características de cada grupo. Nesse estudo, os principais motivos para a prática da agricultura urbana em países com IDH mais baixo eram a segurança alimentar e a obtenção de renda, enquanto nos países com IDH mais alto a principal função das hortas urbanas é o papel social com destaque para estudos sobre hortas comunitárias.

Wadumestriga Dona *et al* (2021) compilaram os artigos sobre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos e compararam seis multifuncionalidades (saúde e saúde mental, relações sociais, educação, economia, ecologia e resiliência climática) entre cada grupo de países (desenvolvidos e subdesenvolvidos). Um dos resultados desse estudo mostra que a maior parte das experiências de AU nos países subdesenvolvidos tem como foco a função econômica enquanto nos países desenvolvidos a possibilidade de integração social e espaço de recreação é o vetor chave para a legitimação das práticas de AU

Analisando esses estudos, é possível assimilar que há uma grande diferença entre os objetivos centrais em construir uma horta nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países ricos a segurança alimentar não é um problema estrutural e nesse caso as hortas auxiliam no contato com a natureza, fortalecimento de espaços verdes e na interação social. Enquanto nos países subdesenvolvidos, principalmente aqueles que possuem um baixíssimo IDH, a produção de alimentos na cidade é uma atividade fundamental para o combate à má nutrição e à fome. Porém ressaltamos que esses estudos apontam qual o objetivo principal para criação de hortas urbanas nesses grupos de países. Como dissemos antes, as hortas urbanas normalmente realizam mais de uma função ao mesmo tempo.

Além de ser multifuncional, a agricultura urbana apresenta inúmeras características organizacionais que dão aspectos únicos para a prática. Para auxiliar na identificação das hortas pesquisadores criam diferentes nomenclaturas para os modelos de agricultura urbana existentes. Essas tipologias normalmente estão associadas ao recorte de pesquisa de cada estudo privilegiando um aspecto em detrimento de outro.

Krishnan *et al* (2016), Orsini *et al* (2020), Wadumestrige Dona *et al* (2021) e Yuan *et al* (2022) trazem tipologias próprias, estruturadas para os seus estudos. Entre os três estudos Wadumestrige Dona *et al* (2021) não se prende às questões da estrutura física do espaço onde ocorre a agricultura urbana e sim no processo de organização desses lugares. Para isso utilizam os termos jardim comunitário, jardim doméstico, fazenda comercial, jardim de guerrilha. Já os estudos de Krishnan *et al* (2016), Orsini *et al* (2020), olham para o espaço físico da horta e em como o alimento é cultivado nessas localidades trazendo definições como fazendas verticais, hortas urbanas, fazendas periurbanas de produção extensiva, fazendas comerciais, entre outros. Por fim, Yuan *et al* (2022) focam no que eles estipulam como hortas produtivas que utilizam avançado aparato tecnológico como método de produção, trazendo exemplos como hidroponia, aeropônicas, aquapônicas entre outros.

Já a tipologia elaborada por Kirby *et al* (2021) direciona o olhar para o papel dos frequentadores das hortas. O autor mesclou três concepções para produzir uma que fosse mais abrangente. Para isso os papéis dos participantes das hortas, a forma de produção, a distribuição dos alimentos e as conexões locais foram levadas em consideração. Kirby *et al* (2021) expõe a complexidade que é estruturar tipologias abrangentes já que cada país utiliza as palavras de formas diferentes, por isso as tipologias tendem a trazer uma visão

local. O diferencial da tipologia estruturada pelo pesquisador consiste no fato que ele privilegiou o participante da horta, ou seja, para o pesquisador não importa se a horta é um *rooftop* ou modelo hidropônico, mas sim se o trabalho empregado nela é voluntário ou comercial.

Pensando no recorte geográfico da pesquisa trazemos um exemplo de tipologia local, criada para o contexto da cidade de São Paulo. Biazoti (2020) produziu uma dissertação intitulada “Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo” e elaborou uma tipologia para o município com base na obra de McClintock (2014), um dos autores que também foi selecionado por Kirby (2021) por possuir um olhar voltado para a configuração das hortas através dos agentes ativos que utilizam aqueles espaços.

Levando em consideração as tipologias de Kirby (2021) com foco nas pessoas que utilizam o espaço das hortas e de Biazoti (2020) que tem um recorte de estudo semelhante com o deste projeto, estruturamos uma breve tipologia de agricultura urbana, que leva em conta os tipos de práticas encontradas na cidade de São Paulo.

Essa seleção levou em consideração além do recorte espacial do projeto também o recorte temático do nosso estudo, onde privilegiamos as hortas produtivas, na qual o responsável pelo espaço era um agricultor que tinha a horta como um trabalho remunerado.

Como isso destacamos na nossa tipologia a função do agricultor /hortelão naquele espaço, qual o destino dos alimentos produzidos nas hortas e por último se aquele local é aberto para manuseio por terceiros ou é necessário autorização do responsável para colher, plantar ou cuidar da horta.

Levando em consideração o trabalho realizado por Biazoti (2020) e os nossos conhecimentos sobre os diferentes tipos de agricultura urbana praticadas em São Paulo, dividimos as hortas em sete tipos. As hortas urbanas produtivas comerciais, foco da nossa pesquisa, que têm como objetivo central produzir alimentos para comercialização, foram divididas em dois tipos: hortas de comodato, que ocorrem em espaços públicos ou de empresas privadas que são cedidos por comodato para terceiros, e hortas particulares que estão em espaços alugados ou do próprio proprietário e é convertido em horta, decidimos colocar essa diferença pois das sete hortas que visitamos seis eram de comodato e uma era horta particular. Os agricultores das hortas de comodato sofriam vistorias e

necessitavam seguir regras de organização do espaço estipuladas pelas empresas proprietárias dos terrenos, já os agricultores das hortas particulares não tinham que lidar com esse fator externo.

Incluímos a característica função do participante da horta pois nosso objetivo era entender se a pessoa que frequentava a horta fazia isso por hobby ou como trabalho para geração ou complemento de renda. Essa divisão foi feita porque as hortas produtivas comerciais exigem uma demanda de cuidado constante, já as hortas comunitárias funcionam através de trabalho voluntário e não têm como objetivo fundamental a produção de alimentos para venda. Entendemos que o trabalho voluntário exige um comprometimento e dedicação menor do participante. Por último, adicionamos a característica do local; esse tópico esclarece se aquele espaço é de uso privado, o que demanda uma autorização do responsável para entrar e utilizar o espaço ou se ele é de uso comum ou coletivo que significa que está aberto para público que quer participar da horta. Todas as hortas produtivas visitadas a campo são de uso privado. Há um horário de funcionamento e há portões que limitam a circulação das pessoas dentro da horta.

A partir dessa tipologia, conseguimos entender que a função primordial da horta influencia em como aquele espaço é utilizado pelos agricultores/hortelões e pelos demais frequentadores. As hortas produtivas comerciais são uma forma de obtenção de renda para vários agricultores que despendem grande parte do seu dia cultivando alimentos, e por isso há restrição de circulação e manuseio dentro desses lugares.

Quadro 5 - Tipologia de Hortas Urbanas e Periurbanas (adaptação livre inspirada em Kirby et al (2021) e Biazoti (2020)).

Tipo	Função do Participante	Distribuição do alimento	Característica local
Comodato	Autorização de uso	Venda/consumo próprio/ doação	Uso privado
Jardim doméstico/ Quintais produtivos	Proprietário ou Autorização de uso	Consumo próprio	Uso privado
Fazenda Urbana	Proprietário ou Autorização de uso	Venda/consumo próprio/ doação	Uso privado
Jardim/ Horta comunitária	Voluntário	consumo próprio/ doação	Uso comum variado/coletivo
Hortas Institucionais	Voluntário	consumo próprio/ doação	Uso comum e variado/coletivo
Hortas de Guerrilha	Voluntário	Consumo próprio/doação	Uso comum e variado/coletivo
Hortas particulares	Proprietário	Venda/consumo próprio/ doação	Uso privado

Fonte: O Autor, 2023.

Iremos agora nos dedicar a olhar para alguns aspectos da agricultura urbana que são comuns nas hortas produtoras de alimentos para venda, onde o acesso ocorre através da compra de alimentos produzidos nesses espaços.

2.4 AGRICULTURA URBANA, AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Como vimos anteriormente a agricultura urbana é plural, e existe em todos os países do mundo. Suas características, funções, desenhos e objetivos são variados e terão relação com o ecossistema urbano onde estão inseridas. Luc Mougeot (2006) enfatiza que

A agricultura urbana é tipicamente oportunista⁶. Seus praticantes desenvolvem e adaptam diversos conhecimentos e saberes para

⁶ Oportunista no sentido de que aproveita habilmente as oportunidades que aparecem.

selecionar, localizar, cultivar, processar e comercializar todas as classes de plantas, árvores e animais domésticos [...] a agricultura urbana está em qualquer parte onde as pessoas possam, mesmo que seja espaço pequeno, criar animais ou semear sementes (Mougeot, pág. 5-6, 2006-tradução livre- grifo nosso).

Os agricultores urbanos aproveitam as oportunidades de espaços e os insumos existentes nos territórios onde estão localizados. Para ser uma prática ecológica é necessário aproveitar os poucos insumos disponível nas áreas urbanas, essa reciclagem de materiais está vinculada ao tipo de agricultura e manejo que será adotado na horta.

Quando defendemos uma agricultura urbana sustentável e ecológica temos que levar em consideração o tipo de agricultura e principalmente o tipo manejo do solo que será empregado naquela horta, quanto mais ecológico o manejo realizado mais sustentável é a horta.

Os manejos podem ser divididos em três grupos: convencional, orgânico e agroecológico, cada tipo possui características próprias.

A agricultura convencional é caracterizada por adotar um modelo agrícola altamente tecnológico que faz uso intensivo de maquinários e insumos sintéticos (fertilizantes inorgânicos e agrotóxicos). É um sistema de produção que constantemente está incorporando novas tecnologias, o que amplia sua capacidade produtiva. Contudo é altamente dependente de insumos externos, das sementes aos fertilizantes químicos, e utiliza grandes quantidades de agrotóxicos. Por isso, produz um impacto negativo na natureza sendo gerador de risco ambiental. Entre as consequências desse manejo estão: contaminação do lençol freático, contaminação genética, diminuição da biodiversidade local, aumento dos gases de efeito estufa e ampliação da concentração de terra (Ortega 2009; Carias, 2021).

A agricultura orgânica surge como uma forma de resposta à agricultura convencional com alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos e insumos sintéticos. O cultivo orgânico preza que a produção seja ambientalmente correta. Para isso não se pode utilizar agrotóxicos, deve optar por manejos ecológicos (adubagem verde), para que a biodiversidade seja respeitada. Há valorização do uso saudável dos recursos naturais, favorecendo a reciclagem dos resíduos orgânicos, diminuindo ao máximo a utilização de recursos não renováveis. Em resumo a agricultura orgânica tem como base a ciência do solo (Carias, 2021).

Já a produção agroecológica se fundamenta nas dimensões agrônômicas, sociológicas, ecológicas, culturais e políticas; ela se relaciona com o sistema alimentar em totalidade, auxiliando na transição para a sustentabilidade (Altieri, 2012, Carias, 2021). A agroecologia é uma área de saber complexa que busca reconectar o homem com a natureza. Para isso incentiva um sistema de produção intensivo (propriedades agrícolas optam pelo policultivo, cultivando uma variedade de plantas e mantendo criação de animais) de circuito fechado (utiliza o mínimo possível de insumo externo) e valoriza os aspectos territoriais e os conhecimentos das comunidades tradicionais, ativando os princípios da sustentabilidade (Caporal e Azevedo, 2011; Carias, 2021). Mais que uma forma de manejo, é uma forma de organização das atividades agrícolas que busca valorizar os saberes tradicionais dos agricultores e mesclar esse conhecimento com as informações produzidas por diferentes ciências e áreas do conhecimento, possibilitando a implementação de novas estratégias para desenvolvimento sustentável (Caporal e Azevedo, 2011). Indo além, a agroecologia preza pela valorização dos circuitos curtos de produção e comercialização, fortalecendo os vínculos sociais entre agricultores, e também entre agricultores e consumidores.

A Agroecologia é um método de transformação da produção agrícola industrializada (baseada na utilização de combustíveis fósseis para produção de biocombustíveis e dirigidos a mercado externo) em uma agricultura sustentável voltada para produção de alimentos oriundos da agricultura camponesa, produzidos com recursos locais para mercado interno. Ela busca a mínima dependência de insumos e agroquímicos externos, e prega a sinergia entre diversos componentes que compõem o agroecossistemas. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas através da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas. Todo esse processo é construído através da valorização do conhecimento e das técnicas utilizadas pelos camponeses. É um enfoque que valoriza a esfera local e busca o encurtamento dos circuitos de produção e consumo dos alimentos (Altieri, pág.15-16, 2012, destaque nosso).

Em 2019 o alto painel de especialistas da ONU (HLPE- sigla em inglês) produziu o relatório “*Enfoques agroecológicos e outros enfoques inovadores*”, nesse trabalho um grupo de estudiosos sobre a temática da segurança alimentar e nutricional ilustram que a agroecologia é mais do que uma forma de manejo, ela é uma prática holística, que se organiza a partir de três dimensões: ciência, prática e movimento social, possuindo um enfoque integral. Construir uma agricultura urbana sob os princípios da agroecologia é

fortalecer ações sustentáveis dentro de espaços urbanos que importam grande parte de energia e insumos que consomem.

A agricultura urbana, como manejo agroecológico, ensina os horticultores a reciclar os resíduos urbanos através da compostagem e do uso de podas que seriam descartadas para a cobertura dos solos. Estudo realizado por Gregory *et al* (2015) na cidade de Nova York expõe como o manejo agroecológico ajuda na diminuição de consumo de fertilizantes químicos, tendo impacto na qualidade do alimento e na saúde dos agricultores (pág.783).

Aquino e Assis (2007) trazem exemplos bem-sucedidos de agricultura urbana em várias partes do Brasil. Os pesquisadores afirmam que o manejo ecológico incentiva que se utilizem os resíduos orgânicos para a produção de compostagem, faça a rotação de culturas, não utilize fertilizantes químicos, produzindo alimentos de forma sustentável e ambientalmente justa.

Venzke (2020), que fez um experimento com horta urbana agroecológica no município de Pelotas no Rio Grande do Sul, mostrou os bons resultados de uma horta urbana agroecológica. Em sua investigação que durou três anos, comprovou a eficiência do manejo agroecológico em espaços reduzidos. Todos os tipos de pragas que surgiram na horta foram controlados através de controles fitossanitários agroecológicos obtendo bons resultados na produção dos cultivares, concluindo que

Essa experiência da horta urbana com diferentes estratégias de manejo e tratamentos culturais agroecológicos permitiu reciclar o resíduo doméstico orgânico, gerando adubação via compostagem e produzindo alimentos saudáveis e de baixo custo. Além disso, o alimento produzido é suplemento na alimentação em um centro urbano e a horticultura urbana também proporciona momentos de lazer nas cidades (Venzke, pág. 45-46, 2020)

Além das questões ecológicas a agroecologia opera na perspectiva social estando vinculada a experimentos de economia solidária, valorização do trabalho da mulher, dos circuitos curtos de produção e comercialização. Por conta de todos esses princípios que regem a agroecologia ela é tida como a principal ferramenta para se alcançar uma agricultura sustentável.

De forma sucinta, na década de 1970, grupos sociais organizados em diferentes partes do mundo começaram a criticar a destruição da natureza, compreendendo que esse fenômeno traria graves consequências sociais; esses grupos ficaram conhecidos como movimento ambientalista. Entendia-se que a agricultura convencional causava o empobrecimento do trabalhador rural, o êxodo rural, além da destruição da natureza e da biodiversidade. Surge, então, o movimento da agricultura alternativa que incentiva o resgate das práticas tradicionais e locais de produção (Monteiro e Flores, 2017; Costa 2010).

A agricultura alternativa abarcava todos os tipos de práticas ecológicas como: permacultura, agroflorestal, biodinâmica, agricultura sintrópica, entre outros. A partir da década de 1990, com a divulgação do relatório Brundtland, propõe-se trocar o termo agricultura alternativa por agricultura sustentável (A.S.), correlacionando a prática com a implementação da agenda 21. Pela perspectiva da Agenda 21 os conceitos fundamentais da A.S. são: conservação dos recursos naturais ao longo da cadeia agrícola, valorização do trabalhador rural, uso racional e otimizado dos recursos naturais, auxiliar na realização da segurança alimentar e nutricional e, por fim, respeitar o atendimento às necessidades sociais e econômicas das famílias e das comunidades rurais (Marques, 2001; Costa, 2010; Velten *et al*, 2015).

O termo agricultura sustentável utilizado na agenda 21 foi elaborado levando em consideração as características das zonas rurais, porém as ideias também são válidas para as atividades agrícolas realizadas nas zonas urbanas.

2.5 AGRICULTURA URBANA, ACESSIBILIDADE, RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Apesar de seu caráter multifuncional a agricultura urbana surge como uma prática de auxílio ao abastecimento alimentar; sua função primordial era a de garantir que o acesso aos alimentos fosse assegurado, diminuindo a possibilidade de crises de fome em épocas de escassez.

Com o processo de urbanização as cidades, principalmente de países subdesenvolvidos, se tornam espaços desiguais onde a garantia de sobrevivência não

existe, essa desigualdade faz com que a prática da agricultura urbana ganhe força nos países pobres como uma forma de acesso aos alimentos.

Mougeot (2005), Hamilton *et al* (2013) e Orsini *et al* (2013) são alguns pesquisadores que estudaram o impacto da agricultura urbana nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento mostrando a importância da prática para auxiliar na segurança alimentar de famílias carentes.

Os problemas da falta de acessibilidade e disponibilidade de alimentos acontecem em várias partes do mundo e a AU seria uma forma de tentar minimizar esse efeito, já que um dos principais problemas das cidades é a pouca acessibilidade a alimentos, principalmente aqueles frescos (verduras, frutas e legumes). Quanto menor a renda da família, menor sua capacidade de acesso e compra desses alimentos in natura e saudáveis. A produção de alimentos na cidade aumenta a oferta desses produtos, dando aspectos estratégicos para AU

Mougeot (2005) afirma que a quantidade de alimentos produzidos através da AU é significativa, chegando a serem milhares de toneladas. Essa produção de alimentos é uma fonte primordial de acesso a alimentos frescos nas grandes cidades urbanas, ofertando uma diversidade de produtos (verduras, legumes, frutas, aves e até mesmo pescados). Segundo o autor, esses alimentos são importantes fontes de micronutrientes essenciais para garantir a segurança alimentar da população, destacando que “(...) A sua produção contribui com uma percentagem não negligenciável de todos os alimentos consumidos pelas famílias urbanas; percentual ainda maior para as famílias mais pobres (Mougeot, 2005, p. 4.)”.

Ainda na perspectiva da alimentação e saúde, Mougeot (2005) traz o debate sobre a melhora do índice nutricional, afirmando que em pesquisas realizadas entre aqueles que praticam agricultura urbana e aqueles que não a praticam os índices nutricionais são melhores entre aqueles que praticam a agricultura urbana, já que há o autoconsumo dos alimentos produzidos, por isso conseguem fazer mais refeições por dia, além de possuir uma dieta mais balanceada, o que impacta também em um menor índice de subnutrição em crianças que habitam essas localidades.

Como vimos no capítulo anterior, a segurança alimentar acontece quando os indivíduos têm acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e nutritivos, em quantidade suficiente, sem que isso comprometa as demais necessidades essenciais à

vida. A SAN está pautada em práticas alimentares que promovam saúde e que respeitem a diversidade ambiental e cultural das localidades, auxiliando na realização da sustentabilidade.

Por ser uma prática de produção de alimentos in natura a AU consegue auxiliar no acesso a alimentos saudáveis nas grandes cidades, se tornando uma ferramenta de suporte a SAN. Seja para autoconsumo ou para a venda, o acesso a alimentos frescos garantirá que uma parcela da população se alimente de forma mais saudável.

Ademais, Mougeot (2005) afirma que a agricultura urbana é uma forma de inclusão social e econômica de indivíduos que normalmente se encontram em situação de vulnerabilidade. Contudo, ela não age por si só como uma modificadora estrutural. Ela pode, dependendo de sua organização interna, minimizar os danos sociais que emergem na nossa sociedade excludente.

A agricultura urbana não é uma solução total para os problemas que enfrentarão no futuro as cidades dos países em desenvolvimento, mas é parte fundamental de qualquer programa para fazer essas cidades mais habitáveis e melhorar a vida de seus moradores. A investigação é chave para tomar consciência de todo o potencial da AU (Mougeot, 2005, p. 56).

Em uma pesquisa sobre o impacto da agricultura urbana no combate da pobreza em Gana, na África, Bannor *et al* (2022) traz um estudo minucioso de como a agricultura urbana é uma ferramenta para que as pessoas pobres obtenham renda através da venda dos cultivos. Comparando duas regiões do país, o grupo de pesquisadores mostra que alguns aspectos como escolaridade, localização e gênero influenciam na capacidade de venda dos produtos (as variáveis que influenciam na maior ou menor obtenção de renda variam conforme a região estuda). Na região de Bono (menos populosa e industrializada) idade, gênero e escolaridade intervêm na capacidade de venda do agricultor, já na região de Acra (capital do país) gênero, escolaridade e proximidade com o consumidor mostrou um efeito positivo da comercialização de produtos da agricultura urbana.

Dessa forma, a agricultura urbana é uma maneira de obtenção de renda que auxilia as pessoas a saírem da pobreza através da venda dos produtos, porém seu funcionamento não é igual nos territórios, como exposto acima por Bannor *et al* (2022). Isso nos mostra que o impacto da prática da AU está atrelado ao território onde ela é exercida, e aos

aspectos socioculturais dessas localidades, como afirma Mougeot (2005) em suas análises.

Para Lovell (2010), que estudou hortas urbana na cidade de Nova York nos Estados Unidos da América, um dos maiores benefícios da agricultura urbana é a sua capacidade de facilitar o acesso direto dos consumidores a uma alimentação saudável. Segundo a pesquisadora, a disponibilidade de frutas, legumes e verduras frescas dentro das cidades auxilia no combate aos desertos alimentares⁷, e por isso a AU não deveria ser subestimada em seus potenciais transformadores, afirmando que nos EUA

Em alguns casos, o alimento é consumido diretamente pelo produtor, melhorando a segurança alimentar (acesso a alimentos saudáveis e culturalmente aceitáveis) para a família. Em outros casos, grande parte da comida é vendida em mercados locais, gerando renda para residentes individuais e vitalidade econômica para a comunidade (Lovell, 2010 – tradução livre).

Outro ponto positivo das hortas urbanas é a possibilidade de acesso a alimentos não convencionais. Lovell (2010) afirma que as hortas urbanas são fundamentais para o acesso a alimentos pouco usuais ou raros que podem estar relacionados a valorização da herança cultural dos indivíduos, principalmente dos imigrantes. Biazoti *et al* (2021) apontam que as hortas urbanas auxiliam na comercialização de plantas alimentícias não convencionais (PANCS) nas áreas urbanas, ampliando o acesso a alimentos pouco usuais e que não são facilmente encontrados nos hortifrutis e redes de supermercados.

Seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, a agricultura urbana é uma ferramenta que facilita o acesso e a disponibilidade a alimentos frescos e in natura que são fundamentais para que a segurança alimentar e nutricional seja alcançada. Além disso, é uma importante prática que auxilia na obtenção ou complemento de renda das pessoas que exercem a atividade.

⁷ Desertos alimentares são locais onde o acesso a alimentos in natura ou minimamente processados é escasso ou impossível. Para entender mais, ver: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf

2.6 AGRICULTURA URBANA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE

Além do seu papel de auxiliar a realização da saúde através do acesso a alimentos saudáveis, alguns estudos mostram como as hortas urbanas podem ser espaços de promoção da saúde mental e da qualidade de vida dos frequentadores desses espaços.

Segundo Nakamura e Ranieri (2021), as hortas urbanas são áreas verdes que estimulam a atividade física, o consumo de alimentos saudáveis, além de impactarem positivamente a saúde mental dos seus frequentadores, sendo espaços que trazem qualidade de vida para a população do seu entorno.

Orsini *et al* (2020) aponta que a horticultura é usada desde a antiguidade como uma ferramenta para a obtenção de bem-estar, sendo empregada para alívio de calor, além de serem espaços para o cultivo de plantas medicinais. Atualmente as hortas urbanas também são reconhecidas por sua função terapêutica, propiciando bem-estar, alívio do estresse e da ansiedade aos seus frequentadores.

Nakamura e Ranieri (2021) trazem o estudo de Sota *et al* (2017) que expõe que as hortas urbanas, domésticas ou comunitárias, propiciam quatro benefícios à saúde, sendo eles:

- 1) Impacto na saúde mental: as hortas servem como espaços que auxiliam na redução de estresses emocionais como ansiedade e depressão ajudando em uma melhora da saúde emocional;
- 2) Estímulo a atividades físicas: Nas cidades existe um número expressivo de pessoas sedentárias e as hortas se convertem em espaços verdes propícios para realização de atividades físicas em contato com a natureza. Kirby *et al* (2020), em estudo em países desenvolvidos, constatou que as hortas urbanas ajudam seus frequentadores a reduzirem seu índice de massa corporal;
- 3) Socialização: São espaços que permitem a troca de conhecimento, fortalecendo o espírito comunitário e a socialização dos indivíduos. Wadumestringe Dona (2021) em sua pesquisa mostra que a criação e o fortalecimento das relações sociais é o principal tópico abordado por estudos que mostram o impacto da AU nos países desenvolvidos;

4) Enriquecimento da dieta por consumo de alimentos *in natura*.

As hortas urbanas também podem ser vistas com espaços que promovem saúde em suas mais diferentes formas. Como vimos nos exemplos acima, as hortas são locais que proporcionam saúde física, mental e nutricional aos seus frequentadores.

Ribeiro *et al* (2011), ao investigarem o projeto Colhendo Sustentabilidade, desenvolvido na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, constataram que as hortas urbanas eram uma importante ferramenta para a realização da promoção da saúde. Segundo as pesquisadoras, as hortas eram espaços que auxiliavam no fortalecimento da intersetorialidade, estimulavam o empoderamento local e individual e por fim contribuía para a criação de ambientes saudáveis.

Essas informações são reforçadas por Garcia (2016) que afirma que existe uma importante correlação entre as hortas urbanas, a *promoção da saúde* e a sustentabilidade, já que a promoção da saúde “propõe algumas mudanças na sociedade, como a proposição de ambientes sustentáveis, a participação comunitária e o empoderamento” (Garcia, 2016, p. 45), que são ideias que se encontram na base da agricultura urbana. Dessa forma, as hortas urbanas podem ser analisadas como ambientes alimentares promotores de saúde.

3 AGRICULTURA URBANA E OS SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS E SUSTENTÁVEIS

3.1 SÃO PAULO: A CIDADE DESIGUAL

A cidade de São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil. Possui mais de 12 milhões de habitantes distribuídos de forma desigual por um território de 1.521,11 km²⁸. Dentro das nomenclaturas dos modelos de agrupamento urbano ela é considerada uma metrópole global, o que significa que a cidade é organizada e estruturada para suprir as demandas internacionais do uso dos espaços, o que influencia no planejamento do território e na distribuição da rede de serviços. Santos (2012, p.17) expõe que “a relação entre a internacionalização e as cidades ganha uma nova dimensão com o processo de globalização por que passam, hoje, todos os continentes”. Essa internacionalização transforma alguns lugares em lugares complexos, como é o caso das metrópoles globais, na qual se encaixa a cidade de São Paulo.

Ser uma metrópole global determina que o engendramento do território ocorra primeiramente para manutenção e ampliação das atividades das grandes corporações internacionais. Com isso, o planejamento da cidade não é produzido pensando no bem-estar do cidadão, mas sim em suprir as necessidades exigidas pelas grandes corporações, o que resulta em uma discrepância territorial⁹ que impacta na qualidade de vida dos indivíduos que residem nessa localidade.

Para Milton Santos (2012, p. 45) a inclusão dos países subdesenvolvidos no processo de globalização “dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes [...]; a modernização conseqüentemente é seletiva, deixando de fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e

⁸ Dados retirados do Sistema Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023.

⁹ Essa discrepância pode ser observada no mapa da desigualdade municipal, elaborado pela Rede Nossa São Paulo. Disponível em https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf e https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf.

da população”. Os recursos e investimentos realizados na cidade são feitos para suprir as necessidades das grandes corporações, reduzindo investimentos públicos que seriam destinados a questões sociais e agravando a desigualdade social desses lugares. Ou seja, alguns distritos da cidade recebem verbas para serem espaços modernos e tecnológicos enquanto as áreas periféricas ficam aquém no investimento público (Santos, 2012, p. 47).

A partir dessa disputa espacial podemos entender o município como um espaço complexo. Santos (2012, p.19, grifo nosso) averbava que “Essa mundialização dos lugares, permite a criação de lugares especializados e lugares complexos. [...]”. Os lugares especializados são aqueles espaços organizados para suprir as demandas exigidas pelo processo de mundialização. São localidades que possuem uma infraestrutura precisa e especializada para o tipo de atividade praticada nestas cidades. Já “os lugares complexos são, habitualmente, as metrópoles e grandes cidades, onde o meio humano *permite a floração de uma multiplicidade de atividades localmente complementares e, nos diversos subespaços metropolitanos [...]*”.

No caso da cidade de São Paulo essa configuração dos usos do território e suas múltiplas funções é facilmente visualizada, já que a cidade possui uma área central desenvolvida e regiões periféricas com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Temos, então, a região do centro expandido, seguindo para o setor sudoeste, como a mais tecnológica, sendo escolhida para abrigar as atividades que necessitam de alto grau de capitalização. Essas são as localidades que recebem a maior parte dos investimentos de infraestrutura realizados pelo Estado, enquanto as áreas periféricas são deixadas de lado, se tornando redutos de fragilidades, locais que abrigam as atividades e funções que não receberam os devidos subsídios dos governos.

Montenegro (2006) detalha que apesar da pobreza estar espalhada por todo o município de São Paulo, seus pontos focais estão nas áreas periféricas da cidade, tendo uma conformação de uma área central expandida e moderna e de uma periferia pobre. Em São Paulo nota-se isso, na medida em que os indicadores sociais decaem quanto mais periférica é a moradia da pessoa.

Dessa maneira, o espaço é construído e utilizado de forma desigual e as oportunidades de consumo e acesso a serviços não ocorrem de forma uniforme pelo território – pelo contrário, como dito anteriormente, elas aglomeram-se no setor centro-sudoeste do município, aumentando a segregação socioespacial. Essa segregação ao acesso ocorre na maior parte dos serviços essenciais à população, entre elas o acesso aos

alimentos, principalmente a alimentos frescos e *in natura*. Essa dificuldade em encontrar alimentos frescos e saudáveis dentro das cidades é conhecido com deserto alimentar.

Segundo estudos realizados por Duran (2013) e Kasinski (2020), a maior parte dos lugares entendidos como desertos alimentares se encontram nas zonas periféricas da cidade, ou seja, nas regiões mais pobres e vulneráveis. Na sua tese de doutorado Duran (2013) analisou 52 setores censitários do município de São Paulo e constatou que pessoas pobres que moram na periferia tem menos acesso a alimentos saudáveis do que pobres que moram em bolsões de pobreza dentro de bairros de classe média/alta. Já Kasinski (2020) em seu mestrado cruzou os dados do cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) com os dados da classificação nacional de atividades econômicas (CNAE), e através da aplicação de três métodos geoestatístico (proximidade, densidade e competição) concluiu que há vários pontos de desertos alimentares na cidade, com maior concentração nas áreas periféricas. Esses estudos confirmam a teoria de Milton Santos de que a cidade é organizada de modo a primeiramente suprir as necessidades do capital internacional. Não há preocupação com a distribuição harmônica de serviços pela cidade de modo a contemplar a maior parte da população.

Quando pensamos em disponibilidade e acesso à alimentação, uma forma de superar a concentração excludente é fomentar o sistema alimentar local sustentável, valorizando as práticas territoriais e as práticas locais espontâneas. As práticas espontâneas são aquelas que surgem marginais aos processos de planejamento do território (legislação, planos urbanísticos e políticas públicas), normalmente são alternativas a problemas sociais, culturais ou econômicos que não são solucionados pelo governo (Coutinho e Costa, 2012).

3.2 SISTEMA ALIMENTAR X SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL

Para fomentar um sistema alimentar local sustentável primeiramente é preciso entender o que são sistemas alimentares e como eles influenciam no acesso aos alimentos.

Existem alguns métodos para analisar e categorizar os sistemas alimentares (SA), cada formulação evidencia alguns aspectos em detrimento de outros. Uma delas é a leitura sobre sistemas alimentares realizada pelo Alto Painel de Especialistas da ONU (HELP-

sua sigla em inglês) em seu décimo segundo informe, publicado em 2018. Nesse trabalho um grupo de especialistas analisou os sistemas alimentares a partir de um olhar para a saúde, a nutrição e a segurança alimentar, tendo como base o seguinte marco conceitual: “Parte-se do pressuposto que todas as pessoas devem ter o direito a uma alimentação adequada que não só satisfaça os requisitos mínimos para a sobrevivência, mas que também sejam adequadas do ponto de vista nutricional com foco na saúde e no bem-estar (pág. 27 – tradução livre)”. Essa compreensão é similar à elaborada pela LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), que defende que todas as pessoas têm o direito ao acesso regular e permanente a alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável.

O Alto Painel define Sistema Alimentar como um sistema que engloba todos os processos, elementos (meio ambiente e pessoas), infraestrutura, insumos e atividades relacionadas à produção, elaboração, distribuição e consumo dos alimentos. Esse sistema é composto por um emaranhado de cadeias que se relacionam e o resultado dessas relações impactam na sociedade, na economia e no meio ambiente (HLPE 12, pág.11, 2018).

O ponto chave da conceituação sobre sistemas alimentares feita pelo HLPE 12 é a divisão dos SA em 3 grandes eixos que possuem subdivisões internas. Essa divisão facilita o entendimento de cada etapa do sistema e evidencia quem são os principais atores que estão envolvidos em cada uma delas.

1. **Abastecimento Alimentar:** Esta etapa contempla o circuito do alimento que vai da produção ao acesso aos cultivos e produtos alimentícios. Todas as etapas desse circuito estão articuladas e, por isso, ações tomadas em um ponto da cadeia influenciam nas demais. Suas subdivisões são: Sistema de Produção; Armazenamento e Distribuição; Elaboração e Empacotamento; Venda e Comercialização.
2. **Ambiente Alimentar:** Faz referência ao contexto físico, econômico, político, e sociocultural que permeia a relação e interação dos consumidores com o sistema alimentar. O objetivo dessa etapa é entender o que influencia nas decisões alimentares (aquisição, preparação e possibilidade de consumo dos alimentos). Ambiente alimentar é o local de contato do consumidor com o alimento, e normalmente são os ambientes físicos e seus entornos que influenciam em como as pessoas acessam os

alimentos. Também envolve os determinantes pessoais (renda, educação, valores, atitudes etc.) além dos aspectos políticos, econômicos e culturais que intermediam essas relações. É subdividido em 4 categorias: Disponibilidade e Acesso Físico (proximidade); Acessibilidade Econômica; Promoção, Publicidade e Informação e Qualidade e Segurança dos Alimentos.

3. **Comportamento dos Consumidores:** Reflete a preferência dos consumidores (âmbito familiar ou individual) pelos tipos de alimentos adquiridos, como esse alimento é armazenado, preparado, distribuído entre os familiares e consumido. O comportamento é influenciado pelas preferências pessoais (gosto, textura, comodidade, praticidade, hábitos culturais) mas também pelo ambiente alimentar que cerca aquele indivíduo.

Esses eixos estão conectados e juntos estruturam os Sistemas Alimentares. A organização dos eixos influencia na capacidade dos indivíduos em adotarem dietas mais saudáveis e sustentáveis. Um sistema alimentar sustentável é aquele capaz de oferecer *segurança alimentar e nutricional* para todos os indivíduos sem comprometer economicamente, socialmente e ambientalmente as gerações futuras. Isso significa que o sistema alimentar terá que ser economicamente sustentável (rentável, equitativo e justo), oferecer amplos benefícios para a sociedade e ter um impacto neutro ou positivo no ambiente natural (FAO,2018; HLPE 12, 2018).

A FAO (Organização da Nações Unidas para a Alimentação) determina que um Sistema Alimentar Sustentável (SAS) é aquele no qual a dimensão econômica gera benefícios ou valor econômico agregado para todos os indivíduos da cadeia: salários decentes para os trabalhadores, impostos para os governos, lucros para empresas e melhorias no abastecimento de alimentos para os consumidores. Na perspectiva social, para ser um SAS é necessário haver equidade na distribuição e acesso aos serviços e alimentos, sempre incluindo os grupos vulneráveis categorizados por sexo, idade, raça e assim por diante. Além disso, o sistema deve contribuir para o avanço de importantes resultados socioculturais, como: nutrição e saúde, tradições, condições de trabalho e bem-estar animal. Por fim, a sustentabilidade ambiental dentro de um SAS é alcançada quando os impactos das atividades do sistema alimentar, no ambiente natural circundante, são neutros ou positivos, levando em consideração a biodiversidade, água, solo, animais e

plantas, pegada de carbono, pegada hídrica, perda e desperdício de alimentos e toxicidade (FAO, n.p., 2018).

Para fortalecer os sistemas alimentares sustentáveis é necessário criar elos entre a sociedade e os três segmentos que estruturam os sistemas alimentares. Nas áreas urbanas a principal forma de contato das pessoas com o sistema alimentar é através da compra de alimentos, que ocorrem majoritariamente nos supermercados, o que muitas vezes distancia os indivíduos da comida e das dinâmicas que existem antes do alimento chegar à mesa.

Com o aumento da industrialização e o fortalecimento do setor de processamento de alimentos, houve uma mudança na relação dos consumidores com a produção agrícola. O alimento passou a ser uma mercadoria da indústria e não mais um produto vindo da agricultura. Essa nova forma de adquirir alimentos impactou na escolhas alimentares da população, sendo um fator determinante para o aumento do consumo dos ultraprocessados, o que interfere na realização da SAN (Paula, 2017). Percebe-se que esse processo de desconexão (com o alimento) é ampliado pela urbanização, pois ela aumenta o distanciamento entre o produtor e o consumidor; os supermercados e mercados (normalmente mercado privado) viram a instância primordial para o acesso aos alimentos.

Na fase atual do sistema alimentar, os supermercados e hipermercados tornaram-se redutos de interesses dessas grandes corporações internacionais que utilizam o marketing como ferramenta para influenciar nos hábitos alimentares da população, configurando uma mudança na organização dos ambientes alimentares (Paula, 2017).

Segundo Maluf (2015), os sistemas alimentares municipais são as instâncias onde os consumidores acessam os alimentos. Os sistemas alimentares municipais formais estão divididos em duas grandes categorias de acesso físico aos alimentos, que são: os estabelecimentos públicos (organizados pelo Estado) e os estabelecimentos particulares (representados pelos grandes conglomerados de supermercados, hortifrutis e pequenos estabelecimentos). Os mercados públicos são classificados em 4 tipos:

- **Mercados municipais:** equipamentos tradicionais de venda de alimentos, que vêm perdendo sua característica de entreposto de alimentos, e em alguns lugares estão sendo transformados em centros gastronômicos.
- **Varejões e sacolões públicos:** durante anos, esses eram os principais modos de abastecimento alimentar municipal. Podiam ser fixos ou móveis,

estipulavam parâmetros de preço e variedade de produtos para comercialização. Eram tão importantes que influenciavam nos preços ao redor da sua área de abrangência.

- **Feiras livres:** são consideradas equipamentos públicos, pois para funcionar precisam de uma autorização da prefeitura, porém não há regras institucionais que estabeleçam preços e variedades de produtos.
- **Feiras livres de produtores:** são feiras de venda direta entre produtor e consumidor. Além da importância alimentar, essas feiras possuem valor cultural e, em alguns casos, educativo (Maluf, 2015).

Os mercados privados podem ser de dois tipos: de grande porte e de pequeno porte. Os de grande porte, representados pelas grandes redes de supermercados, funcionam majoritariamente através de autosserviço e são espaços que tendem a induzir hábitos alimentares (com propaganda e promoção) e determinar preços (são entrepostos que compram um grande volume de mercadorias), chegando ao ponto de reorganizar a cadeia produtiva, atingindo a produção agrícola (Maluf, 2015).

Os estabelecimentos de pequeno porte são responsáveis por uma expressiva parcela das compras familiares, e normalmente tendem a ser espaços especializados em vendas de alguns alimentos específicos (açougue, padaria, quitanda). São estabelecimentos de caráter local, por esse motivo são considerados estabelecimentos apropriados para serem utilizados a favor de políticas públicas que trabalhem na perspectiva do SAN e da Promoção da Saúde (IBGE, 2019; Maluf, 2015).

Além desses dois segmentos há o mercado do tipo atacado que antigamente possuía a função de regulação dos preços dos alimentos e formação de estoque, porém ambas as funções agora são realizadas através do impacto de compra das grandes redes de supermercados, que absorvem uma parte significativa da produção convencional de alimentos (Maluf, 2015).

Como isso entende-se que os sistemas alimentares são em sua maioria influenciados por uma esfera industrial varejista oligopolizada. As grandes redes de mercado que abastecem a maior parte dos estabelecimentos das áreas urbanas incentivam o consumo de alimentos ultraprocessados, o que fortalece um estado de insegurança alimentar e nutricional (Maluf, 2015; Paula, 2017).

Segundo o relatório *Healthy Diets From Sustainable Food Systems*, produzido pelo grupo de pesquisa EAT-Lancet (2019), é necessário uma mudança estrutural no sistema alimentar dominante, pois o modelo vigente ameaça a resiliência dos ecossistemas, influência na instabilidade climática e impulsiona a degradação ambiental. Ademais, o relatório aponta que é necessário fazer uma mudança de dietas com diminuição do consumo de carne, açúcar e ultraprocessados, já que a dieta atual impacta negativamente na saúde dos indivíduos e dos ecossistemas.

Construir um sistema alimentar sustentável, que auxilie no fortalecimento de dietas saudáveis, “(...)requer uma combinação de mudanças substanciais em direção a padrões alimentares majoritariamente baseados em plantas, reduções drásticas nas perdas e desperdícios de alimentos e grandes melhorias nas práticas de produção de alimentos (EAT- Lancet, pág.16, 2019).”

3.3 AGRICULTURA URBANA: FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS SUSTENTÁVEIS

No capítulo anterior debatemos como a agricultura urbana é uma prática plural, que possui multifuncionalidades, suas características centrais estão atreladas ao ambiente urbano onde está inserida. Por isso, para entender se AU auxilia na construção e/ou no fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis é necessário entender como está organizado o sistema alimentar municipal do qual ela faz parte.

3.3.1 Breve análise sobre o sistema alimentar do município de São Paulo

Analisar o sistema alimentar de um município é uma atividade complexa e, no caso de São Paulo, essa complexidade é ainda maior se levarmos em consideração a dimensão territorial e populacional do município.

Esta atividade não era um dos nossos objetivos de pesquisa e foi executada para auxiliar na compreensão da importância do papel das hortas urbanas no acesso à alimentos

in natura na cidade. Por esse motivo, utilizamos como base da nossa investigação estudos e pesquisas realizadas, em 2021, pelo Instituto Escolhas. A série de quatro reportagens investigativas sobre cultura alimentar no município de São Paulo, produzidas por Zocchio e Hirota (2020), para o jornal *O Joio e o Trigo*. Também foram analisadas a dissertação de mestrado *Desertos Alimentares no Município de São Paulo* elaborada por Daniel Kasinski, em 2020, e o *Informe Urbano 49: Produção e disponibilidade de alimentos* produzido pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP, 2021). Cada pesquisa utilizou diferentes metodologias de análises e por isso acreditamos que mesclar esses estudos nos dará uma visão ampla do sistema alimentar do município. Além desses materiais também analisamos os dados abertos municipais de abastecimento público disponíveis no repositório online GeoSampa¹⁰ e no Sampa+Rural.

Como vimos anteriormente o sistema alimentar pode ser dividido em três grandes blocos: abastecimento alimentar, ambiente alimentar e comportamento do consumidor. Dentre eles, os quais possuem relação direta com a agricultura urbana são abastecimento alimentar e ambiente alimentar. Iremos nesse momento olhar o sistema alimentar a partir do bloco do abastecimento alimentar. De forma mais detalhada o abastecimento alimentar, segundo o HELP-12 (2018, pág. 30-32), é subdividido em quatro categorias:

- a. **Sistema de Produção:** abrange a escolha dos alimentos que serão cultivados, preferência do manejo realizado nesse cultivo (tradicional, orgânico, agroecológico), que tipo de mão de obra é utilizada, em que local esse alimento é produzido. A etapa da produção afeta a disponibilidade e o acesso (físico e econômico) aos alimentos;
- b. **Armazenamento e distribuição:** Como o alimento é armazenado, quais partes da cadeia foram acionadas para que ocorresse a distribuição e venda em pontos comerciais, feiras, e compra governamental. Nessa fase pode ocorrer perda de alimentos por mau armazenamento;
- c. **Elaboração e Empacotamento:** Etapa na qual os alimentos podem passar por algum tipo de transformação (por ex: do grão para farinha). Inclui também os processos de conservação dos alimentos (acidificação,

¹⁰ Geosampa é o repositório online de dados abertos da prefeitura de São Paulo, no qual é possível encontrar e fazer *download* de dados tabulares e dados geoespaciais produzidos pela prefeitura.

defumação etc.). Nessa etapa o alimento também pode ser modificado para a produção de novos alimentos (processados até os ultraprocessados);

- d. **Venda e Comercialização:** Etapa de compra e venda dos alimentos pelos consumidores. A comercialização pode ocorrer em varejos, mercados formais e informais e mercados alternativos. Esses espaços de venda de alimentos se configuraram como os ambientes alimentares (pág.32);

Dentre essas quatro categorias os estudos sobre sistema alimentar municipal selecionados investigam principalmente os tópicos de sistema de produção e vendas e comercialização. Uma possível justificativa à ênfase dada a esses tópicos seja o fato de que elas compõem os itens do sistema de monitoramento de vigilância em SAN (SISVAN) sendo possível encontrar dados públicos voltados para a temática. O SISVAN é composto de 7 passos, sendo eles:

I - produção de alimentos;

II - disponibilidade de alimentos;

III - renda e condições de vida;

IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;

V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;

VI - educação;

VII - programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Como um dos objetivos da pesquisa é entender se a agricultura urbana auxilia no acesso aos alimentos *in natura*, iremos olhar para os aspectos do sistema alimentar municipal que auxiliam na disponibilidade e no acesso físico a esses alimentos, ou seja, a existência de pontos de venda que comercializem esse tipo de produto.

Como exposto por Maluf (2015) o sistema alimentar municipal é dividido em duas categorias: estabelecimentos públicos e estabelecimentos privados. Sistemas públicos são regidos e organizados pelo governo e pelo planejamento territorial do município, já os estabelecimentos privados surgem conforme tendências de mercados dos territórios, depende inteiramente da vontade de investidores para existirem. Seguiremos essa divisão na nossa análise. Primeiro investigaremos os estabelecimentos privados e depois os estabelecimentos públicos.

Kasinski (2020) fez um levantamento do número de estabelecimentos privados que vendem alimentos na cidade utilizando dados públicos do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) e os correlacionando com a classificação nacional de atividades

econômicas (CNAE). Sua pesquisa resultou em um total de 118.730 lojas que vendem produtos alimentícios. Desse total, aproximadamente 74 mil estabelecimentos são lanchonetes, casas de chá e sucos, lojas de conveniência e restaurantes – espaços que possuem pouca ou nenhuma opção de alimentos saudáveis. Para fazer um comparativo entre o número de comércios de alimentos saudáveis e não saudáveis o pesquisador agrupou os pontos em dois grupos: venda de alimentos energéticos (pouco saudáveis) e pontos de vendas de alimento nutricional (mais saudáveis), e concluiu que 44.062 são locais de estabelecimentos mistos ou locais onde há predomínio ou uma porcentagem alta de alimentos mais nutritivos (*in natura*; minimamente processados).

A prefeitura de São Paulo também fez um levantamento dos tipos de comércios que vendem alimentos *in natura* e minimamente processados no município. Diferente de Kasinski ela utilizou os dados de Relação Anual de Informações Sociais (Rais). A categorização dos dados foi feita através da classificação do CNAE e agrupados seguindo o modelo proposto pelo Guia Alimentar da População Brasileira e chegou ao número de 9.413 mil estabelecimentos privados e 939 espaços públicos que comercializam alimentos mais saudáveis.

O levantamento realizado por Zocchio e Hirota (2020), jornalistas investigativos do jornal O Joio e o Trigo, seguiu os mesmos passos da investigação de Kasinski, ou seja, foi feito um levantamento de CNPJ, após isso verificou-se o perfil desses estabelecimentos com base no CNAE. Porém a categorização feita pelos jornalistas foi distinta, eles seguiram as indicações estabelecidas no Guia Alimentar na População Brasileira. Como resultado foram identificados 81.082 estabelecimentos de venda de alimentos na cidade, 51.303 estabelecimentos de caráter misto e 8.779 estabelecimentos de produtos *in natura*.

Apesar da discrepância entre os números de estabelecimentos levantados em cada pesquisa os resultados encontrados foram similares. Ambos os estudos afirmam que há uma boa distribuição de pontos de vendas pelo município e que existem mais estabelecimentos privados que público espalhados pelo território, o que pode ser um problema, pois são, em maioria estabelecimentos de caráter misto que vendem alimentos *in natura* até ultraprocessados. Os estudos não averiguaram qualitativamente esses estabelecimentos.

Para a PMSP, apesar de haver setores com baixa presença de comércios saudáveis, a dispersão de estabelecimento dentro do município é boa, indicando que não há

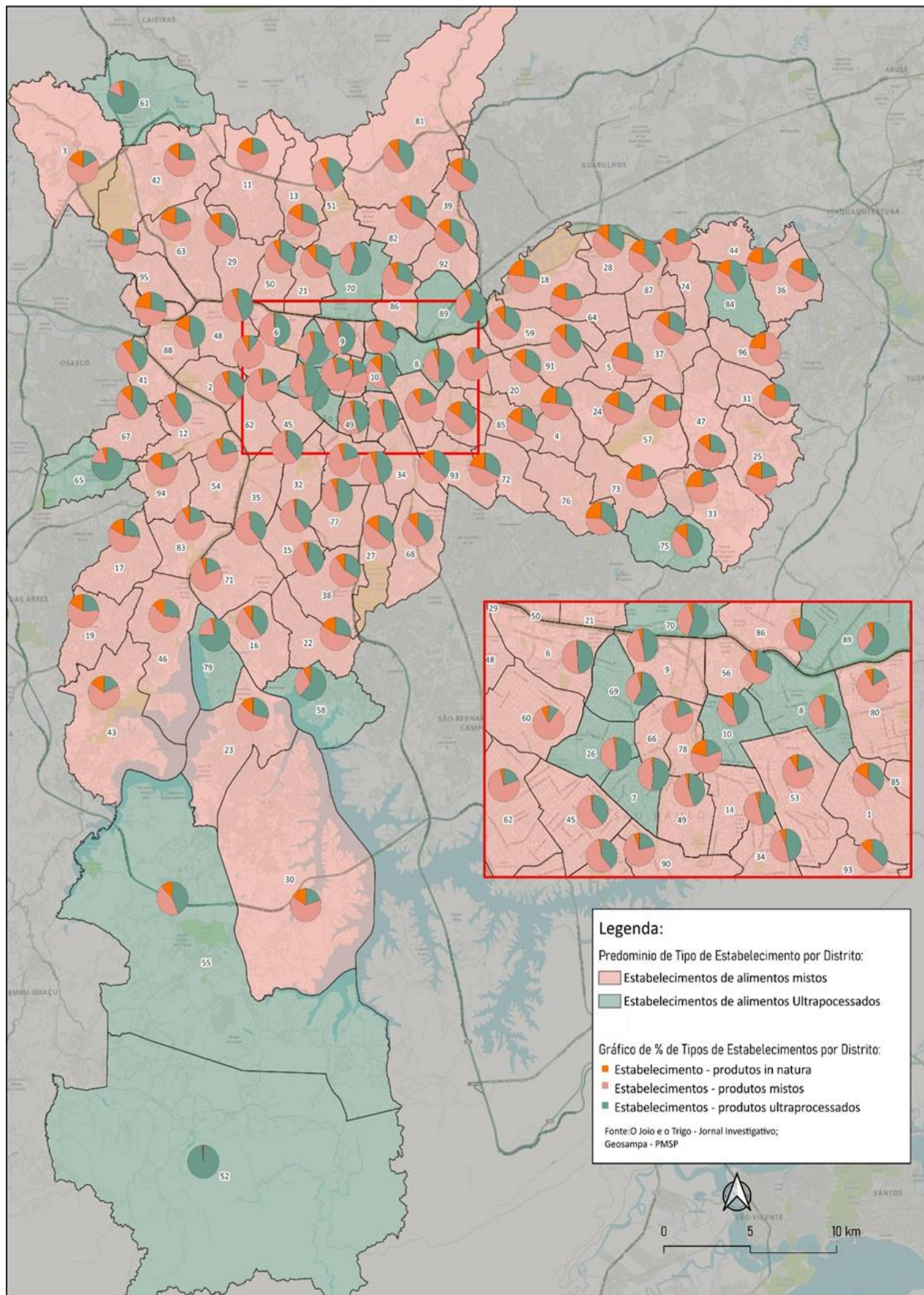
problemas de acesso físico a alimentos saudáveis. Já Kasinski (2020) afirma que existe um número considerável de setores censitários com baixa ou nenhuma presença de estabelecimentos saudáveis, o que indicaria a presença de desertos alimentares. Os setores censitários atingidos pela baixa oferta estão localizados nas áreas periféricas do município, regiões que possuem menores IDH.

Outro problema apontado por Kasinski (2020) é a competição entre as lojas de comida saudáveis com as de alimento não saudáveis. Existem mais estabelecimentos de alimentos não saudáveis e a sua capilaridade é maior, ou seja, é mais fácil para o consumidor encontrar lojas de alimentos ultraprocessados em uma distância menor. Essa teoria foi comprovada também pela investigação jornalística feita Zochio e Hirota (2020) que concluíram que as áreas centrais possuem o dobro de lojas não saudáveis do que espaços de comercialização saudáveis. Os jornalistas ainda discutem que o preço atrativo dos alimentos ultraprocessados aliados com o marketing em *prol* desses produtos influenciam nas escolhas dos consumidores.

Em relação aos estabelecimentos privados, vemos que eles dominam o mercado de acesso a alimentos na cidade e possuem uma ampla e densa dispersão territorial. Em sua maioria são estabelecimentos que têm mais opções de alimentos ultracalóricos, o que pode influenciar na escolha dos consumidores que tendem a optar por alimentos ultraprocessados, por serem mais acessíveis (física e economicamente).

No mapa abaixo é possível observar qual o tipo de estabelecimento mais presente em casa distrito, para isso elaboramos um gráfico de pizza. Cada gráfico representa o número absoluto de estabelecimentos por distritos, divididos na categoria misto, in natura e ultraprocessado. A região central foi destacada porque os gráficos ficavam sobrepostos o que atrapalhava a visualização. Os números presentes no mapa são os códigos de identificação de cada distrito (em anexo colocamos uma tabela para que veja possível averiguar qual número representa o distrito em questão).

Mapa 3 - Comparativo de tipos de estabelecimentos que vendem produtos alimentícios.



Fonte: O Autor, 2023.

Um diferencial da cidade é a existência do Ceagesp, o maior entreposto de alimentos da América Latina. Localizado na Vila Leopoldina, perto da saída para a Marginal Pinheiros, importante via de acesso da cidade. O Ceagesp é o principal estabelecimento de compra e venda de alimentos *in natura* na cidade, realizando venda tanto em atacado como em varejo.

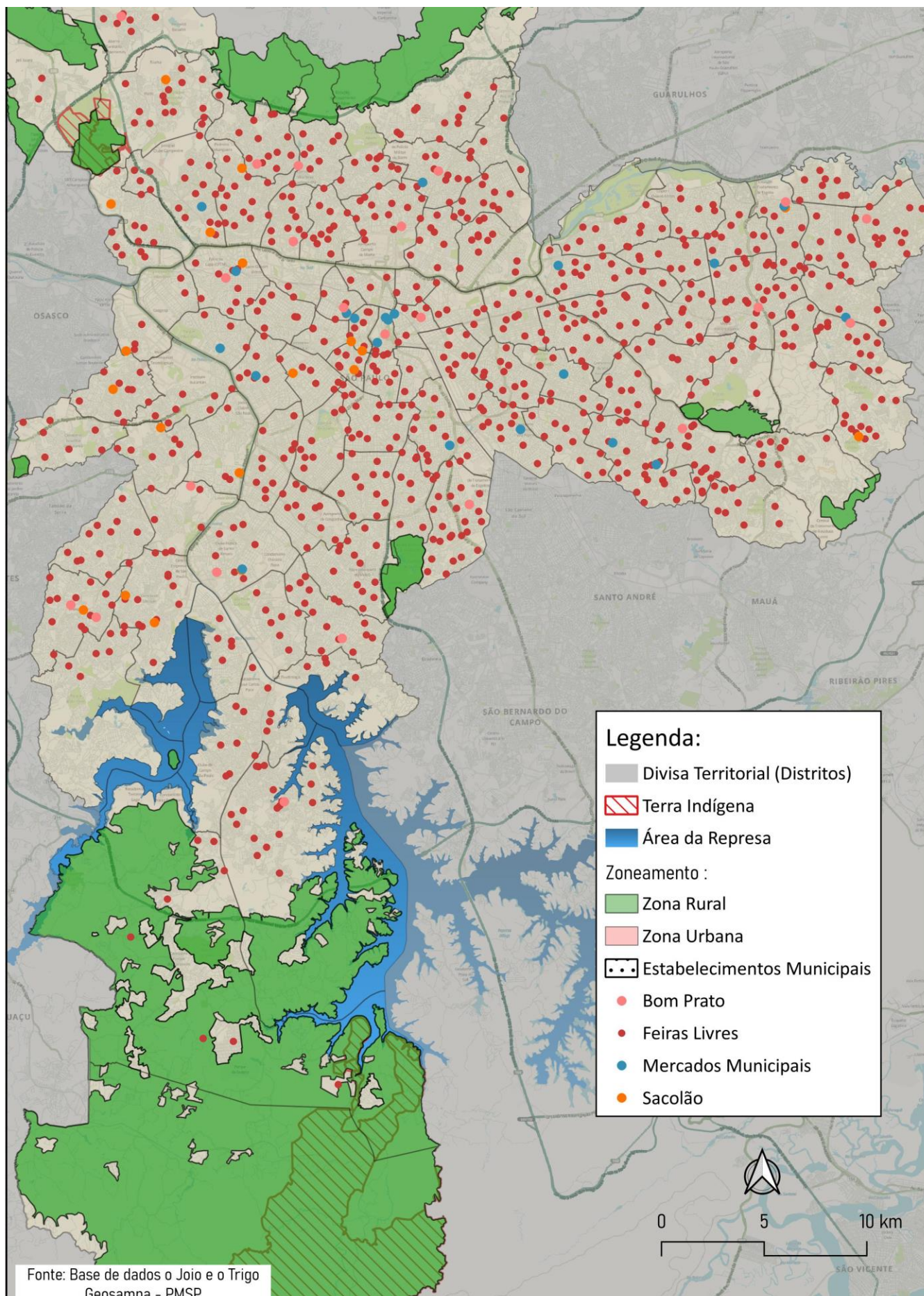
O Instituto Escolhas (2020), em seu relatório sobre o Sistema Alimentar da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), averiguou que o entreposto é responsável pela comercialização de 3 milhões de toneladas por ano de produtos *in natura*. Aproximadamente 60% das frutas, legumes e verduras consumidas na RMSP vem de lá. Os produtos comercializados no CEAGESP são oriundos de várias partes do Brasil. As verduras, em sua maioria, são do cinturão verde de São Paulo e outras cidades do entorno, já as frutas são produzidas em diferentes partes do país. Há estimativa de que 44% desses produtos sejam enviados para o varejo tradicional abastecendo pequenos mercados, quitandas e as feiras de rua. Apesar da sua importância para o abastecimento da RMSP, o Ceagesp se configura como importante ponto de venda para intermediários, sendo baixa a relação direta entre consumidor final e vendedor. Aproximadamente 28% dos alimentos do entreposto são comercializados nas feiras livres da cidade (Instituto Escolhas, 2020).

Ademais, empresas de grande e médio porte possuem entrepostos próprios, em sua maioria localizados no bairro do Jaraguá. Com isso concluímos que o Ceagesp abastece mais as feiras livres, hortifrutis, mercados de menor porte, e apesar de ser um entreposto do Estado de São Paulo, funciona como uma empresa federal não dependente, tirando sua renda do aluguel dos armazéns e outros serviços (Instituto Escolhas, 2020; Ceagesp, 2023).

Além dos pontos de vendas particulares na cidade de São Paulo há também opções públicas. No total são 939 estabelecimentos controlados pelo governo, sendo: 899 pontos de feiras livres, 19 sacolões municipais e 21 mercados municipais. Os sacolões e mercados municipais possuem pouca dispersão pelo território, e não atingem uma parcela expressiva da população do município.

Já as feiras de rua estão distribuídas de forma mais homogênea pela cidade, segundo os dados de abastecimento, retirados do repositório Geosampa. Atualmente existem 899 pontos de feira pelo município. As feiras de rua de São Paulo foram formalizadas como uma atividade controlada pelo município em 1914, antes disso as feiras eram informais (PMSP, n.d).

Mapa 4 – Mapa de localização de estabelecimentos alimentícios municipais.



No mapa acima é possível visualizar a distribuição espacial dos estabelecimentos municipais de venda de alimentos.

As feiras livres no Brasil são vistas pelos governos como um serviço de utilidade pública municipal constituindo um importante mercado de varejo ao ar livre, que auxilia na distribuição local de alimentos *in natura* e outros produtos básicos. Elas têm, em algumas cidades, uma função estratégica, apesar de passarem por um momento de decadência (Mascarenhas e Dolzani, 2008). No Informe 49, Produção e disponibilidade de alimentos no Município de São Paulo, a Prefeitura afirma que a densa capilaridade de feiras de rua auxilia no acesso a alimentos frescos e *in natura*, portanto do ponto de vista da disponibilidade a cidade oferece uma vasta oferta de locais de venda de alimentos *in natura* para os munícipes, tendo uma função estratégica para a realização da SAN.

Apesar da alta capilaridade das feiras livres, quando analisamos os dados tabulares é possível notar uma discrepância entre cada feira. Um exemplo é o número de feirantes, sendo que há feiras em que o número de feirantes é zero e outras que superam 900¹¹. Outro ponto que deve ser analisado são os dias das feiras, que ocorrem normalmente uma vez por semana. Não encontramos estudos sobre como é determinado o dia das feiras. Enviamos um e-mail para coordenadoria de subprefeituras¹² sobre os dados de abastecimento, porém não tivemos retorno.

Quando pensamos em disponibilidade e acessibilidade (física), a cidade está nutrida com um número expressivo de pontos comerciais bem distribuídos pelo município, contudo há a prevalência de estabelecimentos que vendem alimentos não saudáveis. Os dados da dissertação de Kasinski (2020) mostram que em uma análise de competitividade os estabelecimentos que vendem ultraprocessados possuem mais unidades e melhor capilaridade pelo território, informação condizente com o levantamento de Zocchio e Hirota, que mostram que existem 239% a mais de estabelecimentos ultraprocessados do que *in natura*. Esses fatores podem influenciar as pessoas a terem dietas mais calóricas e menos nutritivas. Além disso, as áreas periféricas

¹¹ Para a produção do mapa e análise das informações utilizamos os dados abertos do GEOSAMPA, o repositório de dados espaciais do município de São Paulo, que são dados oficiais. Porém há um erro entre as informações disponíveis, se comparamos os dados do Geosampa com a secretaria de abastecimento as informações de número de feiras e principalmente do número de feiras são altamente discrepantes.

¹² Atualmente o controle das feiras livres são responsabilidades de cada subprefeitura que deve fiscalizar as feiras existentes e ponderar sobre a formulação de novos pontos de feira.

não são contempladas com essa ampla gama de serviços e opções de ponto de venda, estando em situação de vulnerabilidade e sofrendo com desertos e/ ou pântanos alimentares.

O sistema alimentar do município é complexo, com variáveis que ajudam e outras que atrapalham na construção de um sistema alimentar local sustentável. A presença do Ceagesp auxilia no abastecimento alimentar do município, sendo um importante polo de distribuição de alimentos *in natura* para feiras livres, sacolões e hortifrutis. Contudo, 60% dos estabelecimentos do município, que possuem melhor distribuição espacial, são pontos comerciais onde há maior presença de alimentos não saudáveis.

3.3.2 Construindo um Sistema Alimentar Sustentável

A prefeitura de São Paulo, em 2020, como uma das atividades propostas pelo Projeto Ligue os Pontos, lançou a plataforma digital *Sampa + Rural* e o *Selo Produção de Sampa*. A plataforma tem o objetivo de ser um repositório de dados abertos sobre pontos comerciais, feiras, agricultores urbanos e projetos que trabalham em *prol* da sustentabilidade e da valorização da agricultura nas áreas urbanas e rurais do município.

Criar a plataforma foi a maneira encontrada para divulgar, fortalecer e incentivar conexões entre as experiências que existem na cidade e que fortalecem a construção de um Sistema Alimentar Sustentável.

Segundo entrevista dada pelo Agente Chave 07, funcionário da prefeitura que trabalhou no projeto, a *Sampa+Rural* foi pensada e estruturada a partir de trocas com pessoas que estavam articuladas na temática e entendeu-se que a plataforma precisava ser um espaço de conexão das iniciativas existentes:

A gente fez oficinas, em 2019, muitas rodadas de conversa e entrevistas com agricultores, com várias das pessoas e das iniciativas que aparecem na Sampa hoje para ver o que elas precisavam. Decidimos então fazer uma plataforma de conexão. Nós nos questionamos como seria a plataforma, o que ela precisa ser, o que ela pode ter. E a gente foi com isso desenhando um desenho conceitual (...). A gente já tinha esses dados (da zona rural), que são hoje os dados oficiais de agricultura da cidade, mas paralelo a isso a gente foi fazendo, com pouco dinheiro e com muita articulação, um hub, porque a gente percebeu que tinha muita informação, muitos levantamentos, tem muita

gente trabalhando com isso, mas eles não estavam sistematizadas em um único lugar (...). (Agente Chave 07)

Houve uma seleção rigorosa das informações que seriam disponibilizadas na plataforma e os dados foram obtidos através de indicação de agricultores do município em parceria com Instituto Kairós, que trabalha na vertente da economia solidária e consumo responsável. Também contou com o auxílio do Idec (Instituto de defesa do consumidor), que produziu um levantamento de feiras orgânicas e agroecológicas na RMSP. Além disso houve a contratação de pesquisadores para que fizessem um levantamento dos estabelecimentos (lojas, hortas, CSA) sustentáveis que atuavam no município.

Então, tem esse corte do que entra na Sampa+Rural de estabelecimento, né? Nós não queremos incluir na plataforma estabelecimentos que não possuem uma relação de parceria com os agricultores, então não colocamos todo mundo que vende orgânico. Na Sampa+Rural não terá todo mundo que vende orgânico. Quem está lá? Estão os estabelecimentos que o Idec selecionou que são aqueles de comércio justos direto ou semi-direto. Tipo o Baru, ele não é direto, mas ele deixa claro essa relação de parceria com os agricultores. Além desses estabelecimentos incluímos institutos, fundação parceira com os agricultores, como os CSA. (Agente Chave 07 - grifo nosso)

Foram retirados da lista de estabelecimentos as grandes redes de supermercados e outros estabelecimentos que vendem alimentos orgânicos, porém não era possível averiguar qual o tipo de relação estabelecida entre o comprador e o agricultor. Prezou-se por estabelecimentos que respeitem o agricultor e o trabalho rural, que incentivem o comércio justo e os circuitos curtos de comercialização.

A Sampa+Rural também é uma plataforma de mapeamento participativo na qual as pessoas podem ajustar as próprias informações, que já constam no site, e submeter sua horta ou seu estabelecimento para que ele apareça no mapa de iniciativas. Os dados são averiguados pela prefeitura e, após isso, se as informações estiverem corretas a iniciativa é inclusa no sistema.

Além da plataforma, uma inovação proposta pela equipe do projeto e pela prefeitura foi a distribuição do selo *Aqui tem produção de Sampa*. De acordo com o Agente Chave 07 foram distribuídos mais de 500 selos pela cidade. Os selos têm a função

de localizar e divulgar projetos e estabelecimentos que prezem por relações sustentáveis de consumo, aproximando os cidadãos das iniciativas existentes na cidade.

Segundo os dados disponíveis no Sampa+Rural, a cidade possui 2.422 entidades, divididas em hortas urbanas, mercados, iniciativas sociais e turismo e vivência rural. Ou seja, iniciativas que se dedicam a criar uma cidade mais sustentável e saudável.

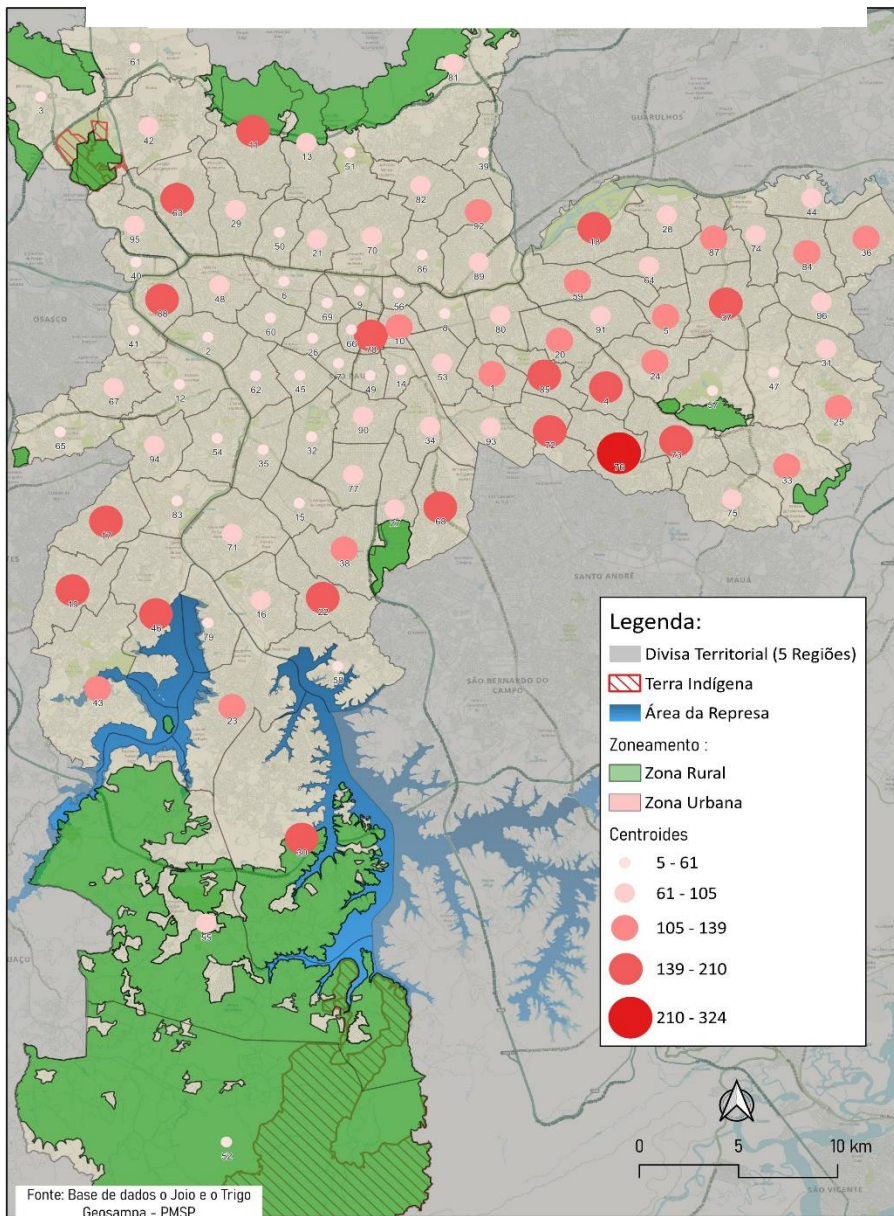
Desse montante, existem 732 pontos de agricultura nas cidades, divididos entre as áreas rurais e urbanas, 147 mercados e estabelecimentos que vendem alimentos ecológicos, 165 iniciativas públicas e particulares que trabalham seguindo os preceitos da sustentabilidade e da agricultura sustentável e por fim 98 pontos de turismo e vivência rural.

Se compararmos com os dados de estabelecimentos que vendem ultraprocessados ou que não seguem diretrizes sustentáveis com o número de pontos de vendas que privilegiam alimentos saudáveis e sustentáveis e o circuito curto de produção esse número de iniciativas parece efêmero. Porém a valorização desses espaços pela prefeitura tende a estimular a conexão entre as iniciativas existentes, criando pontes de troca e enaltecendo o papel da alimentação saudável e sustentável para a criação de um sistema alimentar mais equalitário e justo.

É necessário considerar que a ideia de transformar os sistemas alimentares em sistemas alimentares sustentáveis é algo relativamente recente e está vinculada a compreensão dos impactos da revolução verde no meio ambiente e na ampliação da fome e da pobreza, como vimos no cap 1. Por isso, apesar de parecer baixo o número de estabelecimentos saudáveis e sustentáveis, a existência desses estabelecimentos possibilita que as pessoas tenham a opção de fazer melhores escolhas. Contudo é necessário criar iniciativas e políticas para ampliar o número de estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis.

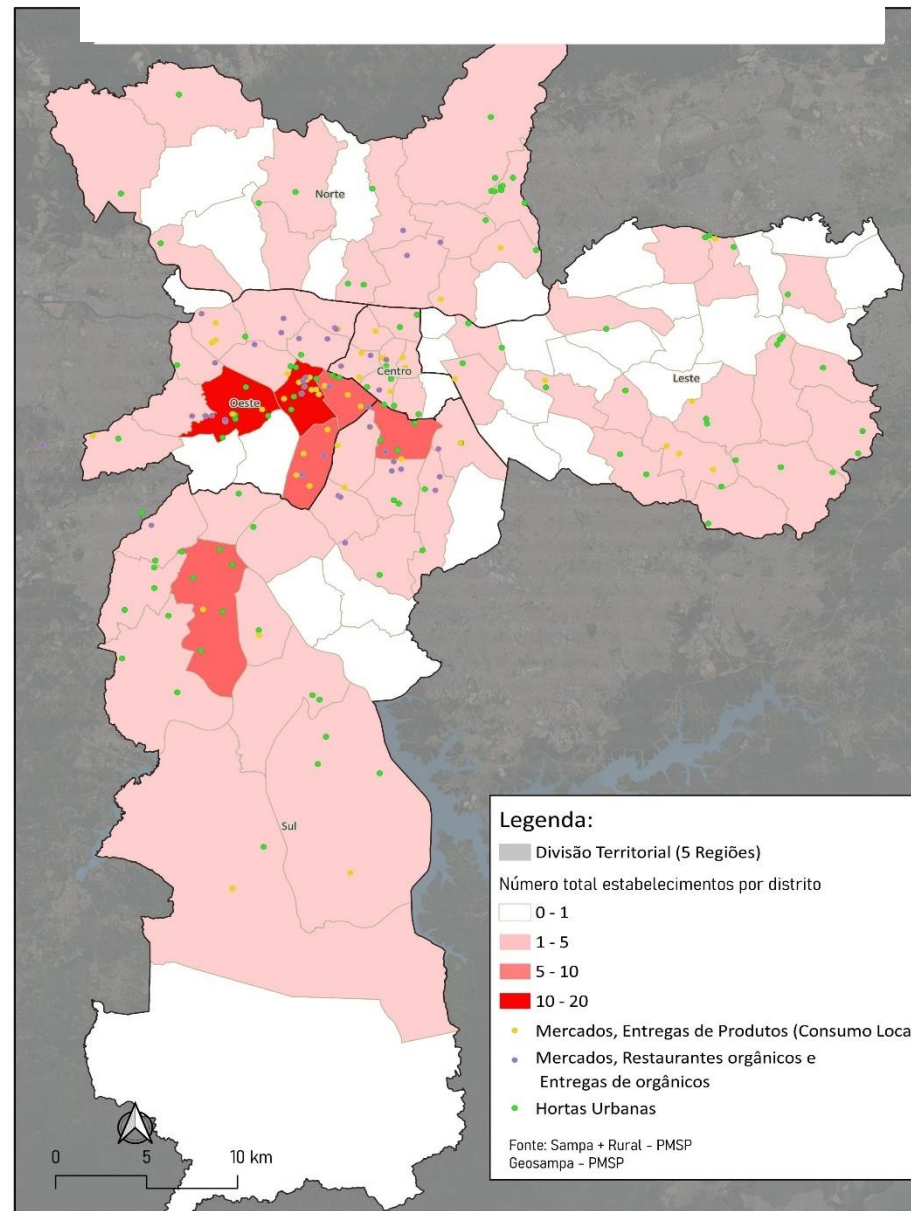
A seguir estão dois mapas de proporção de estabelecimentos por distrito. O Mapa 5 traz a representação gráfica de círculos proporcionais ao número total de estabelecimentos que vendem produtos *in natura* por distrito. Já o Mapa 6 traz informações do número total de estabelecimentos sustentáveis por distrito e também a distribuição espacial desses pontos pelo município.

Mapa 5 – Mapa de círculos proporcionais de estabelecimentos que vendem produtos in natura por distrito



Fonte: O Autor, 2023.

Mapa 6 – Mapa de número absolutos de estabelecimentos com diretrizes sustentáveis



Fonte: O Autor, 2023.

3.3.3 Do surgimento à manutenção das hortas urbanas em São Paulo

A agricultura urbana é uma prática multifuncional e na cidade de São Paulo possui formatos e objetivos diversos. As hortas urbanas do município auxiliam no acesso físico e econômico a alimentos saudáveis, pois comercializam alimentos ecológicos a preço mais acessíveis nos territórios onde estão localizadas.

Em São Paulo, antes do processo acelerado de urbanização, que modificou a paisagem do município, a agricultura era uma prática comum que ocupava diferentes espaços da cidade, principalmente as extremidades do município. Com a urbanização, a cidade foi se alargando e as antigas fazendas e sítios foram se transformando em loteamentos para moradia, comércio ou indústria, distanciando o cinturão verde das áreas urbanas (Jayo e Caldas, 2019).

Como vimos a urbanização que arremete a cidade de São Paulo não atinge as localidades da mesma forma, deixando algumas áreas em situação de vulnerabilidade alimentar e social. No estado de São Paulo o combate à fome entra na agenda política após o processo de redemocratização do país.

Em 1983, assume o governo do estado de São Paulo André Franco Montoro, primeiro governador eleito democraticamente após o golpe militar. Montoro tinha como proposta central do seu governo a realização do projeto chamado “A Batalha da Alimentação” que “consistia em um conjunto integrado de ações, envolvendo desde a produção, a comercialização, o consumo, até a suplementação alimentar às famílias mais carentes” (São Paulo, p.10, 1987). Nessa ocasião, com o fim da ditadura militar, os dados sobre o número de pessoas subnutridas no Brasil foram divulgados e estimava-se que haveria mais de 70 milhões de pessoas subnutridas no país. O governo de Franco Montoro criou frentes de combate a fome no estado de São Paulo que tiveram atuação sobre a produção, a disponibilidade e no acesso à alimentos e alimentos saudáveis.

Havia uma preocupação com o baixo índice calórico consumido pela população e com a qualidade do alimento que era consumido. Compreendia-se que as melhorias no padrão do consumo alimentar não atingiam toda a população da capital paulista. Ao contrário, a discrepância ficou maior indo de 7,3% para 13,5% dos munícipes que se alimentavam inadequadamente (São Paulo, p. 27, 1987).

Para combater a fome o governo estabeleceu algumas iniciativas: facilitou o crédito rural aos pequenos produtores, criou centros de pesquisa e assistência técnica rural, realizou reforma agrária, reorientou os programas de suplementação alimentar e buscou melhorar as condições de abastecimento do estado. Muitas das ações eram feitas em parceria com as prefeituras através dos Programas Municipais de Alimentação (PMA). A intenção era descentralizar o acesso aos alimentos, o que impactaria no preço e na disponibilidade os produtos em esfera local (São Paulo, pág. 27-28, 98, 1987).

Entre as ações de abastecimento realizadas junto às prefeituras estava o *Programa de Hortas*, que possuía quatro frentes distintas: as hortas comunitárias, as hortas municipais e institucionais, as hortas escolares e as hortas domiciliares.

O objetivo central do *Programa de Hortas* era incentivar a utilização de espaços ociosos para a produção de hortaliças, legumes, frutas e outros cultivos alimentícios, “constituindo-se numa alternativa eficaz para suprir as deficiências nutritivas da população”. O programa também tinha outras vantagens como absorção da mão-de-obra desempregada, auxílio no orçamento familiar, além do estímulo a prática da solidariedade (São Paulo, pág.100-101, 1987).

Foi realizado na Zona Leste de São Paulo o projeto piloto do programa hortas e, de 1983 a 1986, mais de 911 hortas comunitárias e escolares foram criadas na capital paulista. O governo de São Paulo fez um acordo com a Eletropaulo que cedeu as áreas de linhões de energia elétrica, através de contrato de comodato, para os agricultores interessados.

Além do acesso aos terrenos, o governo também comprou adubos, sementes e ferramentas que eram disponibilizados para os agricultores. Havia também cursos de capacitação para que os cidadãos interessados soubessem como fazer o manejo mais ecológico das hortas.

O projeto de Franco Montoro auxiliou no acesso (físico e econômico) a alimentos saudáveis, incentivou o que atualmente chamamos de circuito curtos de produção e fortaleceu a venda direta entre produtor e consumidor. O programa de hortas deixou um legado, uma marca no território: a possibilidade de usar espaços ociosos para a produção de alimentos, auxiliando na realização SAN dos moradores que viviam próximos das hortas.

Na zona leste é possível encontrar agricultores que foram contemplados pelo programa de hortas (Jayo e Caldas, 2019). Na nossa pesquisa conversamos com dois

agricultores que obtiveram acesso aos terrenos de linhões no início da década de 1990, época em que a Eletropaulo ainda incentivava a ocupação desses espaços para produção de alimentos e ampliação das áreas verdes.

Para Jayo e Caldas (2019), o sucesso do programa de alimentação de Montoro está associado ao fortalecimento da participação social. As pessoas e comunidades eram ouvidas e convidadas a participar de forma ativa dos projetos elaborados pelo governo estadual.

Com o fim do Governo Montoro, houve um lapso de mais de dez anos até que a agricultura urbana voltasse a aparecer na agenda pública municipal (Jayo e Caldas, 2019). A pauta da agricultura urbana só voltou para a agenda pública durante o governo da Marta Suplicy (2000-2004), que através de uma ação do poder legislativo promulgou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), Lei 13.727, regulamentado somente em 2010 pelo Decreto 51.801, que se baseava nas seguintes diretrizes:

- CONSIDERANDO a significativa importância da produção agrícola local para a sustentabilidade do Município de São Paulo, notadamente a sua direta influência na manutenção do clima e na preservação dos mananciais, com conseqüente produção de água;
- CONSIDERANDO que a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, *estabelece as Zonas de Produção Agrícola como áreas de fundamental importância para a garantia da segurança alimentar e geração de emprego e renda;*
- CONSIDERANDO a necessidade estratégica da manutenção do caráter rural, com adequado uso do solo, evitando assim as ocupações irregulares, a impermeabilização e a poluição das áreas de proteção aos mananciais;
- CONSIDERANDO ainda a importância da ocupação de áreas ociosas ou subutilizadas, garantindo a permeabilidade do solo na malha urbana, (Prefeitura de São Paulo, 2017).

A PROAURP legalizou a agricultura urbana no município. O intuito da lei era fomentar a prática pelos territórios e fortalecer as hortas existentes. Porém, ela só foi homologada em 2010 (Machado, 2017).

Ademais da PROAURP, a gestão da Marta Suplicy implementou o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). Segundo a

Prefeitura de São Paulo, “O Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) destina-se a apoiar projetos que visem o uso sustentável dos recursos naturais, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental, pesquisa e atividades ambientais de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente” (Machado, 2017 *apud* Prefeitura de São Paulo, 2010). A partir do FEMA, alguns projetos para fortalecimento da AU foram postos em prática.

Após isso, em 2010, durante a gestão de Gilberto Kassab, a prefeitura realizou ações práticas para o fortalecimento da PROAURP. Essas ações foram realizadas pela Secretária do Verde e Meio Ambiente, que era administrada pelo médico sanitário Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, filiado ao Partido Verde (PV), um ávido defensor do verde e da sustentabilidade (Machado, 2017; Jayo e Caldas, 2019). Nesse período foi aprovado o decreto 47.280, que estipulou a elaboração da Casa de Agricultura Ecológica (CAE)¹³ e o Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais¹⁴ vinculado à Lei 14.903 oficializada pela Decreto 51.435/10.

Durante a gestão de Fernando Haddad (2012-2016) o incentivo à agricultura urbana é retomado como pauta do governo através de ações políticas como a criação do Sistema Integrado Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), e também através de suporte financeiro com a abertura de um edital, o *FEMA 10*, voltado para projetos de fortalecimento da Agricultura Urbana no município. A verba foi destinada a projetos focados na zona sul e na zona leste.

Para completar, foi criado o Programa Operação Trabalho (POT) Hortas e Viveiros, que tinha como “objetivo a formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implementação de projetos de agricultura urbana que devem gerar trabalho e renda e contribuir para preservar e recuperar recursos naturais na cidade” (Prefeitura De São Paulo, s.d).

¹³ A Casa de Agricultura Ecológica é compreendida como um local de apoio ao agricultor, auxiliando no processo de implementação do PROAURP, e considerando um centro de assistência técnica, deve disponibilizar recursos e matérias que fomentem a agricultura urbana. Na zona leste de São Paulo o CAE se encontra dentro do Parque do Carmo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d).

¹⁴ O projeto tem como objetivo central “Apoiar e incentivar a produção local, auxiliando na implantação de projetos de hortas (comunitárias, educativas, medicinais, de autoconsumo e com geração de renda), de criação de pequenos animais, de pomares e produção de plantas ornamentais. [...]” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, s.d).

Os agricultores urbanos entrevistados, comentaram que tiveram pouco ou nenhum auxílio da gestão 2016-2020 e da gestão 2021-2024 durante a pandemia¹⁵. Ainda denunciaram que o POT Hortas e Viveiros foram extintos, ampliando a fragilidade em que se encontravam, já que não estavam fazendo feiras ou abrindo as hortas para visitas. Recentemente, após pressão dos ativistas e servidores públicos engajados, foi aberto um novo edital POT para incentivar e fortalecer a agricultura urbana.

Nos discursos políticos, as hortas urbanas sempre foram tratadas como ferramentas de auxílio ao acesso (físico e econômico) a alimentos saudáveis, auxiliando na segurança alimentar e nutricional. Porém, de forma ativa, somente o governo Montoro fez ações conjuntas para transformar as hortas urbanas em pontos de abastecimento alimentar municipal. As demais ações e políticas postas em prática pelas gestões que seguiram a de Montoro tiveram caráter pontual e eram descontinuadas pelas gestões seguintes, ou seja, não houve um processo de continuidade de projetos, o que fragiliza a permanência das hortas urbanas.

Por esse motivo, entendemos que apesar da existência formal das hortas urbanas estar atrelada a uma política de governo, elas podem ser entendidas como práticas espontâneas já que sua existência e persistência ocorre por interesse e articulação dos agricultores, que sofrem com essas descontinuidades de projetos. Por mais de dez anos houve interrupção no incentivo e suporte aos agricultores, que continuaram a produzir alimentos mesmo com a invisibilidade que sofriam pelos prefeitos eleitos. A existência e permanência das hortas no município vem da vontade dos agricultores que acreditam e apostam neste tipo de prática para além do exclusivo interesse financeiro.

3.3.4 Problemas e desafios para o fortalecimento da Agricultura Urbana no município.

Como vimos o sistema alimentar do município de São Paulo é dominado pelas empresas privadas com predomínio de estabelecimentos que vendem alimentos pouco saudáveis. Há uma tentativa de fortalecer os pontos de vendas e as práticas que promovam

¹⁵ Recentemente a gestão Nunes (2021-2024) tem realizados ações em prol do fortalecimento da AU no município. Essas políticas não foram analisadas pois as implementações ocorreram no momento de escrita dessa pesquisa, ademais são projetos que ainda estão sendo colocados em práticas, ainda não sendo possível mensurar o impacto dessas ações.

saúde, SAN e sustentabilidade no município por meio do mapeamento, realizado pela prefeitura, de estabelecimentos saudáveis. A agricultura urbana aparece como uma das práticas de apoio ao acesso a alimentos *in natura* e saudáveis no município apesar dos altos e baixos que sofre conforme a gestão responsável pela prefeitura.

Por meio da percepção dos agentes-chave, pessoas engajadas na temática da agricultura urbana, pontuaremos quais são os principais problemas e desafios que os agricultores urbanos enfrentam. No entendimento do Agente Chave 01, a agricultura urbana não é levada a sério como um instrumento que auxilia na realização da SAN, expondo que:

Existe uma condescendência né. É bonitinho, mas a prefeitura não vê de uma forma estratégica [a prática da agricultura urbana]: como uma forma de segurança alimentar [e] como uma forma de obtenção de renda. Acho que não tem essa visão. O pessoal acha bonito porque é bonito estar em uma horta, não tem como negar. O povo que vai visitar se encanta. Mas ela não é levada a sério (Agente Chave 01 – grifo nosso).

Uma parte dos agentes entrevistados acredita que esse descrédito às hortas é, na verdade, falta de vontade política. Os projetos voltados para a AU são pontuais e desconectados entre si, e não há uma continuidade das ações desenvolvidas. Afirmando que:

Eu acho que tem uma dificuldade de entendimento do potencial que a agricultura pode ter para a geração de renda; para a geração de saúde; para o abastecimento público. Então eu acho que falta um trabalho coordenado da Prefeitura (...) para destinar orçamento, estruturar os equipamentos que já existem e de fato criar um trabalho intersecretarial e que isso seja prioridade. É ridículo porque para a gente é óbvio, já tem as estruturas já tem tudo. O que falta, a meu ver, é botar o orçamento e fazer acontecer. E não é nem um orçamento com um expressividade muito grande, eu acho que é falta de interesse político mesmo. (Agente Chave, 05)

O Agente 02 complementa a ideia apontando que:

O principal problema é a falta de uma gestão interessada em acabar com as desigualdades sociais, capaz de fornecer alimentos saudáveis a preços justos. O município precisa criar um banco de alimentos que

seja capaz de fornecer o mínimo necessário para uma boa alimentação: frutas, legumes, proteínas, grãos e cereais. A agricultura urbana poderia suprir o município com as hortaliças, alimentos com alto índice de perda. (Agente Chave 02).

Outro fator apontado como um problema para o fortalecimento da AU é a não implementação da PROAURP. A menção ao não cumprimento da lei apareceu na fala de todos os agentes chave entrevistados. Todos afirmam que se a Lei 13.727 fosse cumprida muitas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores desapareceriam. Segundo o Agente Chave 01, já houve projetos que só saíram do papel por conta da Lei, porém nunca foi algo sistemático.

Eu acho que simplesmente cumprir a lei é a melhor estratégia, né. Então no PROAURP tem algumas diretrizes e uma delas é a implementação de uma casa da agricultura na zona norte, sul e leste com pelo menos um técnico agrônomo para receber as demandas dos agricultores e trabalhar com as demandas de cada território. Só isso já faria diferença. Na PROAURP também há a menção de fazer um levantamento georreferenciado de áreas passíveis de serem implantados programas de Agricultura Urbana, tanto áreas privadas com áreas públicas. Então ter um mapeamento de áreas ociosas que poderiam ser utilizadas nos programas de agricultura urbana, só isso já seria maravilhoso e acho que traz um debate interessante. Seria uma estratégia incrível, ou seja, só cumprir o que está previsto na regulamentação da Lei. (Agente Chave 05).

Essa ideia é corroborada pelo Agente Chave 03, que afirma que não fazer uso da lei que já foi homologada é uma forma de silenciar e enfraquecer a agricultura urbana no município. Para ele, isso é uma maneira de fragilizar o sistema alimentar e torná-lo cada vez mais dependente das empresas privadas. Além da falta de vontade política para fortalecer a AU e o sistema alimentar municipal, os agentes chaves trouxeram a questão da falta de assistência técnica especializada.

O Agente Chave 06 afirma que a prefeitura não tem técnicos e agrônomos suficientes para trabalhar nos diferentes tipos de hortas urbanas existentes na cidade, enfatizando que os servidores da prefeitura estão sobrecarregados. O agente cita como exemplo os proclames a serem seguidos para a construção de hortas em praças e espaços públicos, afirmando que esses espaços exigem um tipo diferenciado de manejo. Além dessa atenção extra, os funcionários têm que lidar com as reclamações dos demais moradores que podem não estar de acordo com esse tipo de uso naquele espaço, ou seja,

o técnico acaba fazendo um trabalho duplo: o de cuidar das hortas e fazer a diplomacia entre os frequentadores do espaço.

Os Agentes Chave 01, 02 e 05 apontaram que faltam técnicos especialistas em produção agroecológica. Após o FEMA 10¹⁶ houve um incentivo para que as hortas urbanas passassem pelo processo de transição de manejo, optando por um manejo ecológico e sustentável:

A divisão de agricultura [da PMSP] precisa investir em corpo técnico especializado, [com foco na] contratação de mais profissionais da área agrícola: engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas com conhecimento em técnicas de produção agroecológica, orgânica, biodinâmica, natural, visando a sustentabilidade do ecossistema de produção. É necessário também, investir na capacitação anual deste corpo técnico, o que não acontece. (Agente chave 02)

Por fim, há o desafio da questão fundiária relacionado aos contratos de usos dos terrenos junto a empresa de eletricidade Enel. O uso dos terrenos de linhas de energia foram incentivados durante o governo de Montoro, que fez acordos com a Eletropaulo (atual Enel) para que esses espaços fossem cedidos por contrato de comodato aos agricultores (São Paulo, 1987). O estilo de contrato por comodato vigora até os dias atuais, porém os Agentes Chave afirmam que a empresa dificulta a renovação dos contratos, colocando os agricultores que ocupam essas áreas há anos em situação de vulnerabilidade.

E ao mesmo tempo, por eles não terem uma renovação de contrato com as empresas concessionárias, eles não sabem se podem investir na área. Então, às vezes eles querem fazer melhorias no espaço, ter um local para depositar os alimentos, mas eles não têm segurança que eles podem investir R\$1.000 para subir um barracão e se a empresa pede para ele derrubar o galpão? Ele gastou R\$ 1.000 e a empresa vai lá e derruba, ele perdeu R\$ 1.000. É uma situação de insegurança. (Agente Chave 05).

¹⁶ O FEMA 10, foi lançado em 2015 com o objetivo de fortalecer a agricultura urbana e a sustentabilidade do município através de projetos de incentivo e suporte a transição agroecológica.

O Agente Chave 01 afirma que, além da dificuldade com a renovação do comodato, não há clareza por parte dos funcionários sobre os critérios que devem ser seguidos nas hortas. Para o agente a alta rotatividade dos funcionários da empresa dificulta a comunicação entre a empresa e os agricultores.

No caso da Enel há algumas discordâncias do que plantar, o que fazer, mas a gente não tem um diálogo muito aberto para saber quais são efetivamente as regras que importam mais para eles e como a gente pode seguir isso, né? Então fica difícil de saber se eles querem ou não esse projeto. Eu entendo que traz muito benefício para empresa, já que esse terrenos são cuidados pelos agricultores, né? Então, como fosse um serviço de zeladoria, né. Eu já conversei com os fiscais da empresa eu sei que eles preferem quando tem horta, né? Porque é um lugar que ele sabe onde eles estão entrando, né. (Agente Chave 01).

Identifica-se que existem muitos empecilhos a serem superados para que a AU chegue a seu ápice. Os agricultores fazem um trabalho sensível e delicado, que causa um impacto positivo no acesso a alimentos *in natura*. Eles continuam produzindo e cultivando os alimentos mesmo com todas as intempéries que enfrentam:

Os agricultores são muito dedicados, mesmo com a falta de ajuda da PMSP, as doações de insumos e ferramentas são pontuais, quando há uma parcela do orçamento disponível em cada gestão. Mas sinto orgulho destas pessoas, o trabalho é árduo, na maioria são pessoas idosas, de pouca instrução, muitas nem sabem escrever e ler. O melhor aprendizado recebo deles, são muito observadores em todas as atividades que realizam. (Agente Chave 02).

Ademais, as hortas urbanas estimulam os circuitos curtos de comercialização dos alimentos, vendendo uma parte expressiva dos alimentos produzidos para os moradores do entorno das hortas. As práticas alternativas de abastecimento são estratégia fundamentais para fortalecer um sistema alimentar sustentável.

Daria para alimentar muita gente, principalmente pensando na lógica do abastecimento, nas folhas que são muito perecíveis(...). Olhar pra produção orgânica e também para os [produtos] tradicionais; quanto se usa de agrotóxico e quanto se perde no transporte. É um sistema em colapso. Quando a gente fica em contato com o valor que os agricultores ganham por pé de alface, vamos dizer assim, é uma coisa bem absurda para quem trabalha com orgânico. Com essa produção orgânica mais local, agroecológica, (...) tem um ganho de

renda para o agricultor e de durabilidade do alimento, né? Não só por que os orgânicos duram mais mesmo, mas por conta da proximidade, né (...). Você colhe, eles já levam pra casa. (Agente Chave 01- grifo nosso).

3.3.5 As redes alimentares alternativas e o potencial produtivo das hortas urbanas.

Através dos relatos dos agentes chaves, concluímos que a prefeitura não acredita no potencial da agricultura urbana, destinando pouca ou nenhuma verba para expandir e assegurar a existências das hortas urbanas. O Informe 49 (PMSP, 2020) pontua que a produção de alimentos na cidade é insignificante perto das toneladas de alimentos que são consumidas no município, confirmando o que é apontado pelo agentes chave.

Para nós, essa interpretação é falha, pois acessibilidade tanto física quanto econômica se fortalece através dos circuitos curtos de produção, onde há venda direta dos produtos. Ou seja, há uma relação estabelecida entre agricultor e consumidor. Além disso, incentivar a produção local, que nesse caso tende a ser orgânica, ecológica ou agroecológica, auxilia na diminuição das perdas de alimentos por transporte e garante que o consumidor adquira um produto fresco, saudável e com menor pegada ambiental. Outro ponto é o pequeno número de iniciativas que vendem alimentos sustentáveis no município. Sem as hortas urbanas os pontos de acesso a alimentos ecológicos seriam mínimos e concentrados nos bairros com IDH mais alto. Se queremos transformar o sistema alimentar, é necessário investir em práticas que fortalecem as redes alimentárias alternativas.

As redes alimentares alternativas (Alternative Food Networks – *AFN* sigla em inglês) é o nome dado a todas as práticas e ações que buscam fortalecer um modelo agroalimentar divergente do sistema agroindustrial dominante (Darolt *et al*, 2016). As *AFNs* normalmente são experiências que buscam reorganizar o sistema alimentar, a partir de ações mais éticas, morais, políticas e sustentáveis (Corsi *et al*, 2018).

Corsi *et al* (2018) indicam que há diversas práticas e ações que estão dentro do escopo das redes alimentárias alternativas. Como exemplo, ele cita as práticas de circuito curto de comercialização, a compra de alimentos KM0, os grupos de compras solidários, os CSAs (comunidade suporta a agricultura) entre outros modelos. Darolt *et al* (2016) afirma que as práticas que compõem um *AFN's* (...):

(...) têm algumas características centrais que incluem: cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais, com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica (pág 01)

Já Orsi *et al* (2018) elaboraram uma combinação de diferentes critérios para determinar o que seria uma AFNs. Para os autores, a característica central de uma prática que compõe a rede alimentar alternativa é a qualidade da relação estabelecida entre o consumidor e os vendedores/agricultores. No entedimento dos pesquisadores, conseguir criar um elo de confiança entre quem produz e quem compra rompe com a lógica do sistema alimentar dominante e abre espaços para novas formas de conexão (pág 10-13).

Resumindo, os três critérios são:

- A relação entre produtor e consumidor não pode ser mediada puramente por questões econômicas;
- O produtor tem um valor simbólico para o consumidor, que está associado ao manejo, à origem dos produtos e ao tipo de comercialização;
- Deve-se privilegiar as cadeias curtas de comercialização, porém é necessário levar em consideração que relações são estabelecidas dentro dessa cadeia.

Todas as sete hortas que visitamos vendiam o produto nas cercanias; cinco dos agricultores entrevistados realizavam feiras no ambiente da horta ou no bairro onde a horta estava inserida. Eles afirmavam que queriam dar opções de comidas *in natura* e agroecológicas para os moradores do bairro e frequentadores da horta. Além do mais, a relação de proximidade é notável, muitas vezes os consumidores chegavam na horta e o agricultor já sabia quais eram seus produtos favoritos, o que ele não havia encontrado na última visita à horta.

A minha grande intenção também, além de receber as pessoas, principalmente, as crianças, é resgatar aquela coisa de chamar a pessoa pelo nome. Eu acho legal a pessoa falar de mim para outra e para outra, que vem família, vem criança, adoro receber essas pessoas aqui. Ando com elas, mostro, elas experimentam... tem fruta, elas escolhem na hora. (Agricultor, Horta Super Quadra Morumbi).

Os consumidores dizem que confiam que o alimento é orgânico, porque vem o trabalho e a dedicação que os agricultores põem nas hortas. A confiança também parte dos agricultores, alguns vendem “fiado”, pois sabem que os consumidores irão pagar.

Com esses exemplos podemos afirmar que a relação entre consumidor e produtor não é pautada meramente em aspectos econômicos; há uma relação de confiança que vai sendo nutrida entre esses grupos de pessoas. A partir dos critérios estabelecidos por Darolt *et al* (2016) e Corsi *et al* (2018) podemos afirmar que a AU do município de São Paulo pertence as redes alimentárias alternativas, contribuindo para o consumo de alimentos sustentáveis dentro da cidade. A produção das hortas que visitamos é orgânica, ecológica ou agroecológica. Isso é um diferencial dos produtos para os consumidores. Por fim, a cadeia de comercialização é curta e os cultivos são vendidos no próprio bairro ou em espaços destinados a pequenos produtores dentro do município.

A questão da produtividade deriva de vários fatores, mas a necessidade de auxílio técnico para o manejo adequado das hortas urbanas é um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores. Como exposto pelos agentes chaves, a equipe da prefeitura é pequena e sobrecarregada, não conseguindo suprir as necessidades de todo os agricultores.

Apesar disso, segundo Biazoti *et al* (2021), que analisaram diferentes dados secundários organizados pelo governo sobre a produção de alimentos no município de São Paulo, houve um aumento da produção do município.

Ao compararem os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, com as informações disponíveis no levantamento censitário das Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo (Lupa), chegaram à conclusão que houve um incremento de 65% do número de estabelecimentos em um período de dez anos. Além disso, mostraram que a agricultura se desenvolveu e apresentou aumento de 22% na produção de culturas temporárias.

Quadro 6 - Dados de produção mais relevantes no município de São Paulo (Censo Agropecuário).

Cultura	Número de estabelecimentos		Produção	
	2006	2017	2006	2017
Banana (ton)	17	41	371	293
Cana de açúcar (ton)	14	14	8	17
Feijão (ton)	28	32 (aprox.)	3	8
Mandioca (ton)	43	96	55	110
Milho (ton)	15	30	8	71
Abóbora (ton)		28		35
Galinhas (un)	43	168	3.000	7.000
Gado (un)	19	59	507	859
Gado (leite - litros)	19	39	69.000	202.000
Cabras (un)	4	20	60	322
Codornas (un)		6		120.031
Patos e Gansos (un)		40		919
Suínos (un)	39	51	4.000	1.500

Fonte: Biazotti et al (2021) – Artigo Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização.

Além dos dados de produção organizados por Biazotti *et al* (2021), é necessário levar em consideração que o forte dos agricultores são as verduras e hortaliças. Em uma busca rápida pelo SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação automática, descobrimos que a produção de alface é de 154 toneladas, de couve são 154 toneladas, de coentro são 108 toneladas, de almeirão são 68 toneladas, de beterraba são 48 toneladas¹⁷ por ano. Pensando que esses alimentos são vendidos dentro município de São Paulo, não podemos considerar esses valores insignificantes, principalmente se levarmos em conta as premissas expostas no cap.02: a agricultura urbana não é um substituto da agricultura rural, mas serve para complementar a disponibilidade de alimentos, oferecendo produtos que não chegam ao metrópoles ou que sofrem alta taxa de perda ao serem transportadas.

Ademais, apesar da produção não ser alta, ela não pode ser ignorada. Pois são esses alimentos que fortalecem o sistema alimentar sustentável, sendo um AFNs, dentro de um município com poucos lugares de venda de alimentos saudáveis e que padece com desertos e

¹⁷ Escolhemos alguns alimentos que estavam disponíveis a venda nas hortas visitadas.

pântanos alimentares. Vale destacar que a produção pode ser alavancada com o suporte técnico correto.

Um estudo realizado por Mcdougall e Kristiansen (2020) discute a eficiência produtiva das hortas urbanas. Segundo os pesquisadores, com o manejo correto das hortas urbanas e o suporte para adequar os espaços de cultivo, as hortas estudadas teriam um incremento de produtividade em 15%.

Ou seja, não podemos culpar as hortas por serem espaços pequenos ou os agricultores pela questão produtiva. A baixa produtividade está vinculada ao pouco suporte dado pelos governos, que carece de mão de obra técnica e especializada para ajudar os agricultores.

Dois agricultores (Zona Norte e Zona Oeste) entrevistados para a pesquisa nos contaram que receberam pouquíssimas visitas do técnico da prefeitura. Aprenderam o manejo que não utiliza agrotóxicos sozinhos, pois queriam produzir comida limpa. Um deles ainda afirmou que a primeira vez que recebeu a visita foi quando entregaram o Selo Sampa+Rural. O agricultor da zona oeste disse que só soube dos projetos da prefeitura após receber o selo Sampa+Rural, antes disso nunca havia utilizado a casa ecológica do agricultor ou recebido visita técnica.

No artigo Mcdougall e Kristiansen (2020) ainda discutem que não se pode usar a metodologia que se aplica no campo na cidade, pois os tamanhos dos terrenos são diferentes, assim como o impacto naquele ponto na cidade; as hortas urbanas são lugares que não produzem só alimentos e que há outras atividades exercidas ali que devem ser levadas em consideração.

4 *HORTAS URBANAS PROMOVENDO SAÚDE*

A agricultura urbana é uma atividade multifuncional. Na cidade de São Paulo ela é praticada de diferentes formas para diversos objetivos. Como exposto no cap. 3, a agricultura urbana produtiva¹⁸ é uma fonte de acesso à alimentos saudáveis e ecológicos¹⁹. Apesar da prefeitura questionar o papel das hortas no acesso aos alimentos, a prática tem visibilidade sendo incluída nos levantamentos do censo agropecuário. Por esses motivos, acreditamos que as hortas urbanas produtivas fazem parte do sistema alimentar municipal, podendo ser uma importante estratégia para o fortalecimento de práticas mais sustentáveis de produção e consumo de alimentos.

O impacto da agricultura urbana na construção de um sistema alimentar sustentável dependerá do tipo de manejo empregado nas hortas; se ela faz parte, ou não, das redes alternativas de alimentos (*AFNs*); de qual a relação estabelecida entre consumidor e agricultor, entre outros fatores. No caso da cidade de São Paulo, a AU tem papel de destaque como uma prática que fortifica o sistema alimentar sustentável (SAS). Isso ocorre porque o sistema alimentar do município está repleto de estabelecimentos que vendem alimentos hipercalóricos, normalmente ultraprocessados, dependendo das feiras públicas de rua para abastecer a cidade com opções saudáveis. As feiras de rua têm seu valor para a realização da SAN no município, contudo não contém todos os pontos necessários para ser uma prática que fortaleça o sistema alimentar sustentável. Por esse motivo, as hortas urbanas ganham destaque como uma prática local sustentável e que se configuram como *AFNs*.

Ademais, as hortas urbanas produtivas também são pontos de comercialização dos alimentos. Os agricultores abrem o espaço da horta para receber os consumidores, proporcionando outras experiências além da oferta de alimentos saudáveis.

¹⁸ Como visto no cap.2 a agricultura urbana possui diversas funcionalidades. Neste capítulo iremos analisar somente as hortas urbanas produtivas (produzem e comercializam alimentos) que foram o objeto de estudo dessa pesquisa, porém no município existem hortas pedagógicas, hortas comunitárias, quintais verdes, hortas de PANCS, entre outros.

¹⁹ Optamos por utilizar o termo alimento ecológico pois investigamos os tipos de manejo realizados na horta que são compatíveis com o manejo proposto pela agroecologia. Contudo, não analisamos as características sociais e políticas que estão presentes na conceituação agroecológica.

4.1 HORTAS URBANAS PROMOVEDO SAÚDE EM UMA CIDADE DESIGUAL

Em São Paulo há mais de 750 hortas urbanas²⁰ espalhadas pelo município. As hortas existem tanto em bairros centrais como em bairros periféricos, sendo que os últimos possuem um índice de vulnerabilidade mais alto.

Quando trabalhamos com o conceito de promoção da saúde, buscamos entender como um ambiente (nesse caso as hortas urbanas) podem gerar impacto positivo na vida de pessoas. Para investigarmos se as hortas estão em lugares de maior ou menor vulnerabilidade optamos por utilizar o índice paulista de vulnerabilidade social (IPVS). O IPVS foi elaborado a pedido e em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e tem como objetivo ser uma ferramenta de análise da fragilidade territorial do município, auxiliando na tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados (Fundação Seade, 2013).

O índice é produzido com informações coletadas no censo demográfico, a partir do qual são selecionadas variáveis que dão visibilidade para a vulnerabilidade existente no território. São eleitas variáveis demográficas (% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos; % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos; idade média das pessoas responsáveis; % de crianças de 0 a 5 anos de idade) e socioeconômica (renda domiciliar per capita; rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio; % de domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo; % de domicílios com renda per capita até ¼ salário mínimo; % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas). A partir dessa seleção foi elaborado um índice com sete níveis de vulnerabilidade²¹:

Adotar o IPVS na análise das informações nos permite trabalhar com um dado público aberto que utiliza indicadores selecionados criteriosamente para possibilitar a compreensão da desigualdade dentro de um território ou município. Além disso, esses dados nos permitem compreender qual o nível de qualidade de vida das pessoas dentro do recorte espacial estudado.

²⁰ Dados retirados da plataforma digital Sampa+Rural.

²¹ Para metodologia detalhada do IPVS, acessar o manual em: <http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>

Quadro 7 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Grupo	Índice de Vulnerabilidade
01	Baixíssima Vulnerabilidade
02	Vulnerabilidade muito baixa
03	Vulnerabilidade baixa
04	Vulnerabilidade média
05	Vulnerabilidade alta
06	Vulnerabilidade muito alta
07	Vulnerabilidade muito alta (Zona Rural)

Fonte: O Autor, 2023.

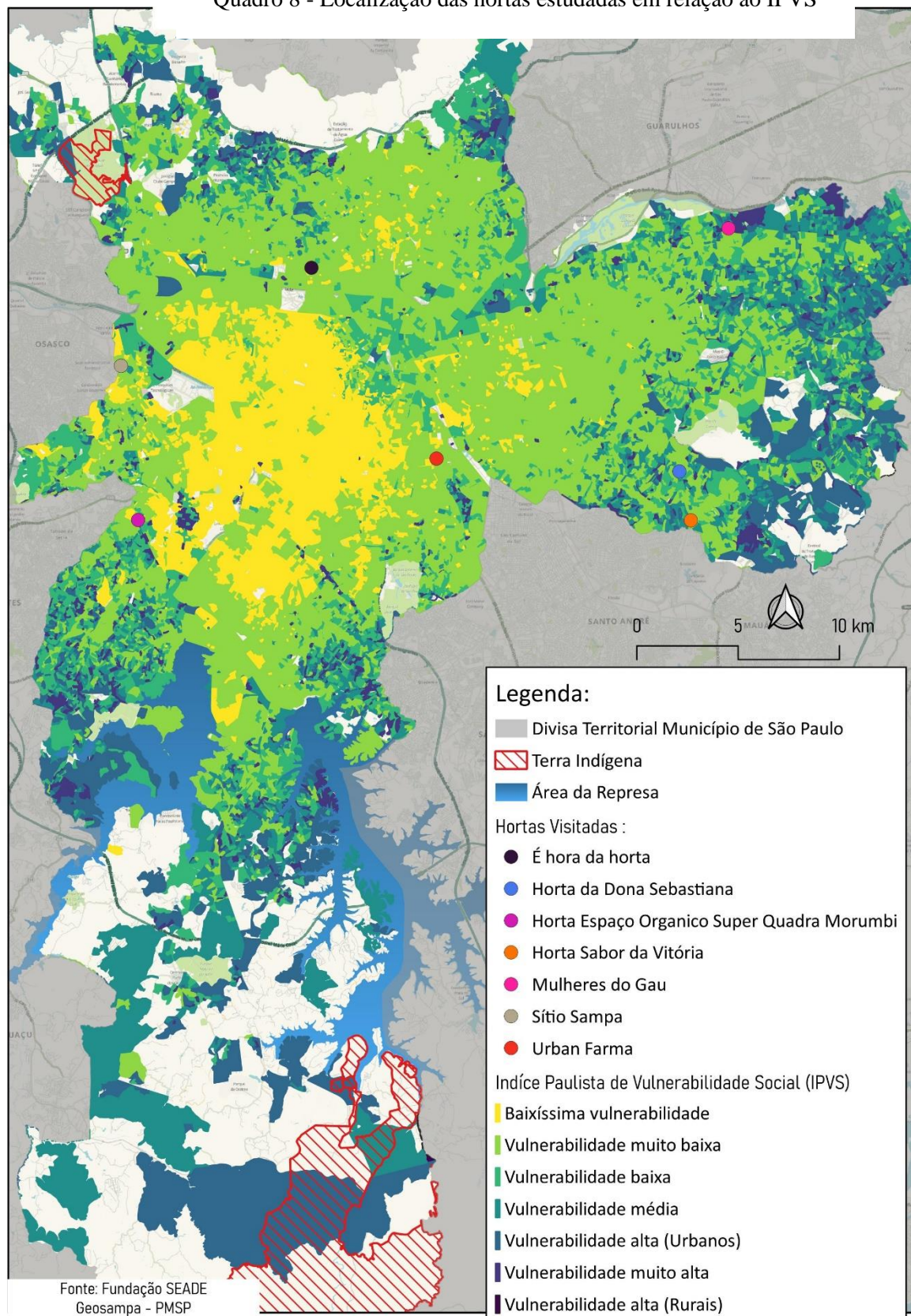
Examinar as condições de vida da população exige ter informação não apenas sobre a renda, mas também sobre a escolaridade, a saúde, as condições de inserção no mercado de trabalho, o acesso aos serviços prestados pelo Estado e as oportunidades de mobilidade social. Enfim, a qualidade de vida é um fenômeno com diversas determinações, as quais devem ser levadas em conta para construir políticas públicas visando uma vida mais digna para todos. (Fundação Seade, n.p, 2013 – grifo nosso).

Como vimos anteriormente, a promoção da saúde está associada com a qualidade de vida e não somente à ausência de doença. Essa nova forma de entender saúde está atrelada à segunda revolução epidemiológica, que afirma que a saúde de uma pessoa está associada a questões socioterritoriais e não somente a fatores individuais.

Segundo Buss (pág. 164, 2000), a pobreza, a fome e a miséria são os fatores centrais que determinam o nível de saúde de uma população. Para promover saúde é preciso combater a desigualdade e investir em ambientes saudáveis, esses aspectos geram mais impacto positivo na vida das pessoas do que medidas biomédicas.

Promover saúde em uma cidade das dimensões de São Paulo, que possui um alto nível de desigualdade social, exige muito planejamento e a valorização de práticas existentes no território que fomentem a promoção da saúde. No nosso estudo investigamos sete hortas espalhadas pelo município. Como observamos no mapa abaixo, algumas dessas hortas estão localizadas em bairros periféricos que sofrem com alto IPVS e outras estão situadas em bairros mais ricos onde o IPVS é baixíssimo.

Quadro 8 - Localização das hortas estudadas em relação ao IPVS



Fonte: O Autor, 2023.

Como veremos com mais detalhes, as hortas urbanas produtivas podem ser compreendidas como um ambiente alimentar que proporciona aos consumidores uma experiência diferenciada, tornando-se um estabelecimento comercial que oferece muito mais do que alimentos saudáveis.

Para averiguar se as hortas urbanas estudadas são um ambiente alimentar que promove saúde, analisamos fotos, diários de campo e entrevistas com agricultores e consumidores. Mensuramos as informações coletadas por meio da técnica qualitativa de análise de conteúdo; para isso os materiais foram separados em quatro categorias, definidas a partir dos cinco campos de ação propostos pela Carta de Ottawa.

Como a agricultura urbana é uma ação, algo que é posto em prática por um grupo de pessoas, concluímos que as hortas deveriam ser analisadas considerando quatro dos cinco campos de ação da carta. Cada eixo de ação foi dividido em tópicos para que fosse possível captar mais detalhes nas falas dos entrevistados. São eles:

1. *Políticas Públicas Saudáveis*: voltado para ações no âmbito governamental. Analisa e investiga se os governos criam espaços promotores de saúde através da legislação, medidas fiscais e tributárias, taxação etc. Essa categoria traz para os governos a responsabilidade de fomentar a qualidade de vida das pessoas com:
 - i. apoio técnico (agricultores tem acesso à apoio técnico que auxiliam na realização do manejo sustentável);
 - ii. percepção e acesso a políticas (agricultores são contemplados com políticas públicas para manutenção das hortas).
2. Ambientes favoráveis à saúde: construção e fortalecimento de múltiplos espaços (escolas, ambientes de trabalho, espaços de lazer, centros de saúde, domicílios, mercados) para que componham a agenda de saúde dos municípios. Um ambiente promotor de saúde é um local que segue os princípios da sustentabilidade, ele oferece:
 - i. acesso (quantidade, qualidade, preço, tipo, acessibilidade);
 - ii. ambiente (aberto a todos, receptivo, organização do espaço, conexão com a natureza).
3. Empoderamento (*empowerment*) da população: processo de capacitar e empoderar à população para que ela tome decisões mais saudáveis. Para isso é

necessário que a população tenha voz ativa e que suas opiniões e sugestões sejam levadas em consideração;

- i. Empoderamento Ambiental (transformação do espaço em ambientes verdes; produção consciente de manejo ecológico);
 - ii. Empoderamento Comunitário (operacionalizar mudanças de pensamento com impacto social, fortalecer mudanças sociais que auxiliam na concretização dos ODS).
4. Desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais: ações a nível individual que capacite as pessoas a agirem em prol da promoção da saúde, estimulando transformações de atitudes e mentalidade, fortalecendo a transformação social.
- i. Aprendizagem e conexão (relação entre agricultor e consumidor, troca de experiências, compreensão dos ciclos da natureza);
 - ii. Qualidade de vida e saúde (saúde física, saúde mental, sensação de prazer ou alegria, bem-estar).

A partir de agora olharemos detalhadamente para cada horta investigada e se elas causam um impacto positivo e promovem saúde para a comunidade no seu entorno.

4.2 O PERFIL DAS HORTAS URBANAS ESTUDADAS

Investigamos sete hortas urbanas, localizadas em quatro macrozonas do município. São elas: Zona Leste, Zona Sul, Zona Oeste, Zona Norte. A Zona Central ficou de fora da pesquisa, pois não encontramos uma horta produtiva na região compatível com o recorte do estudo.

Na Zona Leste (ZL) visitamos três hortas. Todas faziam parte da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), que funciona como uma rede de apoio e ajuda entre os agricultores da região. As três hortas estudadas são organizadas por mulheres. Infelizmente o Viveiro Escola Mulheres do GAU estava fechado para os consumidores, por conta da pandemia, e por esse motivo não foi possível analisar o impacto da horta nos frequentadores do espaço.

- Viveiro Escola Mulheres do GAU;
- Horta Sabor da Vitória;

- Horta da Dona Sebastiana.

Na Zona Oeste (ZO) foram estudadas duas hortas. Os agricultores não pertenciam à nenhuma associação ou cooperativa. Entre as hortas da ZO conseguimos conversar com os consumidores da horta Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi.

- Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi
- Sítio Sampa

Na Zona Norte (ZN), investigamos somente uma horta produtiva. A ZN fica aos pés do parque Cantareira, sendo uma região que possui área de proteção ambiental, zona rural e também há presença de uma Comunidade Rural vinculada ao MST – Irmã Albertina. Apesar de ser uma região com várias hortas urbanas só conseguimos contato com um agricultor da região.

- É hora da Horta

Na Zona Sul (ZS) também acessamos somente uma horta que possuía o perfil de horta produtiva dentro da mancha urbana. A ZS é a que possui o maior número de hortas produtivas do município, porém a maioria está localizada dentro da zona rural.

- Urban Farm Ipiranga

As sete hortas são produtivas, e os responsáveis pelo espaço dedicam seu tempo de trabalho em cuidar e produzir alimentos nesses loteamentos. Existem muitas similaridades entre as hortas, contudo há também o arranjo pessoal de cada agricultor para que a horta seja um espaço acolhedor e de troca.

4.2.1 Horta Viveiro Escola Mulheres do GAU

Terreno	Cedido pela CDHU
Manejo	Agroecológico com certificado de transição agroecológica
Locais de venda	Em eventos, na própria horta, parceria com o SESC, ONGs
Associação	Associação dos Agricultores da Zona Leste

A horta

O Viveiro Escola Mulheres do GAU é um espaço de convivência e uma horta urbana, localizada na Zona Leste de São Paulo no distrito de São Miguel Paulista no extremo leste do município na divisa com a cidade de Guarulhos.

O terreno onde está a horta foi cedido para uso pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e está localizado dentro de uma zona com alto índice de vulnerabilidade social. Rodeada pela comunidade União de Vila Nova, o terceiro maior bairro periférico de São Paulo, com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes.

O espaço foi criado há 14 anos, como um espaço de vivência para os moradores da comunidade. Há 8 anos o viveiro se converteu em um coletivo feminino, onde todas as integrantes são mulheres. Atualmente o viveiro possui duas frentes de ação: a horta produtiva e a cozinha.

A horta e a produção sustentável

O manejo utilizado na horta segue os princípios agroecológicos. As agricultoras fizeram um curso e passaram pela transição agroecológica. Atualmente elas possuem o certificado de transição, mas estão caminhando para ter o selo de organização de controle social (OCS).

A agricultora entrevistada nos contou que trabalhar na horta a fez resgatar saberes ancestrais, que a ajudam a realizar um manejo ecológico nas áreas de cultivo.

Gergelim a gente coloca para espantar formiga, o ovo [casca seca de ovo] é para espantar borboleta que vem botar ovo para pôr lagartas, né? É um aprendizado que vem dos nossos ancestrais: que a borboleta vê um ovo grande e não põe o dela, né? A tanchagem também controla os insetos, ela solta substâncias que espantam as lagartas, são tipo soldadinhos. O alho-poró também. A arruda também espanta os insetos. São os soldadinhos que vão tomando conta da horta. (agricultora mulheres do GAU).

Os canteiros que compõem a horta estão espalhados por todo o lote misturados com as árvores e plantas que já existiam no terreno, fazendo uma bonita composição paisagística.

Os canteiros são bem definidos e possuem placa de enumeração para identificação dos mesmos, há uma ampla diversidade de plantas alimentícias não convencionais (PANCs). As hortaliças são o principal produto cultivado, por serem de ciclo curto levam menos tempo para estarem aptas a serem colhidas e vendidas. As mudas das hortaliças são adquiridas de um

vendedor externo, localizado na cidade de Suzano, pois não há espaço para montarem uma estufa no terreno.

Não há um controle da quantidade de quilos produzidos quinzenalmente. Segundo a agricultora entrevistada, isso varia muito conforme as condições climáticas que antecedem a colheita, porém elas têm um acordo de entregar vinte cestas quinzenalmente para uma organização não governamental (ONG) que atua na região.

As agricultoras prezam pela ciclagem de resíduos, produzindo o próprio adubo com as podas e demais materiais recolhidos na horta. Quando a produção não é suficiente, tentam conseguir adubo com a prefeitura, que possui centrais de compostagem. Às vezes, não é possível buscar o insumo, pois o frete até a horta fica em aproximadamente R\$200,00 e nem sempre há essa quantia disponível.

A água utilizada é de “torneira”, ou seja, vem da rede de abastecimento municipal sob responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Há planos para implantarem cisternas, porém ainda não conseguiram verba para isso. Ademais, conseguiram com o CDHU um novo terreno próximo a sede do viveiro escola. O espaço será destinado somente para novos canteiros, com foco na ampliação da produção de cultivos. Essa nova horta estava em construção durante a nossa visita ao novo terreno, e observamos que o espaço ainda estava com entulhos e precisando de cercamento; novamente, a agricultora disse que não havia dinheiro em caixa para dar andamento ao projeto.

O viveiro escola não realiza feiras no espaço da horta, porém os consumidores e frequentadores podem entrar no espaço, colher os alimentos ou ficar esperando os produtos, no jardim ou na área de convivência, um galpão amplo com cadeiras que está cercado por plantas. É um ambiente agradável e as mulheres do coletivo são receptivas e atenciosas.

O principal comprador dos alimentos da horta é uma ONG que atua no território fazendo ações em prol da SAN. Também há alguns consumidores do bairro, que entendem o diferencial do produto sem veneno. Para a comunidade o preço é mais acessível, já que a renda dos moradores locais é menor. Mesmo assim a adesão ainda é pouca por conta do valor dos produtos.

Aqui na vila a gente cobra um preço menor. Já pras pessoas que vem de fora, que é do Centro, que tá com a mente mais aberta em relação ao orgânico, a gente cobra diferente. Tem pessoas do centro que compram e ainda deixam caixinha, mas aqui o pessoal ainda não tem a mentalidade consciente, elas

ainda reclamam que está caro, elas não entendem que aqui é diferente dali, da quitanda (agricultora mulheres do GAU).

Figura 2 - Fotografias Horta Viveiro Escola Mulheres do GAU



Fotos: 01) Canteiro com plantio de verduras; 02) Adubo feito pelas agricultoras; 03) PANCs – Peixinho; 04) Casinha de Barro/ Fonte: O Autor, 2023.

A horta e a promoção da saúde

O Viveiro Escola cumpre alguns quesitos relacionados à construção de um ambiente alimentar promotor de saúde. O espaço de convivência da horta é agradável e de fácil acesso para os moradores da comunidade, sendo o único ponto de venda de alimentos saudáveis e sem veneno na localidade. O manejo realizado segue princípios agroecológicos, como a reutilização de resíduos, sendo um policultivo com alta diversidade de espécies como hortaliças, mas principalmente de PANCs e ervas medicinais (o item mais procurado pelos moradores do entorno). Apesar da baixa procura pelos moradores da comunidade, por conta do preço dos alimentos, as agricultoras fazem um valor mais acessível, dentro das possibilidades de

manutenção da horta. Essas ações são condizentes com a possibilidade de acesso a alimentos saudáveis e com a criação de um ambiente atrativo para os consumidores.

As mulheres que organizam o espaço criaram um local de referência para as moradoras da comunidade, sendo um espaço de confiança. Sempre que surge a necessidade de auxílio nas atividades da horta ou da cozinha elas abrem espaço para as moradoras da comunidade, auxiliando na obtenção de renda dos habitantes locais. Segundo a agricultora responsável, elas já tiveram mais de 10 mulheres da comunidade trabalhando em parceria no viveiro. O espaço também é utilizado para realização de oficinas com o objetivo de compartilhar conhecimento com os moradores do bairro, empoderando esses indivíduos para que façam escolhas alimentares mais saudáveis.

Aqui nosso trabalho também é a conscientização. Nós fazíamos muitas palestras aqui para a população, falando sobre a importância do orgânico, sobre a diferença do produto que tem aqui do da quitanda, o produto daqui dura mais principalmente na geladeira já os da quitanda estragam rapidinho. Mas agora na pandemia tivemos que parar. (agricultora mulheres do GAU).

4.2.2 Horta Sabor da Vitória

Terreno	Contrato de Comodato Enel – Linhão de Energia
Manejo	Agroecológico com certificado OCS (Organização de Controle Social)
Locais de venda	Lojinhas, Ong, Instituto e Organizações externas
Associação	Associação dos Agricultores da Zona Leste

A horta:

A horta Sabor da Vitória, está localizada no Bairro Jardim Santa Adélia, no distrito de São Mateus na Zona Leste do município. Está dentro de um setor censitário com um IPVS muito baixo (02), porém cercado de setores censitários com vulnerabilidade média (04). O terreno pertence à companhia de energia elétrica (Enel) e foi cedido para uso através de contrato de comodato, porém a Enel não renovou o contrato, o que tende a causar problemas entre os agricultores e os fiscais da empresa. Faz 11 anos que a agricultora e sua família produzem alimentos nesse terreno.

A horta e a produção sustentável:

O terreno onde está a horta tem uma dimensão de 6.000m². É um espaço grande no qual a agricultora planta PANCs, hortaliças, legumes, algumas frutas, temperos e ervas medicinais.

A variedade de alimentos cultivados é ampla. Ela e a família realizam manejo agroecológico com certificação, e possuem uma pequena estufa para produzir algumas mudas. O que não conseguem produzir, compram em locais de mudas orgânicas.

A agricultora afirma que trabalhar com a horta a fez adquirir novos conhecimentos; ela foi fazendo cursos e se aprimorando, principalmente na temática das Pancs:

Desde que eu entrei nessa horta aqui já tinha ora-pro-nobis na cerca, eu nem sabia o que era. Depois eu fui participando de cursos, aí eu aprendi o que era. Hoje é campeão de vendas o ora-pro-nobis, peixinho. O peixinho eu forneço para um restaurante de pinheiros, 2kg de peixinho por semana. (Agricultura responsável – Sabor da Vitória).

No espaço eles utilizam água da Sabesp, o que encarece o preço dos alimentos. Para melhorar esse problema eles optaram também pelo uso de cisternas, que enchem com água da chuva. O adubo é produzido na horta ou adquirido através da compra ou doação da prefeitura, entretanto eles preferem fazer o próprio adubo, pois é mais limpo e rico.

A feira semanal organizada pela agricultora ocorre aos sábados, na casa dela. A horta é fechada e só se pode entrar no espaço avisando previamente. Ela afirma que fechou a horta para visitas durante a semana, pois não conseguia plantar e atender os fregueses ao mesmo tempo. A agricultora possui vários canais de escoamento dos produtos, porém decidiu fazer uma feira na varanda da sua casa, que fica no mesmo bairro da horta, para dar aos moradores locais a possibilidade de comer alimentos saudáveis.

Eu já montei esse pontinho lá [a lojinha], pra ver se o pessoal conhece o orgânico e pra ver se consigo atingir o pessoal do bairro. Mas é que nem formiguinha, você não consegue de uma vez. Meu objetivo foi esse, eu abri lá para fazer um ponto de referência. (Agricultura responsável – Sabor da Vitória).

A loja é pequena, mas há uma grande oferta de alimentos *in natura*. Além dos produtos cultivados na horta, a agricultora adquire alguns legumes e verduras de outros produtores da ZL ou de outras cidades da RMSP. Além dos produtos *in natura* há algumas ervas secas, ovos e produtos secos, todos orgânicos ou agroecológicos.

Figura 3 - Fotografias Horta Sabor da Vitória



1) Alimentos à venda na feira de sábado; 2) Cisterna; 3) Horta com hortaliças linhões de fundo; 4) Hortaliças plantadas pela agricultora à venda na feira de sábado / Fonte: O Autor, 2023.

A horta e os consumidores

Quando visitamos a feira de sábado, foi possível conversar com três consumidores: um homem e duas mulheres. Dois com ensino superior completo e um com ensino médio completo. O principal motivo para eles frequentarem a loja era por ser um local que vendia alimentos orgânicos²². A preocupação com a saúde foi algo presente na fala de todos os consumidores entrevistados; para eles, consumir orgânico é investir em saúde.

*Não tem nem comparação [consumir orgânico ao invés do convencional].
Dá um impacto positivo na saúde, diminui o colesterol e a glicemia. Eu tenho*

²² Utilizamos o termo orgânico como sinônimo de ecológico. A palavra orgânico foi a mais utilizada pelo consumidores para se referir a alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos, por isso aderimos a palavra na nossa discussão.

uma doença crônica, por isso que eu optei por mudar minha alimentação (Consumidor 06).

Ademais eles afirmam que a loja é um ponto de compra mais perto do seus locais de residência, o que facilita na hora de adquirir alimentos orgânicos. Ao perguntarmos quais aspectos, além da venda de orgânicos, faziam com que frequentassem o espaço, eles citaram a relação estabelecida com a agricultora como o principal diferencial.

A agricultora tem uma plantação lá em cima. Eu já fui lá pegar cebolinha, eu tenho essa fidelidade, eu gosto de vir comprar aqui. Se eu não venho é porque realmente não deu, e assim ela ensina sobre algumas ervas .(Consumidor 5)

Um dos consumidores apontou o valor dos produtos como um limitante de compra; houve uma certa concordância entre eles de que o consumo não é para todos, pois os valores dos orgânicos são quase o dobro dos tradicionais, principalmente para as frutas.

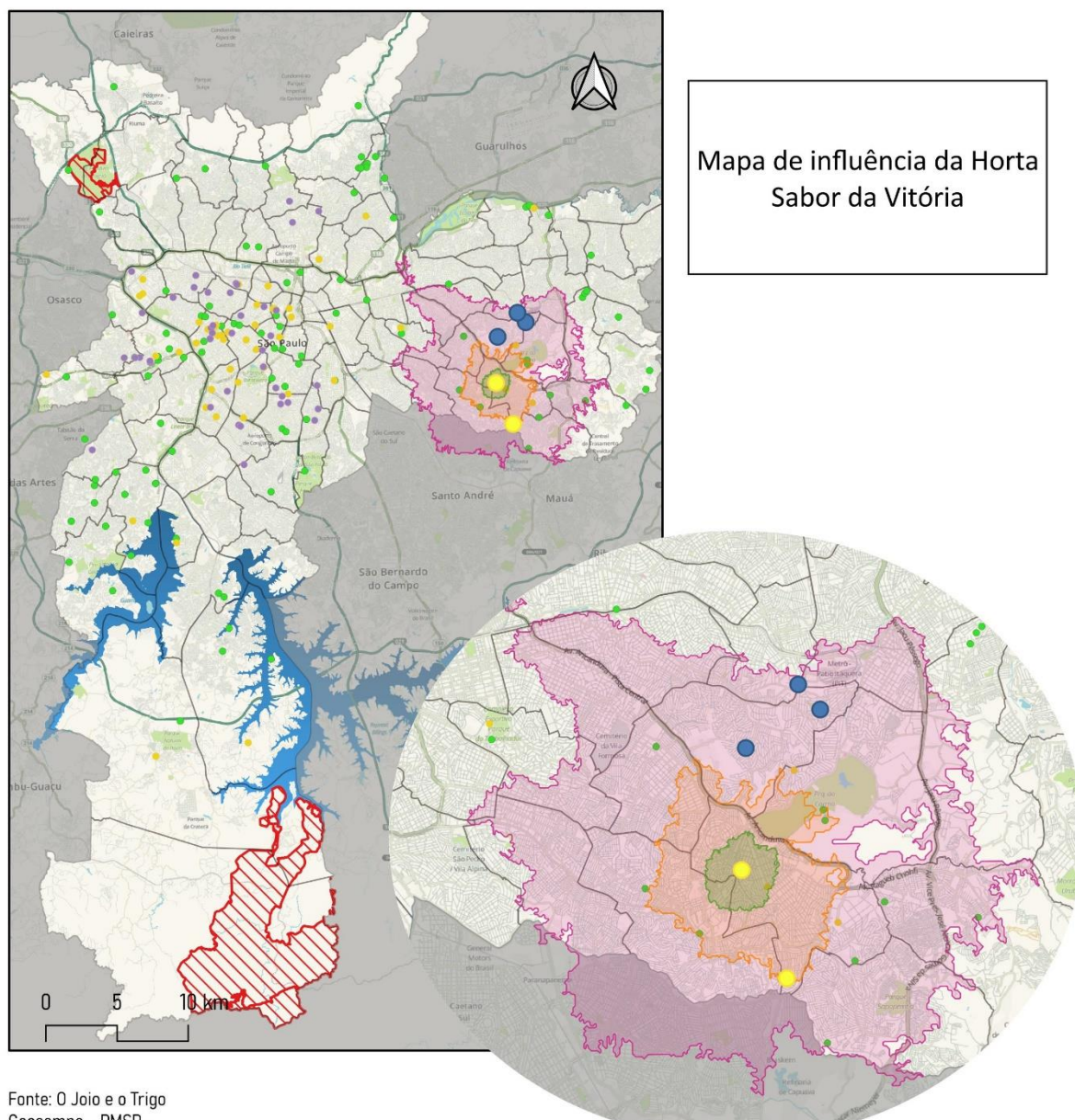
Horta e Promoção da Saúde:

A dimensão do acesso é fortalecida pela existência da horta na localidade. A lojinha Sabor da Vitória é um ponto de venda de alimentos saudáveis e *in natura*, oferecendo uma grande variedade de produtos para os frequentadores do estabelecimento. O espaço foi criado para ser um ponto de referência na comunidade. A agricultora tinha a opção de distribuir os alimentos para outros locais de venda, mas acredita que a loja a longo prazo terá um impacto positivo para a vizinhança.

Há também o fortalecimento comunitário, já que a agricultora adquire os produtos extras com produtores locais que seguem os mesmos princípios de manejo ecológico.

Elaboramos, a seguir, um mapa isócrono (nesse tipo de mapa os polígonos são elaborados a partir tempo gasto no deslocamento). O tempo determinado para cada polígono foi estipulado através da distância percorrida por cada consumidor. Incluímos no mapa os locais que vendem alimentos similares com o vendido na horta para observarmos o nível de oferta dentro das áreas de deslocamento dos consumidores. Os consumidores levam em média 15 minutos de carro para chegar a horta, se deslocam de diferentes distritos da Zona Leste. A maior parte dos clientes conheceram a agricultora nas feiras de orgânicos existentes na região. Para deslocamento de carro a distância percorrida é curta.

Mapa 7 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Sabor da Vitória



Fonte: O Joio e o Trigo
Geosampa - PMSP -
Dados coletados pela pesquisado

Legenda

- | | |
|---|------------------------|
| Divisa Territorial Município de São Paulo | Hortas Urbanas |
| Terra Indígena | Sabor da Vitória |
| Área da Represa | Consumidor 01 |
| Área de deslocamento (distância de 15 min a pé) | Consumidor 02 |
| Área de deslocamento (15 min de bike) | Consumidor 03 |
| Área de deslocamento (15 min de carro) | Horta Sabor da Vitória |
| Restaurantes, Mercados e Cesta de Alimentos | Loja Sabor da Vitória |
| Estabelecimentos qu dão suporte a agricultura | |

Fonte: O Autor, 2023.

4.2.3 Horta da Dona Sebastiana

Terreno	Contrato de Comodato Enel – Linhão de Energia
Manejo	Agroecológico com certificado OCS (Organização de Controle Social)
Locais de venda	Direto na horta, Cesta de produtos para ONG local
Associação	Associação dos Agricultores da Zona Leste

A horta:

A horta da Dona Sebastiana está localizada no bairro Cidade de São Matheus, no distrito de São Matheus, na zona leste de município. Se encontra dentro de um setor censitário de baixa vulnerabilidade, perto de uma das principais avenidas do distrito, o que facilita o acesso físico até a horta. A agricultora possui autorização de uso do terreno há treze anos; o espaço em que está situada a horta fica em um terreno de linhão de energia (Enel). A horta é um ponto de referência na ZL sendo utilizada como ponto de encontro para as reuniões da associação (AAZL).

A horta e a produção sustentável:

O terreno da horta é de 6.000 m², no qual é praticado o manejo agroecológico. A agricultora passou pela transição e possui o certificado de Organização de Controle Social (OCS). Ademais ela possui uma parceria com três agricultores que participam da produção dentro da horta e ajudam a cuidar do local, já que ela não consegue realizar todas as atividades sozinhas por conta da idade. Também há uma parceria com um produtor de temperos orgânicos, que disponibiliza seus produtos na horta. Eles fazem o próprio adubo utilizando os resíduos da horta e também trabalham com adubos doados. As sementes são compradas, mas também há uma pequena produção interna.

A horta tem uma produção semanal de aproximadamente 500 quilos. Esses valores variam conforme interferência do clima e os tipos de alimentos cultivados. Os principais cultivos são as hortaliças, porém na horta há bananas, limão, cambuci, coração de bananeira e alguns tipos de legumes, como beterraba, disponíveis. Aos sábados, a produtora faz uma feira na horta e dispõe alguns alimentos colhidos em uma bancada próxima à entrada. Os consumidores também tem a opção de colher os próprios alimentos, o que foi observado durante a visita. Algumas pessoas relataram a possibilidade de colher os alimentos como uma atividade positiva em suas experiências. Também há venda de mudas de plantas, adubo, húmus de minhoca e terra.

Figura 4 - Fotografias da Horta da Dona Sebastiana



Foto: 1) Cartaz com os produtos colhidos no dia; 2) Canteiro de alface.

Fonte: O Autor, 2023.

A horta e os consumidores:

A horta da Dona Sebastiana é um ponto de referência no bairro, e o fluxo de pessoas circulando pelo espaço aos sábados é alto. Foi possível conversar com seis consumidores, todas mulheres. O perfil das frequentadoras é diversificado, em renda e escolaridade (de ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo).

O principal motivo das pessoas frequentarem a horta é a venda de alimentos orgânicos a preços atrativos: a agricultora cobrava entre R\$1,50 a R\$2,00 por maço ou pé de hortaliças; foi o preço mais barato praticado entre os agricultores entrevistados. Além disso, as pessoas têm acesso a alimentos pouco comuns, como as PANC's (taioba, peixinho, azedinha, almeirão catalonha), proporcionando diversidade alimentar e aprendizado sobre alimentos não convencionais. Uma das entrevistadas comentou os motivos por frequentar a horta:

É bem melhor para a saúde [alimento orgânico] é natural, fresquinho é bem melhor. Eu gosto do preço daqui, é bem baratinho (Consumidor 08).

É notável a relação de proximidade entre os consumidores e a agricultora Dona Sebastiana; observamos, entre eles, troca de experiências, tanto de vida, quanto de elementos culinários envolvendo os alimentos disponíveis no local.

Duas consumidoras relataram frequentar a horta não só em busca de alimentos orgânicos, mas também pelo bem-estar que o local proporciona, que foge totalmente da dinâmica urbana. Disseram sentir que estão totalmente fora da cidade de São Paulo e que antes não imaginavam ser possível existir um local acolhedor e calmo dentro de uma cidade. Uma relatou que sempre que vai à horta e caminha descalça no local sente seu ânimo melhorar:

Sim, eu adoro vir aqui, gosto de mexer [na terra], a gente pega nosso alface, ajudo ela a colher o alface e o chuchu. Esse contato que a gente tem com a terra é gostoso (sic) (Consumidor 12).

Os consumidores demonstraram ter aprendido sobre a sazonalidade de cada alimento, e reconhecem a importância de esperar a época de cada produto. Inclusive, não houveram relatos de sentirem falta de algum alimento, por terem consciência de que ainda não estavam na época exata de colheita.

Por fim, compreendemos que o alimento orgânico e o ambiente da horta acabam sendo atrativos para os consumidores da horta.

Horta e Promoção da Saúde:

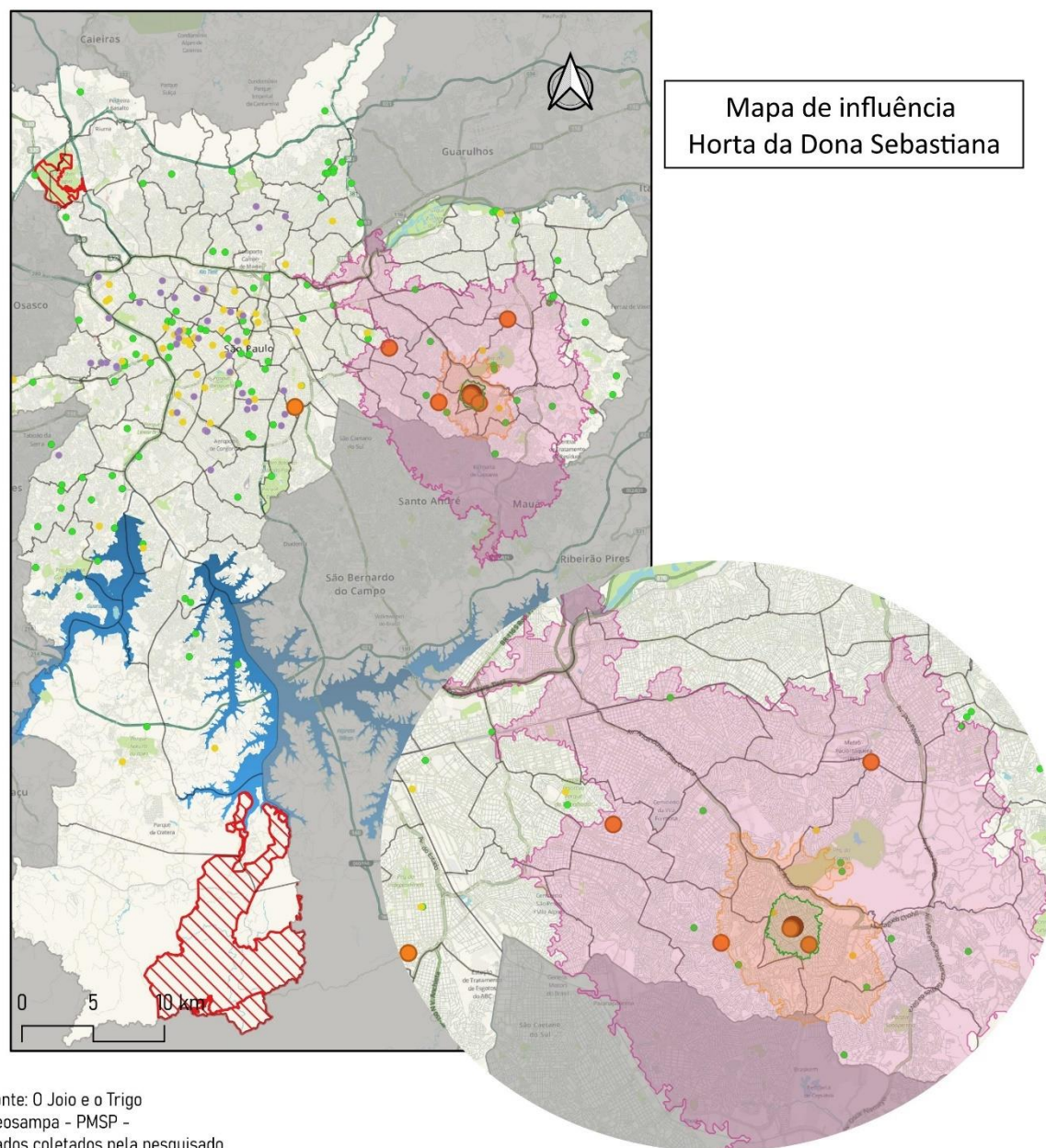
Na perspectiva da promoção da saúde, a horta auxilia na realização do acesso a alimentos in natura e saudáveis, motivo que o tornou em um espaço de referência na ZL. Há uma vasta diversidade de hortaliças dando a oportunidade de escolha para os consumidores.

Existe também uma troca de conhecimentos entre os frequentadores da horta e a agricultora. Alguns deles passam horas na horta aproveitando o ambiente e a companhia da Dona Sebastiana, e eles aprendem sobre PANCs e a sazonalidade dos alimentos.

Além de ser um ambiente acolhedor, a horta fortalece o empoderamento ambiental com a transformação da paisagem. O que era ponto de descarte de lixo virou um local verde que causa um impacto positivo no entorno da horta.

A seguir é possível ver o mapa de deslocamento (tempo percorrido pelos consumidores para chegar a horta). A horta da Dona Sebastiana é frequentada por moradores do bairro que fazem o percurso a pé e também por pessoas de outros distritos que se deslocam mais de 30 minutos para chegar na horta. Como dissemos, a horta é um ponto referência na ZL já apareceu no jornal local. Um consumidor entrevistado disse que descobriu a horta desse modo, se encantou pelo espaço e virou freguês.

Mapa 8 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Horta da Dona Sebastiana



Legenda

Divisa Territorial Município de São Paulo	Horta da Dona Sebastiana
Terra Indígena	Consumidor 01
Área da Represa	Consumidor 02
Área de deslocamento (distância de 15 min a pé)	Consumidor 03
Área de deslocamento (15 min de bike)	Consumidor 04
Área de deslocamento (20 min de carro)	Consumidor 05
Restaurantes, Mercados e Cesta de Alimentos	Consumidor 06
Estabelecimentos qu dão suporte a agricultura	Horta da Dona Sebastiana
Hortas Urbanas	

Fonte: O Autor, 2023.

4.2.4 Sítio Sampa

Terreno	Cedido para uso por terceiros
Manejo	Orgânico com certificado
Locais de venda	Cestas de alimentos
Associação	-----

A horta:

A horta está localizada na Zona Oeste da cidade, no Bairro do Jaguaré, bem na divisa do município com a cidade de Osasco. O IPVS do setor censitário onde está a horta é baixo e ao redor encontramos setores com IPVS muito baixos, não sendo uma área com grande vulnerabilidade social. O terreno foi cedido para uso pela empresa proprietária com a intenção de recuperar ambientalmente o espaço que era uma área de descartes de entulhos de construção civil. Faz sete anos que estão cultivando e cuidando do terreno e transformando a paisagem do local em uma área verde.

Essa área foi usada como aterro das obras do bairro todo por mais de 40 anos, era tudo terra aqui, não tinha uma verde, não tinha nada, só tinha uns calanguinhos. Aqui era três metros mais alto, nós escavamos essa região toda, era tudo entulho. Aqui nós não tínhamos solo, tinha terra, mas não havia matéria orgânica aqui. Então foi trabalho de quase dois anos tirando pedra com a mão (Agricultor Sítio Sampa).

A horta e a produção sustentável:

O terreno onde está a horta é de aproximadamente 6.000 m². Esta é dividida em canteiros pequenos de 40 metros e grandes de 100 metros. A produção é de aproximadamente três mil pés de hortaliças por mês, equivalente a cerca de 900 quilos. O foco da produção é de hortaliças, porém também cultivam milho e feijão, além de possuir algumas árvores frutíferas e cana – alimentos que são para consumo próprio.

A produção é orgânica, certificada; os produtores optam pelo manejo ecológico valorizando a ciclagem dos produtos da horta para fazer insumos, criando galinhas para obtenção de adubo. Também utilizam pequenas tecnologias para diminuir o desperdício e melhorar a eficiência do espaço.

Nós somos uma horta orgânica certificada e no começo do ano começamos a investir um pouco mais em tecnologia. Então, hoje a gente trabalha com gotejamento, forramos o solo com lona porque ela tem vários benefícios, né? Os benefícios são que ela protege o solo do sol e da chuva, mantendo a umidade, além de economizar insumo. (Agricultor Sítio Sampa)

A água utilizada vem de um poço construído no terreno. A água é analisada semanalmente para averiguar se está apta para o consumo. Para o agricultor, usar água para produzir alimentos não é desperdício como alguns afirmam, já que ela é utilizada em um cultivo ecológico em um solo cheio de insumos orgânicos, com boa infiltração, ou seja, a água volta pro hidrosistema.

A horta é fechada para visitas externas. A venda dos produtos é feita através de cesta de alimentos e entrega para outros organizadores de cestas. O agricultor afirma que a maior parte das cestas são entregues em bairros vizinhos. Havia um projeto para fazer uma feira aos sábados, para que os consumidores pudessem conhecer o espaço, porém por falta de verba e por conta da pandemia o projeto ficou em *stand by*. A ideia era conseguir conectar os consumidores com a natureza; para o agricultor, além da produção de alimentos, a horta é um espaço que foi restaurado e agora está cheio de vida, com insetos e pássaros.

[...]hoje aqui tem gaviãozinho, cobra, coruja, sapo-cururu, louva-a-deus, aranha-lobo, toda essa vida aqui nesse espaço. Antes não era assim, era aquele terreno baldio, só com calanguinho que é o símbolo da horta. (Agricultor Sítio Sampa)

Figura 5 - Fotografia Horta Sítio Sampa



1) Canteiros de manjeriço 2) Canteiros protegidos com lona para retenção de água no solo.
Fonte: O Autor, 2023.

A Horta e a promoção da saúde :

Uma horta urbana pode promover saúde de vários jeitos. No caso do Sítio Sampa podemos destacar duas frentes que são impulsionadas pela existência da horta. A primeira delas é construção de um ambiente alimentar saudável, através do acesso a produtos in natura, produzidos ecologicamente, com ampla diversidade de produtos a disposição dos consumidores. Fora que para ampliar o consumo dos alimentos o agricultor vende maços grandes por R\$3,50 reais, o mesmo valor praticado nas feiras de rua do bairro. Para o agricultor praticar um preço acessível possibilita que o maior número de pessoas consigam comprar alimentos mais saudáveis, e essa deveria ser uma das funções de uma horta urbana.

Além disso, a existência da horta possibilitou a transformação de um ambiente “seco” em um espaço cheio de vida, com a presença de flora e fauna que não existiam antes, algo que gera um impacto ambiental positivo no bairro onde está a horta, o que podemos considerar um empoderamento ambiental.

Então, a gente não é só uma horta, a gente é um projeto de recuperação urbana mesmo. A quantidade de vida que tem hoje aqui é muito bonito de ver assim: borboleta, sapo, formigas, tem de tudo aqui, vários tipos de pássaros. (Agricultor Sítio Sampa).

4.2.5 Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi

Terreno	Contrato de Comodato Enel – Linhão de Energia
Manejo	Ecológico sem certificação
Locais de venda	Cestas de alimentos e Feira na Horta
Associação	-----

A horta:

A horta Espaço Orgânico localiza-se no Bairro Super Quadra Morumbi, no Distrito da Vila Sônia, na zona oeste do município e está dentro de um setor censitário de vulnerabilidade muito baixa.

O agricultor tem um contrato de comodato com a companhia de eletricidade desde 1994. No começo, usava o espaço para guardar plantas e produzir adubo para a sua empresa de paisagismo, porém após problemas de saúde migrou para o cultivo de hortaliças. Ele detalha que foram anos limpando o terreno, que era ponto de descarte de entulho para as pessoas do

bairro. Afirma que fez o muro, a calçada e os reparos necessários, além de ir cuidando do solo para que ele voltasse a ser produtivo. Faz cinco anos que começou a se dedicar integralmente à horta.

A horta e a produção sustentável:

A horta está em um terreno de 4.900 m². Destes, 2.500 metros são destinados para o cultivo da hortaliça. No restante do espaço há vários pés de frutas, um local para produção de adubo, um local para criação de galinhas, da qual utiliza os excrementos para produzir insumo e fortificar o adubo que é produzido no local.

O manejo da horta é ecológico. O agricultor fazia um manejo sem venenos e para melhorar a qualidade do cultivo fez um curso com o Senar, que durou dez meses, e o capacitou para melhorar o manejo agroecológico que ele realizava na horta. Além disso, ele possui cisternas para captação de água e um tanque onde deposita água que compra de fora. Segundo o agricultor, o metro cúbico sai mais barato adquirindo de empresas do que com a Sabesp.

As principais formas de venda dos produtos são pela cestas de alimentos e através de uma feirinha no local. O espaço da horta não é fechado, e as pessoas podem entrar para conhecer o ambiente livremente. Aos sábados, o agricultor monta uma feira e expõem os produtos que colhe e também outros cultivos que ele compra dos agricultores da zona rural do município. O foco da produção são as hortaliças. O agricultor tem uma alta variedade de hortaliças, algumas pouco usuais, como espinafre japonês e nirá; há também flores e algumas árvores frutíferas, tudo para suprir a necessidade dos consumidores. Os legumes e frutas ele adquire dos pequenos produtores da ZS do município. O agricultor fala com orgulho da sua produção diversificada.

Tem pé de jaboticaba, amora, mamão. O pessoal vem aqui e tira o mamão. Que outro lugar é assim? Eu acho muito legal isso. Pessoal agacha e colhe hortelã. Aqui eu tenho diversidade de plantas: espinafre japonês que não precisa refogar, tinguensai, que é um parente da acelga, o nirá. São coisas diferentes. (Agricultor Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi)

A horta é um espaço ecológico que segue os princípios da sustentabilidade, auxiliando a restaurar a fauna urbana. No espaço há presença de insetos, abelhas, passáros e animais urbanos como o gambá.

Figura 6 - Fotografias Horta Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi



Foto 1) Canteiros de hortaliças com torre de alta tensão ao fundo; 2) Alface; 3) Agricultor colhendo rúcula; 4) Logo da horta. Fonte: O Autor, 2023.

A horta e o consumidor

Na feira realizada aos sábados conseguimos entrevistar quatro consumidores, sendo dois homens e duas mulheres. Três com ensino superior completo e um com ensino superior incompleto.

Dentre eles, era a primeira vez que um casal visitava a horta e participava da feira. Ambos estavam empolgados de encontrar um espaço que vende orgânicos perto da casa deles e ainda mais com o atendimento que o agricultor oferecia, mostrando as hortaliças e pegando alguns maços para eles experimentarem.

O motivo central pelo qual os consumidores optam em comprar no Espaço Orgânico é a qualidade dos produtos orgânicos. Esse fator apareceu na falas de todos entrevistados, que

diziam que além ser orgânico, o sabor e a durabilidade dos produtos os faziam voltar à horta. Outro aspecto atrativo para os frequentadores do espaço é o contato com a natureza e o atendimento dado pelo agricultor responsável.

É diferente de você estar aqui ou estar num mercado, como o Carrefour, por exemplo. Aqui você se conecta com a natureza. Ele incentiva a gente a plantar, temos uma hortinha com cebolinha, salsinha; tem jardineira também. Aqui é mais agradável e é muito bom estar aqui. (Consumidor 15).

Ademais, o acesso a alimentos saudáveis perto de casa torna essa opção mais viável e atrativa; alguns entrevistados afirmaram que só consomem orgânicos por viverem próximo da horta.

Olha, só por isso que eu compro [por ser perto da casa do entrevistado]. Antes as coisas eram longe, eu nunca fui em uma feira de orgânicos, por exemplo. Mas, imagina você pegar o carro, atravessar a cidade? Difícil. Eu gostava de ir na feira do Parque da Água Branca, mas porque eu estudava lá perto. Facilitava. (Consumidor 16).

A horta e a promoção da saúde

Um dos diferenciais do Espaço Orgânico é a atenção dada aos clientes que vão até a horta. Os consumidores se sentem à vontade e há uma troca de experiências; o agricultor busca adquirir novos conhecimentos para explicar a função de cada planta para os consumidores.

Eu sempre tô pesquisando as propriedades das plantas, vitaminas que elas têm, dos capuchinhos, das PANCs, pra aprender e despertar o interesse nos outros (sic). Tenho essa planta aqui que é uma mini cereja, as crianças pegam e comem. Eu procuro ter frutas aqui que não são muito comuns nas feiras: tenho jambo, cambuci, aqui tem gabioba, tem unguá, tem araçá.

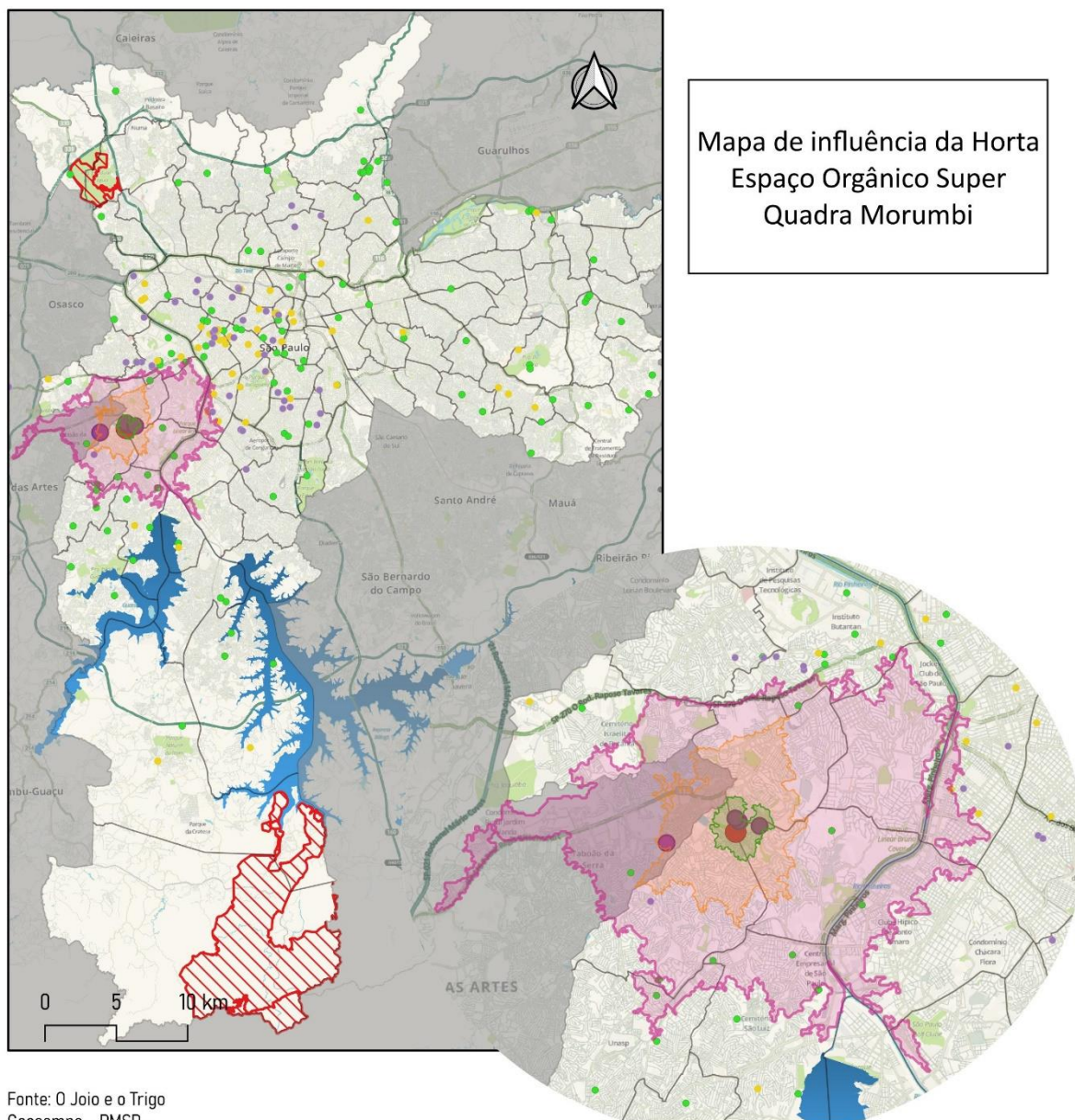
O acesso a alimentos de qualidade, com ampla diversidade e com preços acessíveis também são praticados pelo agricultor. Ele busca sempre ter preço um pouco abaixo dos supermercados para atrair os consumidores. Segundo ele, funciona, pois grande parte dos consumidores que descobrem a horta vem por indicação de amigos ou familiares. O ambiente também é acolhedor. A horta é linda, mescla os canteiros com árvores frutíferas e ornamentais. Há um espaço para que os frequentadores descansem e aproveitem o ambiente. Ou seja, a construção de um ambiente atrativo para consumidores e também a preocupação que essa pessoa seja bem atendida.

Eu gosto que as pessoas venham [ao invés de comprar as cestas]. Porque a minha grande intenção também, além de receber as pessoas e resgatar aquela coisa de chamar a pessoa pelo nome, eu acho legal a pessoa falar de mim para outra e para outra. Vem família, vem criança, adoro receber essas pessoas aqui, ando com eles, mostro, eles experimentam, tem fruta, eles provam e escolhem os produtos na hora. Esse jeito é meio único. (Agricultor Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi).

Por fim, podemos citar a mudança paisagística que é um ganho ambiental. A transformação de uma antiga área de descarte em uma horta produtiva, rica em biodiversidade.

No mapa de deslocamento podemos notar que a maior parte dos frequentadores da horta conseguiriam chegar no espaço a pé. Os consumidores que frequentam o espaço são, na maioria, moradores do bairro e bairros vizinhos. A propaganda e divulgação do espaço é feita principalmente por indicação “boca a boca”. O agricultor diz que gosta desse tipo de divulgação, pois mostra que clientes confiam no trabalho dele. Afirmava que não tinha interesse em ter muitos clientes, mas sim clientes fiéis que entendessem o espaço da horta. Um parcela importante das vendas da horta estavam sendo feitas por entrega. Nesse caso incluímos os bairros que estavam no raio de entrega do agricultor. O ponto fora da cidade de São Paulo era de um consumidor de terra e adubo, que morava na divisa São Paulo – Taboão da Serra, cidade pertencente a RMSP.

Mapa 9 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – Super Quadra Morumbi



Fonte: O Joio e o Trigo
Geosampa - PMSP -
Dados coletados pela pesquisado

Legenda

- | | |
|---|--|
| Divisa Territorial Município de São Paulo | Hortas Urbanas |
| Terra Indígena | Super Quadra Morumbi |
| Área da Represa | Consumidor 01 |
| Área de deslocamento (distância de 15 min a pé) | Consumidor 02 |
| Área de deslocamento (15 min de bike) | Consumidor 03 |
| Área de deslocamento (15 min de carro) | Consumidor 04 |
| Restaurantes, Mercados e Cesta de Alimentos | Horta Espaço Orgânico Super Quadra Morumbi |
| Estabelecimentos qu dão suporte a agricultura | |

Fonte: O Autor, 2023.

4.2.6 É hora da Horta

Terreno	Contrato de Comodato Enel – Linhão de Energia
Manejo	Ecológico sem certificação
Locais de venda	Cestas de alimentos, Feira na Horta, Eventos Ecológicos
Associação	-----

A horta

A horta está localizada, no bairro Casa Verde, no distrito Casa Verde, na Zona Norte da cidade. No distrito há um predomínio de setores censitários com vulnerabilidade muito baixa. A agricultora tem o direito de uso do terreno há dezessete anos. Ela comentou que passou os dois primeiros anos tirando lixo e entulho do terreno. Faz nove anos que começou a cultivar alimentos no espaço, e inicialmente usava o terreno como depósito para sua empresa de paisagismo; pela quantidade de entulho que havia no terreno, mantinha todas as plantas em vasos.

A horta e a produção sustentável

O terreno onde está a horta é de aproximadamente 1.600 m². O manejo realizado é o ecológico, sem uso de agrotóxicos e pesticidas químicos. A agricultora produz a maior parte dos insumos que utiliza na horta, porém não possui nenhum tipo de certificado. Ela afirma que é difícil obter o certificado pelas etapas exigidas e por estar longe de outros agricultores. A horta possui alguns pontos de captação de água de chuva e o plano da agricultora é fazer uma cisterna grande e reativar o viveiro para não precisar comprar as mudas para o cultivo, e poder assim parar de utilizar a água da Sabesp.

Produção limpa, eles gostam desse termo, né? E é tudo feito aqui: com as podas das árvores feitas aqui, o biofertilizante, o meu composto orgânico, é tudo feito aqui, eu não trago nada de fora (sic). (Agricultora É hora da Horta)

No terreno há muitos pés de frutas de diferentes tipos. O cultivo é majoritariamente de hortaliças e PANCs. Para suprir as necessidades dos consumidores a agricultora também adquire legumes e frutas de agricultores orgânicos locais.

A horta é fechada para público durante a semana, porém se pedirem para conhecer o espaço ela autoriza a entrada. Aos sábados, ela faz uma feira na horta para expor os produtos.

Além das hortaliças e dos legumes, vende temperos secos, processados orgânicos (alguns feitos com ingredientes da horta) e também produtos de limpeza sustentáveis.

Geléia eu faço, por exemplo, de jaboticaba, de amora. Licor eu faço com a lucianima que tem ali embaixo. Sal aromatizado. Eu procuro fazer o máximo que eu posso com o que eu tenho aqui. Mas esse macarrão (macarrão de massa seca com PANCs), que tenho e vendo é feito com farinha de banana verde e farinha integral e as PANC. |Eles [os cozinheiros] compram de mim. Para fazer esse macarrão PANC ele usa bastante oro-pro-nobis, taioba e beldroega. Eu planto as três, aí, eu vendo o macarrão e mais alguns produtos deles. Trago alguns produtos de fora, principalmente alguns legumes para a feirinha de sábado. (Agricultora É hora da horta)

O terreno da horta esta dividido em: área dos canteiros, onde estão os cultivos dos alimentos; um espaço destinado à recepção dos frequentadores e consumidores da horta; local onde são produzidos os abusos e insumos. A parte destinada ao uso coletivo tem um balanço para as crianças, uma varanda coberta onde há cadeiras, mesas e uma estante com livros. É um espaço agradável e receptivo, onde os frequentadores se sentem confortáveis.

Figura 7 – Fotografias da horta É Hora da Horta



1) Casinha da Horta; 2) Canteiros perto muro com os vizinhos; 3) PANCs ao fundo torre de energia; 4) Adubo.

A entrevista com os consumidores da horta foi realizada no sábado. Foram entrevistados quatro pessoas sendo: três mulheres e um homem, e todos possuíam ensino superior completo. Os entrevistados já eram clientes antigos da horta e frequentavam o espaço semanalmente ou quinzenalmente, e muitos possuíam uma relação de amizade com a agricultora e seu marido.

Para os entrevistados, o grande diferencial da horta é a venda de alimentos orgânicos. Todos moram perto da horta e a existência da horta facilita o consumo de alimentos *in natura* sem veneno. Outro ponto que torna a horta um espaço agradável para os entrevistados é o fato de ser um local diferenciado, que os retira do caos urbano e os conecta com a natureza. Ao serem questionados se o fato do alimento ser orgânico era importante, muitos confirmaram:

Desde a questão do agrotóxico, que é super relevante, até a questão do sabor, que é muito diferente. A gente sente até como eles ficam frescos por mais tempo. Tive uma cebolinha que chegou a ficar três semanas na geladeira. Mas, principalmente, pela relação com a natureza. De poder ver nascendo, crescendo, de tipo: 'oh tempo desse alimento é esse; a gente vai esperar pra colher'. Ai você acaba tendo esse tipo de percepção, e também a questão de dar dinheiro pra pequeno produtor, não dar tipo pra um 'Pão de Açúcar'. Dar meu dinheiro pra Rita, que eu sei quem é. (Consumidor 04)

Outro fator é a relação com o agricultor. Todos os entrevistados disseram que têm uma relação de proximidade com a agricultora, que gostam de ir a horta para comprar os produtos, mas também para conversar e tomar um café com a Rita e passar um tempo na horta.

Horta não é só local de compra de produtos, mas também um local de conexão com a natureza e de encontro com amigos que também frequentam o espaço.

A horta e a promoção da saúde

A horta é um ambiente alimentar que promove saúde, a partir do acesso aos alimentos (diversidade, qualidade, oferta de produtos e preço) e da construção de um ambiente (espaço físico) receptivo, no qual os consumidores frequentam sem pressa, indo com a agricultora colher os produtos que desejam.

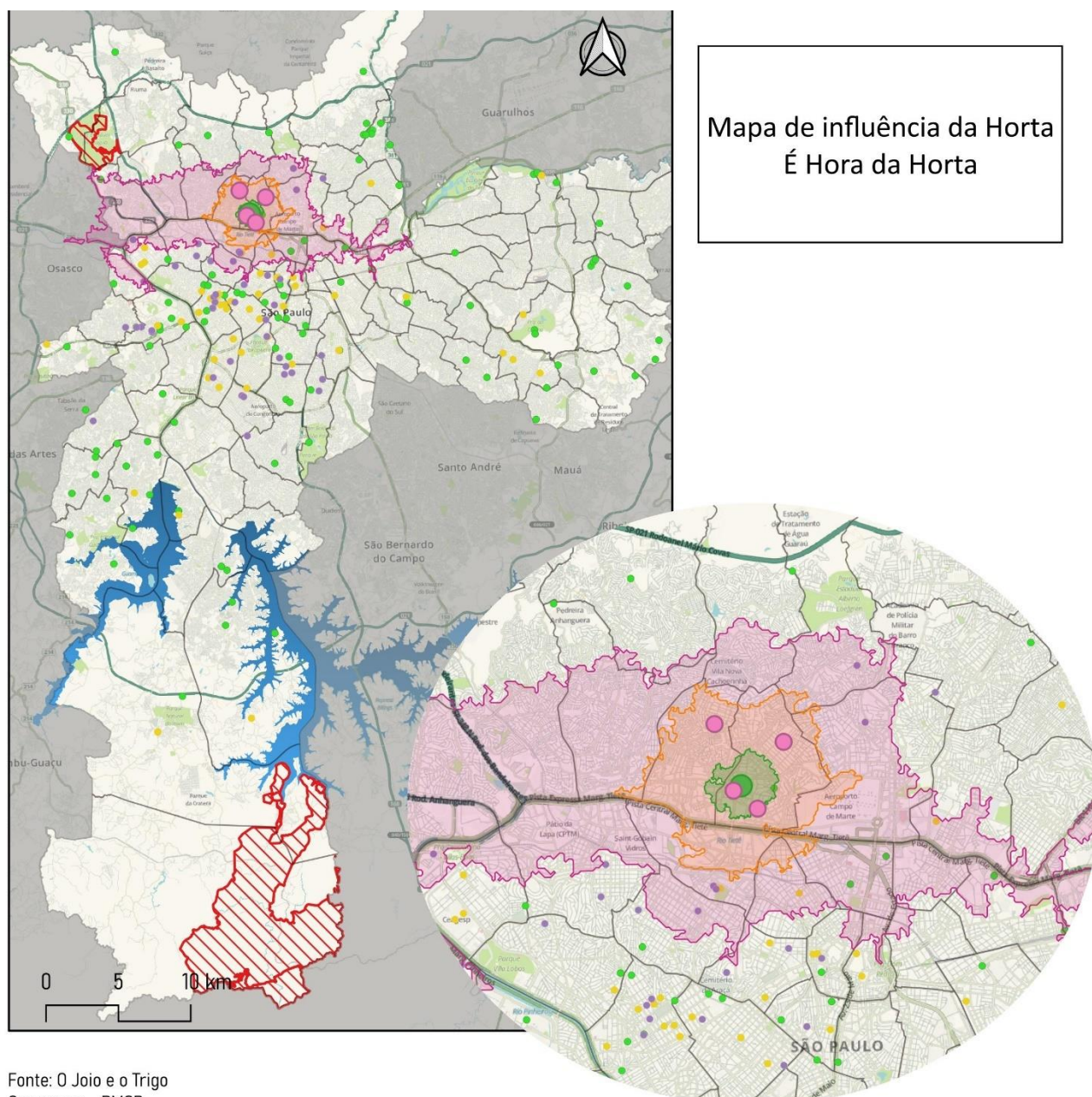
As habilidades individuais também são fortalecidas. A agricultora fez cursos de produção de alimentos orgânicos, adquirindo novos conhecimentos para fazer um manejo cada vez mais sustentável, e afirma que trabalhar na horta lhe deu mais saúde já que sofre com menos

estresse. Por fim, há uma forte troca de experiência entre a agricultora e os consumidores, que se arriscam a provar novos sabores com as PANCs.

Além do impacto social, existe também a transformação ambiental e paisagística, já que um terreno baldio, utilizado para descarte de lixos e entulhos, foi convertido em uma horta urbana que produz alimento para os moradores do bairro e permite a restauração da biodiversidade urbana de insetos e pássaros. O espaço também é local de encontros e troca de experiências, como a feira de troca de sementes que eles realizam no local.

O mapa de deslocamento mostra que a maior parte dos frequentadores da horta são do bairro e entorno. Dois entrevistados iam até a horta a pé e um deles de bicicleta. Dentro da área de deslocamento a pé e de bicicleta, não há nenhum outro estabelecimento que venda cultivos de produção ecológica. Os clientes da horta descobriram o espaço ao andar pelo bairro ou nas feiras temáticas de orgânicos.

Mapa 10 - Mapa de Deslocamento do Consumidor – É Hora da Horta



Fonte: O Joio e o Trigo
Geosampa - PMSP -
Dados coletados pela pesquisado

Legenda

- | | |
|---|-----------------|
| Divisa Territorial Município de São Paulo | Hortas Urbanas |
| Terra Indígena | É hora da Horta |
| Área da Represa | Consumidor 01 |
| Área de deslocamento (distância de 15 min a pé) | Consumidor 02 |
| Área de deslocamento (15 min de bike) | Consumidor 03 |
| Área de deslocamento (15 min de carro) | Consumidor 04 |
| Restaurantes, Mercados e Cesta de Alimentos | É hora da horta |
| Estabelecimentos qu dão suporte a agricultura | |

Fonte: O Autor, 2023

4.2.7 Urban Farm - Ipiranga²³

Terreno	Contrato de Comodato Enel – Linhão de Energia e Espaço próprio
Manejo	Certificação Ecocert
Locais de venda	Cestas de alimentos, Feira na Horta, Loja própria
Associação	Associação dos Agricultores da Zona Leste - AAZL

A horta

A horta Urban Farm Ipiranga fica no bairro Ipiranga no distrito Ipiranga na Zona Sul de São Paulo, em uma parte do distrito com uma área com baixa vulnerabilidade social. A horta está localizada no quintal de uma casa antiga desde 2018, e anteriormente a horta ficava em um espaço menor no mesmo bairro. Porém, com aumento da produção, tiveram que migrar de lugar. Atualmente também contam com um terreno cedido pela empresa de companhia de energia (Enel).

A horta e a produção sustentável

A horta está dividida em dois terrenos: um de 1.300m², que pertence a companhia de energia elétrica, e outro de 325m², que era um antigo quintal de uma residência. Eles têm uma produção mensal de 680 kg. No site da Urban Farm encontramos a informação de que eles optam por um manejo agroecológico com uso de técnicas que permitem terem uma alta produtividade com maximização dos usos dos recursos.

Além da produção de alimentos agroecológicos, o espaço conta com um projeto: o “Clube da Compostagem”. Trata-se de um clube onde os frequentadores da horta podem levar os resíduos domésticos (casca de fruta, bagaço de comida, vegetais etc.), os quais são submetidos ao processo de decomposição para virarem adubo e biofertilizantes, sendo então entregues para os participantes do projeto.

O foco da produção são as hortícolas e as PANCs, mas também cultivam legumes. No espaço há uma loja onde os agricultores vendem majoritariamente produtos orgânicos da agricultura familiar e aos sábados realizam uma feira no espaço com barraca de pães, comida

²³ Não foi possível entrevistar o agricultor responsável pela horta, todas as informações expostas aqui foram retiradas do site e mídias social oficiais da Urban Farm Ipiranga, além de anotações realizadas durante o trabalho de campo e depoimentos dos frequentadores da horta.

vegana, chás entre outros. Para terem mais diversidade de produtos disponíveis para os frequentadores da horta, compram alimentos dos agricultores da ZL e de demais produtores locais, fortalecendo a produção em outros pontos da cidade.

Para receberem bem os frequentadores do local há um espaço com cadeiras para que as pessoas possam sentar. Existe um parquinho para as crianças se distraírem enquanto os responsáveis fazem as compras. Os atendentes são sempre educados e solícitos, e fazem questão de suprir as demandas dos consumidores e quando não tem algum produto explicam que não está na época. A loja tem ampla variedade de produtos, com destaque para os in natura e os minimamente processados; há algumas opções de alimentos processados. Há prevalência de alimentos orgânicos e da agricultura familiar.

Figura 8 - Fotografia da Horta Urban Farm Ipiranga



1)Entrada da Horta; 2) Alimentos da loja da-horta; 3)Canteiros de hortaliças.

Fonte: O Autor, 2023.

A horta e os Consumidores

A feira de sábado recebe um alto fluxo de pessoas, de diferentes idades e gêneros. Das hortas visitadas é a que possui a maior pluralidade de consumidores. Realizamos entrevista com seis consumidores, todos com ensino superior e metade deles possuíam título de pós-graduação.

A Urban Farm Ipiranga tem uma loja de produtos orgânicos e realiza uma feira no espaço da hortas todos os sábados. Realizamos as entrevistas no sábado para conversamos com o público que frequenta a feira. Além dos produtos da horta, há também barracas de pães e alimentos veganos.

O acesso a alimentos orgânicos é o principal fator para que as pessoas consumam os alimentos da horta. A questão com a saúde e a busca por uma alimentação mais saudável apareceu na fala de todos os participantes, que se preocupam com as altas doses de agrotóxico usadas no cultivo de alimentos. Ao ser questionado por que consumia os produtos, um deles respondeu:

Porque é orgânico, é melhor para gente comer, né? O normal tem glifosato, tem tudo, né? Então quanto menos a gente comer melhor, né? Até porque você vai comer um industrializado, vai ter glifosato, então, na saladinha é melhor não ter. (Consumidor 18).

O segundo ponto é a preocupação ambiental. Alguns consumidores dizem que optam por comprar de pequenos produtores locais por conta do meio ambiente e da valorização do trabalho local, realizado no bairro:

Proximidade, qualidade, valorizar o trabalho que eles fazem aqui no bairro. Garantem uma diversidade que atrai mais pessoas; o restaurante, eles criam uma conexão [das pessoas com o espaço]. Há o papel educativo para os clientes, de sensibilizar, de explicar as coisas, que eu acho maravilhoso. Você também pode ser voluntário e vir ajudar. Quando eu venho com meus filhos eles não querem ir embora, eles querem brincar, colher, aprender. Não é igual ir na feira que a criança quer ir embora. Aí seu filho fica ali brincando, você consegue conversar, aprender a colher com eles. (Consumidor 20).

A horta e a Promoção da Saúde

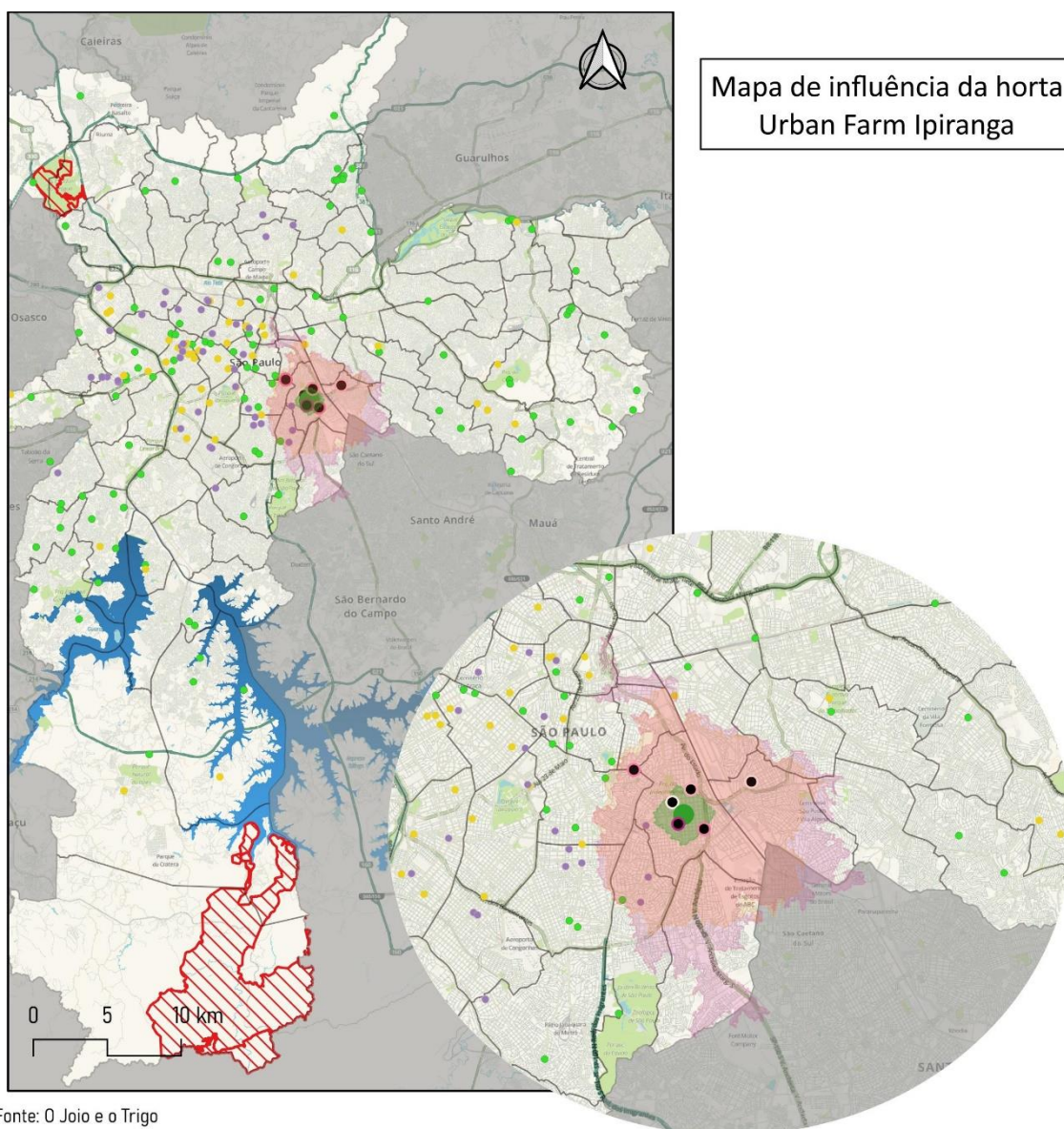
Além de promover saúde facilitando o acesso a alimentos saudáveis, há o fortalecimento do empoderamento comunitário através das ações educativas sobre resíduos,

como o projeto “Clube da Compostagem”, que contribui com a ciclagem de resíduos urbanos. No espaço também são realizados cursos e palestras sobre alimentação e produção saudável e sustentável.

Além disso, há uma troca de conhecimento entre os atendentes e os agricultores do espaço com os consumidores, explicando sobre a sazonalidade dos alimentos. Todos os consumidores pontuaram que entendem sobre sazonalidade e o tempo de produção dos alimentos, e por isso, não sentem falta de alimentos específicos; compreendem que estão fora de época. Por fim, o ambiente físico da horta é agradável e bem organizado. Há espaço para as crianças se entreterem, além de possibilitar que elas colham os próprios alimentos.

A baixo é possível observar o mapa de deslocamento dos consumidores até a horta. Dos seis entrevistados, quatro iam a pé até a horta. Ao serem questionados sobre como conheceram a horta, a maior parte afirmava que foi por indicação, mas principalmente através do instgram da subprefeitura do Ipiranga, o que pode explicar o alto índice de moradores do bairro que frequentam o espaço.

Mapa 11 - Mapa de influência da horta Urban Farm Ipiranga



Fonte: O Joio e o Trigo
Geosampa - PMSP -
Dados coletados pela pesquisado

Legenda

- | | | |
|--|---|-----------------------------|
| | Divisa Territorial Município de São Paulo | Urban Farm Ipiranga: |
| | Terra Indígena | ● Consumidor 01 |
| | Área da Represa | ● Consumidor 02 |
| | Área de deslocamento (distância de 15 min a pé) | ● Consumidor 03 |
| | Área de deslocamento (15 min de bike) | ● Consumidor 04 |
| | Área de deslocamento (15 min de carro) | ● Consumidor 05 |
| | Restaurantes, Mercados e Cesta de Alimentos | ● Consumidor 06 |
| | Estabelecimentos que dão suporte à agricultura | ● Sede Urban Farm Ipiranga |
| | Hortas Urbanas | |

Fonte: O Autor, 2023.

4.3 O AMBIENTE ALIMENTAR E AS HORTAS URBANAS

Como observado acima, as hortas urbanas são espaços de produção e venda de alimentos orgânicos. Com um espaço físico de acesso a alimentos ecológicos, as hortas urbanas podem ser investigadas como ambiente alimentar. Os pesquisadores do Alto Painel de Especialistas da ONU (HLPE 12) determinaram que ambiente alimentar é o ponto de contato do consumidor com o alimento, fazendo referência ao “contexto físico, econômico, político e sociocultural que intervêm na interação dos consumidores com o sistema alimentar” (HLPE 12, p. 11, 2018 – tradução livre). Ele é estruturado a partir da interação de quatro determinantes:

1. Espaços físicos onde os alimentos são adquiridos;
2. O entorno desses espaços, que atuam na possibilidade de as pessoas frequentarem esses lugares (características de acessibilidade e infraestrutura);
3. Os determinantes pessoais que influenciam nas escolhas alimentares (renda, educação, escolaridade, gostos pessoais);
4. As normas políticas, sociais e culturais que intermediam essas interações (HLPE 12, p. 32-34).

Dessa forma, o ambiente alimentar tem a capacidade de remodelar a maneira como as pessoas adquirem os alimentos, selecionam o que será consumido e como esse alimento será preparado para o consumo. Um ambiente alimentar saudável possibilita que as pessoas façam escolhas mais saudáveis e sustentáveis (HLPE 12, p.33).

A interação das pessoas com o ambiente alimentar é intermediado pelo acesso físico (existência de ponto de venda, organização dos alimentos dentro do espaço, acessibilidade dentro do estabelecimento, disponibilidade do alimento); pelo acesso econômico (renda, preço dos produtos); marketing, promoção e informação (propagandas de divulgação dos produtos, promoção dos produtos dentro das lojas, informações sobre os tipos de alimentos, rotulagem de alimentos); qualidade e segurança dos alimentos (aparência do produto, conservação e higienização dos alimentos).

Apesar das partes que compõem o ambiente alimentar estarem definidas, não há uma única forma de mensurar e conceituar um ambiente alimentar; esse processo estará atrelado ao foco de estudo do pesquisador. Garcia (2016) e Gonçalves *et al* (2020) em seus estudos citam alguns pesquisadores (Kraak *et al*, 2014; Caspi *et al*, 2012; Story *et al*, 2008) que conceituaram

o que é um ambiente alimentar, cada qual com um objetivo de análise diferente. Nesses estudos há dois autores em comum Swinburn *et al* (1999) e Glanz *et al* (2005). Swinburn e equipe buscaram conceituar o que seria um ambiente alimentar obesogênico e quais possíveis intermediações podem ser realizadas nesses espaços para torná-los mais saudáveis. Em sua análise, dividiu os ambientes em dois níveis (micro e macroambiente) que foram subdivididos em quatro categorias (físico, econômico, político e sociocultural). Já Glanz *et al* trazem uma análise ecológica. Eles dividiram os ambientes alimentares em quatro tipos: ambiente da comunidade, ambiente organizacional, ambiente do consumidor e ambiente da informação.

Neste estudo optamos pela conceituação feita por Glanz e colaboradores, já que o foco da equipe era olhar o ambiente alimentar pelas relações estabelecidas em diferentes níveis. Glanz *et al* (2005, pp. 330-331) propuseram um modelo conceitual para a análise do ambiente alimentar com base em um modelo ecológico de comportamento em saúde, integrando a temática da alimentação saudável com outras áreas de conhecimento, como saúde pública, planejamento urbano, comportamento do consumidor entre outros.

Para auxiliar no processo de análise do fenômeno, os pesquisadores dividiram o ambiente alimentar em quatro grandes categorias:

- Ambiente comunitário: investiga a distribuição das fontes de alimentos (os números, os tipos, a localização e a acessibilidade a esses estabelecimentos);
- Ambiente organizacional: foca em analisar os espaços que são fontes de alimentos para grupos específicos: universidades, hospitais, escolas, igrejas, ambiente de trabalho e até mesmo o espaço doméstico.
- Ambiente do consumidor: averigua dentro, ao redor e aspectos contextuais relacionados com os pontos de venda (qualidade nutricional e visual dos alimentos, preço dos produtos, diversidade de mercadorias, distribuição dos produtos na loja, informações nutricionais sobre os alimentos);
- Ambiente da informação: está associado a todo tipo de informação que é produzida e direcionada para o debate alimentar, desde propaganda e marketing, para atrair consumidores, até cartazes informativos. O ambiente da informação é influenciado por ações locais, regionais, nacionais e internacionais (Glanz *et al*, 2005).

Glanz e pesquisadores (2005) ainda destacam que os quatros ambientes são mediados por ações governamentais e políticas públicas, assim como por iniciativas de instituições

privadas que afetam a relação das pessoas com o ambiente alimentar. A maior parte dos estudos sobre ambiente alimentar se dedicam a investigar o ambiente alimentar comunitário. Em menor proporção há pesquisas voltadas para o ambiente alimentar do consumidor. O ambiente alimentar do consumidor é a instância perfeita para fazer intervenções de hábitos alimentares como: ofertar alimentos saudáveis a preços mais acessíveis, mudar estrategicamente a posição dos alimentos na loja dando destaque para os produtos saudáveis e diminuir a oferta de ultraprocessados (Borges *et al*, 2021).

O ambiente do consumidor é o espaço onde as pessoas adquirem alimentos e ao mesmo tempo são expostas a fatores que podem influenciar de forma positiva ou negativa as escolhas alimentares. Entre esses fatores estão a disponibilidade de alimentos, variedade, qualidade, preço, promoções, publicidade, localização dos alimentos nas prateleiras, organização do espaço físico e informações nutricionais (Borges *et al*, pág.02, 2021).

Optamos por analisar as hortas urbanas através do conceito de ambiente alimentar do consumidor por dois motivos centrais: o primeiro é que as hortas produtivas em São Paulo, além de serem pontos de cultivo também são espaços de venda dos produtos. Os agricultores organizam feiras semanais dentro das hortas, expondo os produtos que serão comercializados.

O segundo motivo é que as relações estabelecidas entre agricultores e os frequentadores da horta ocorrem primordialmente porque esses espaços são locais de venda de alimentos *in natura* e orgânicos, ou seja, a motivação principal para frequentar esses espaços é o consumo de alimentos saudáveis. Sendo assim, é possível categorizar as hortas urbanas como um ambiente alimentar do consumidor.

Para mais, o ambiente alimentar é local ideal para influenciar os hábitos dos indivíduos, é um espaço de intervenções e ações práticas que atingem diretamente os consumidores sendo um espaço para ações em prol da promoção da saúde. Entre os cinco campos de ação para se alcançar a Promoção da Saúde, temos o eixo ambiente que fala sobre construção de ambientes favoráveis à saúde, já que o ambiente é um dos determinantes de saúde.

Segundo Buss (2009) a criação de ambientes favoráveis à saúde aborda tanto a temática da preservação do ambiente natural, tratando de assuntos como: valorização da natureza, preservação de recursos naturais, degradação ambiental e o impacto na saúde, como investiga o ambiente construído e como esses espaços físicos afetam a qualidade de vida das pessoas. É nesse tópico que entra o ambiente alimentar, um espaço construído que faz a mediação entre o consumidor e o alimento, podendo suggestionar as pessoas a fazerem escolhas saudáveis ou não.

As hortas urbanas são locais de venda de alimentos majoritariamente saudáveis. Para averiguarmos se são um ambiente alimentar que promove saúde seguimos os passos realizados por Lopes *et al* (2017) em um estudo sobre ambiente alimentar e acesso a frutas e hortaliças (FH), na cidade de Belo Horizonte. As pesquisadoras analisaram tanto o ambiente alimentar comunitário como o ambiente alimentar do consumidor, investigando a existência de pontos comerciais e auditando os estabelecimentos de alimentos saudáveis. Um dos tipos de estabelecimentos auditados foram as feiras livres. Nesse caso, para fazer a avaliação, levaram em consideração a variedade de alimento à venda, a qualidade dos alimentos ofertados, número de barracas (diversidade), além da existência ou não de alimentos açucarados e ricos em gordura que competem diretamente com as FLV.

Seguimos os mesmos tópicos de análise (variedade, quantidade, qualidade e concorrência) para investigar os espaços da horta. Entendemos que se trata de um ambiente alimentar do consumidor de impacto positivo, por ser um local de venda de alimentos *in natura* aberto ao público que pode escolher os produtos e circular pelo espaço livremente nos dias de feira.

4.3.1 Variedade e quantidade de produtos

O foco das hortas urbanas é a produção de hortaliças, que são alimentos de ciclo curto sendo colhidos mais rapidamente. A principal hortaliça plantada nas hortas é o alface. Entretanto, a variedade de cultivos é grande, sendo possível encontrar rúcula, espinafre, couve, acelga, entre outros. Além das hortaliças, também são produzidos legumes como abobrinha, repolho, beterraba, cenoura, temperos e ervas medicinais e planta alimentícias não convencionais (PANCs), como: taioba, ora-pro-nóbis, major gomes, peixinho, capuchinha. O que os agricultores não produzem por falta de espaço eles adquirem de outros agricultores familiares da região, que cultivam através de manejo ecológico, para completar a disponibilidade de alimentos oferecidos nas feiras.

A quantidade colhida em cada horta é diferente e está associada ao tamanho do terreno, aos cultivos plantados e às condições climáticas. Os agricultores que não faziam um controle mais rigoroso da produção, como o Viveiro Escola Mulheres do GAU e o Espaço Orgânico – Super Quadra Morumbi, especulavam que a produção semanal era superior a 150 quilos, porém acreditamos que esse número seja maior, já que os demais agricultores com áreas menores

indicaram ter uma produção semanal mínima de 200 quilos. A horta mais produtiva era da dona Sebastiana que chega à colher 500 quilos de alimentos por semana.

Dentre as hortas visitadas, três delas vendiam alimentos minimamente processados, ou processados. A horta *Sabor da Vitória* e a horta *É hora da horta* complementavam os produtos disponíveis nas feiras com outros produtos orgânicos como chás secos, mel, massa de macarrão seco artesanal, farinha e produtos de higiene como sabonetes e desinfetantes ecológicos. A horta *Urban Ipiranga* possui uma loja no mesmo local onde ocorre a feira. A loja é voltada para venda de alimentos orgânicos, e em sua página na internet afirmam que dão privilégio para os produtos da agricultura familiar. São vendidos desde alimentos *in natura* até ultraprocessados orgânicos como maionese e molho barbecue, porém há poucos ultraprocessados se comparamos com a quantidade de alimentos processados.

Os agricultores se esforçam para ter uma variedade de produtos que contemplem as necessidades dos frequentadores das feiras. Quando não está disponível algum produto é porque não está no ponto para ser colhido ou não está na época de plantio, já que os agricultores tentam respeitar a sazonalidade de alguns cultivos.

4.3.2 Qualidade e concorrência

A qualidade dos produtos foi apontada como um dos fatores centrais para as pessoas voltarem a consumir os produtos das hortas. Durabilidade, sabor, textura e até o cheiro dos alimentos apareceram nas falas dos entrevistados. Para os consumidores, as hortas oferecem um alimento de alta qualidade a preços mais atrativos do que os praticados nos supermercados. Como vimos acima, os agricultores tentam cobrar um preço justo pelos alimentos cultivados para que a questão econômica não seja um obstáculo no acesso aos alimentos ecológicos. Apesar desses esforços, 13% dos consumidores entrevistados apontaram o preço como uma possível barreira na compra dos produtos, o que impede que elas consumam mais orgânicos, principalmente frutas.

Ainda que algumas hortas vendam produtos processados, não existe uma concorrência direta entre os alimentos saudáveis e *in natura* com os ultraprocessados, já que a presença desses alimentos é mínima. Além disso, nas feiras são expostos somente os alimentos frescos.

Concluimos que as hortas urbanas são ambientes alimentares saudáveis, que auxiliam na promoção da saúde nas suas localidades, sendo uma prática urbana de produção de alimentos que facilita e viabiliza que o acesso aos alimentos em suas diferentes formas seja garantido.

Na Conferência de Promoção da Saúde, ocorrida em Adelaide em 1988, a alimentação e nutrição entrou como uma das pautas fundamentais a serem atingidas para que a promoção da saúde fosse alcançada (Buss, 2009). Ou seja, para promover qualidade de vida é necessário que as pessoas tenham acesso a uma comida saudável, nutritiva e adequada. Como no ambiente urbano os alimentos, em sua maioria, são adquiridos através da compra (POF, 2018), é preciso fortalecer e valorizar os ambientes alimentares que já existem e que podem auxiliar de forma ativa nesse acesso.

4.3.3 Horta como ambiente alimentar que promove saúde

Como exposto as hortas urbanas têm um importante papel no acesso a alimentos orgânicos. Os consumidores procuram as hortas pelos seus produtos diferenciados que não são facilmente encontrados em outros mercados locais. Ao optarem por comprar os produtos das hortas urbanas os consumidores adquirem produtos saudáveis e sustentáveis.

O acesso a alimentos saudáveis é um eixo de ação para se alcançar a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional. A LOSAN coloca que o acesso deve ser universal e equitativo, sem qualquer tipo de discriminação. Esse preceito também está presente na Declaração de Adelaide (1988) que afirma que o acesso deve ser universal e em quantidade suficiente; esses alimentos devem ser de qualidade e a produção, a distribuição e o acesso devem respeitar as questões culturais de cada localidade.

Quando pensamos em universalidade, entendemos que todas as pessoas devem ter direito a uma alimentação digna. As hortas são espaços abertos e durante as atividades de campo percebemos que todas as pessoas eram bem-vindas a esses espaços. Outro ponto de destaque é que, indiferente da sua localização, as hortas urbanas geram impacto positivo nas comunidades onde estão inseridas. Ou seja, há uma demanda por alimentos saudáveis tanto em bairros com baixíssimo índice de vulnerabilidade social quanto nos bairros de média vulnerabilidade social, e as hortas auxiliam a suprir essa demanda.

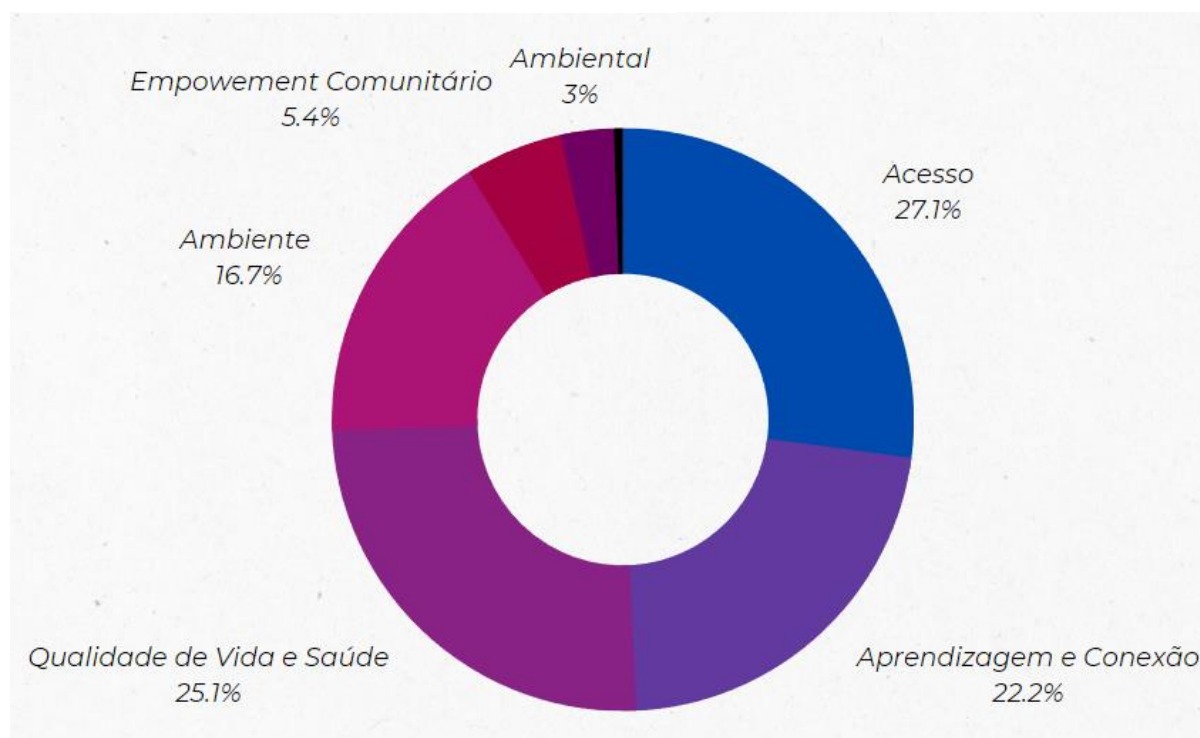
Para além do acesso aos alimentos, as hortas geram outros impactos positivos nas localidades onde estão inseridas. Isso está associado a características de multifuncionalidade

das hortas urbanas. Nas hortas visitadas investigamos, além da realização do acesso, se as hortas são espaços que promovem a saúde. Realizamos 23 entrevistas semi estruturadas, com consumidores das hortas, para descobrir se há um impacto na qualidade de vida das pessoas que frequentam esses espaços. Dentre os entrevistados 82% eram mulheres; 65% possuíam ensino superior completo, 43% dos consumidores recebiam de 2 a 5 salários mínimos e 90% compravam os produtos para si e para seus familiares.

Analisamos e codificamos as entrevistas em seis códigos chaves que mesclavam os conceitos fundamentais de promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional. Não fizemos um comparativo entre os consumidores das hortas pois, apesar das diferenças de construção das narrativas, o conteúdo dos discursos era muito similar, não apresentando diferenças expressivas. Por isso uma análise comparativa não agregaria valor à pesquisa.

Foram codificados 202 trechos; desses 55 faziam referência ao código acesso, 51 ao código qualidade de vida e saúde, 45 foram associados à conexão e aprendizagem, 34 ao ambiente, 11 eram relacionados ao *empowerment* comunitário e seis trechos ao código *empowerment* ambiental.

Quadro 9 - % trecho selecionados por código



Fonte: O Autor, 2023.

4.3.4 Ambientes favoráveis à saúde

O código acesso e o código ambiente fazem parte da categoria ambientes favoráveis à saúde. Como já enfatizamos no decorrer deste capítulo, as hortas urbanas são práticas estratégicas para que as pessoas adquiram e consumam alimentos *in natura* e ecológicos. Esse código apareceu na fala de todos os entrevistados, que pontuaram que as hortas facilitavam o acesso a alimentos orgânicos. Para outros, as hortas faziam diferença no consumo de hortaliças de forma geral.

Para mim foi assim, ter horta perto de casa me ajudou a comer melhor [passou a consumir mais verduras]. A proximidade é um facilitador (Consumidor 16).

[O alimento orgânico é diferente] no cheiro, no sabor, acho que passei a consumir mais verduras depois que passei a vir aqui. Compro mais verduras (Consumidor 23).

Esse código também faz referência à qualidade do alimento (textura, sabor, durabilidade). Como investigamos somente hortas urbanas que praticam manejo ecológico, que buscam seguir os princípios da agroecologia, sabíamos que os alimentos eram livres de contaminantes (pesticidas químicos).

– Qual a diferença dos produtos da horta?

Sabor, textura, durabilidade. Principalmente a cenoura e a beterraba, o sabor é muito diferente.(Consumidor 21).

Além de fortalecer o acesso a alimentos orgânicos, para valoramos se as hortas são um ambiente que favorece saúde foi preciso investigar o quanto aquele espaço afetava os consumidores. Para isso criamos o código ambiente, que apareceu 34 vezes. Para fazer a codificação desses trechos observamos como as pessoas se sentiam na horta, qual a relação delas com o ambiente, se elas se sentiam bem atendidas e bem recebidos naquele local.

O código foi citado, mesmo que somente uma vez, na fala de todos os consumidores entrevistados. Até mesmo na análise dos dados obtidos na Horta *Sabor da Vitória*, que vende os alimentos em um lojinha montada na casa da agricultora, apareceu uma codificação

relacionada com ambiente. O consumidor entrevistado se emocionou ao falar sobre conseguir se sentir mais perto da natureza, mesmo não frequentando o espaço da horta.

Eu me sinto bem mais próximo da terra aqui. Me sinto mesmo de verdade, me sinto até emocionado de falar isso. Por que ela é a produtora, ela traz uma outra experiência para a gente (Consumidor,05).

A possibilidade de conexão com a natureza e a percepção de estar fora da cidade foram os principais argumentos utilizados pelos consumidores.

Eu gosto de vir aqui por ser bonito, você vê as plantas, convive com a natureza, se eu tivesse quintal eu ia plantar também (Consumidor,11).

O apreço pelo ambiente da horta faz com que os consumidores indiquem o espaço e levem seus familiares para conhecê-lo:

Eu vim trazer o carro no chaveiro e achei a horta aqui do lado. Entrei e me apaixonei, eu adoro essas coisas. Hoje vim com a minha mãe, você sai energizada (Consumidor, 13).

Ademais, o ambiente da horta também é espaço de vivência, que pode ser usado como local de educação ambiental. Um dos consumidores disse que enxerga na horta um espaço onde as crianças que vivem na cidade podem se aproximar dos alimentos.

[A horta proporciona] muita experiência, a minha filha sempre pede: 'quero macarrãozinho da horta'. Às vezes, a gente leva coisas pra vó dela, e ela fala "olha, fui eu quem pegou". Ela nem gosta tanto de folhas verdes, mas como foi ela que pegou, ela acaba tendo outra relação com os alimentos. Ela consegue reconhecer as frutas, as folhas, ela fala: 'isso aí é uma manga, isso aí é um abacate'. Isso é muito rico, porque eu trabalho com crianças até o quinto ano, eu levo legumes para um trabalho de observação, elas não sabem o que é uma berinjela, não sabem o nome. (Consumidor 04)

O espaço da horta nesses casos ganham outros significados, indo além de um local de produção de alimentos, sendo um espaço que funciona em outro *tempo*, que permite aos usuários, mesmo que por pouco instantes, desfrutarem desse contato direto com a natureza.

4.3.5 Desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais

Subdivimos a categoria desenvolvimento de habilidades e atitudes pessoais em dois códigos, são eles: aprendizagem e conexão e qualidade de vida e saúde. Nessa categoria averiguamos se as hortas urbanas são espaços que estimulam novas habilidades relacionadas a alimentação nos frequentadores da horta.

Foram selecionados 45 trechos associados ao código aprendizagem e conexão. Nele observamos se as pessoas adquiriram novos conhecimentos e se laços sociais foram fomentados com a vivência na horta.

Uma das perguntas do questionário era se a pessoa sentia falta ou não encontrava certos alimentos na horta: 17% pontuaram que queriam mais diversidade de frutas e legumes e outros 83% afirmaram que não sentiam falta de nenhum produto. Nesse caso, justificavam a resposta falando sobre a sazonalidade e o ciclo dos alimentos. Afirmavam que comprar na horta os fazia perceber mais a época e o tempo de produção dos cultivos, por isso não sentiam falta de nenhum produto. Consumiam o que estava no tempo de colheita:

– Sente falta de algum produto?

Não, fruta é um pouco mais difícil mesmo. Mas eu acho que a gente tem que mudar um pouco a mentalidade de ter aquilo disponível naquele momento, sabe? Se não tem é porque não é a safra. A gente não está muito acostumado a respeitar a sazonalidade e no orgânico a gente tem que pensar muito nisso. Fruta principalmente é algo muito sazonal, né? (Consumidor, 20)

Para além da sazonalidade, alguns consumidores declararam experimentar novos produtos alimentícios, principalmente PANCs, e começaram a incluir esse tipo de alimento no menu semanal. Essa prática é incentivada pelo agricultores que exibem os produtos para os clientes e ensinam como incluir os ingredientes nas refeições, havendo um processo de troca e transmissão de conhecimento.

A gente percebe esse papel pedagógico. Eles vivem dando dicas de receitas. Hoje mesmo tinha uma moça conversando com eles contando que começou a usar uma PANC para fazer suco verde que tinha ficado muito bom (Consumidor, 23).

Além da aprendizagem e da troca, muitos frequentadores das hortas destacaram ter uma relação de proximidade e conexão com os agricultores, influenciando na confiança que eles têm nos produtos. Segundo os agricultores, nenhum cliente pede para que eles mostrem certificado de orgânicos e os que não possuem certificados nunca se sentiram coagidos a obtê-los por medo de perder os clientes.

– Porque você frequenta a horta?

Por ser orgânico e porque aqui a gente vê que é de verdade. No mercado a gente não consegue ter certeza, aqui a gente vê o pessoal colhendo. (Consumidor, 19)

O fato de conhecer o agricultor e acompanhar como ele cuida da horta, o manejo e o ciclo do alimento, cria um elo entre agricultor e consumidor que é sustentado na base da confiança.

O código Qualidade de Vida e Saúde focava em aspectos individuais que faziam as pessoas optarem por comprar nas hortas urbanas. Esse código foi o segundo mais presente nas entrevistas, sendo destacado 51 vezes.

Criamos uma nuvem de palavras com alguns motivos pelos quais os consumidores frequentavam as hortas, como: sustentabilidade, ambiente, saúde, entre outros. O principal motivo para as pessoas consumirem os alimentos das hortas é a preocupação com a saúde. A palavra orgânico apareceu 113 vezes nas falas dos consumidores. Também apareceram os termos saúde, saudável, agroecológico e agrotóxico para se referir a preocupação em consumir produtos de melhor qualidade.

A principal diferença [orgânico x convencional] é a qualidade. As coisas duram mais tempo, tem um sabor diferente. Então o principal diferencial é isso aí, o sabor, a textura também e o tempo de duração delas. Sem falar na ausência de produtos químicos, né, agrotóxicos (Consumidor, 06)

Por ser orgânico a qualidade dos alimentos, eu acho, né? A gente vê sobre os agrotóxicos, a gente escuta, tudo isso faz um peso, faz uma diferença. Eu como só orgânicos? Não, eu não como só orgânicos, mas eu dou preferência para. (Consumidor, 05)

Há um mercado para alimentos orgânicos e sem agrotóxicos; cada vez mais as pessoas se preocupam mais com a qualidade dos alimentos que consomem e as hortas são locais de acesso a esses produtos. Além disso, há o quesito confiança que torna esses lugares pontos seguros para adquirir tais produtos.

4.3.6 *Empowerment* comunitário

Na categoria *Empowerment* Comunitário investigamos se as ações dos consumidores eram individuais ou se havia uma pretensão coletiva de mudança social. Elaboramos dois códigos para essa análise: o *empowerment* comunitário, que foi destacado 11 vezes, e o *empowerment* ambiental, que foi sublinhado 06 vezes.

Destacamos que a existência da horta já é considerado um *empowerment* ambiental, já que há uma mudança paisagística, onde um terreno que estava vazio, normalmente sendo usado como depósito de lixo, se transforma em uma área verde, dentro de áreas urbanas pouco arborizadas, auxiliando no resgate da fauna local. Isso é um ganho coletivo, que atinge os frequentadores da horta, mas também os moradores do entorno.

Entre as falas dos consumidores esse foi o código menos utilizado. Houve algumas referências sobre problemas ambientais, excesso de usos dos agrotóxicos e também preocupação com as mudanças climáticas. Contudo essa preocupação só apareceu na fala de 3 entrevistados.

– Porque busca por alimentos agroecológicos?

O cultivo agroecológico é muito importante. A gente só desmata. Aqui na nossa cidade não tem praticamente área de mata nativa A Mata Atlântica foi dizimada. A Amazônia praticamente foi embora. O que puder preservar e reflorestar de fato é melhor. Algumas coisas me deixam incomodado. O pessoal falando de reflorestamento de floresta de eucalipto... isso não é reflorestamento. Então, acho que é esse o futuro se a gente quiser continuar vivendo como humanidade, se a gente não quiser sumir, morrer. A gente precisa ter menos monoculturas, a gente tá contaminando tudo com agrotóxico (Consumidor 18).

Já para o *empowerment* comunitário, selecionamos os trechos que exibiam o entendimento dos consumidores para relações e impactos da produção agrícola. Esse código apareceu mais vezes, associado principalmente à importância do papel do agricultor.

– Porque consome os produtos da horta?

Ah, o ambiente e qualidade dos produtos. Acho importante também a cadeia produtiva. Tô comprando e também contribuindo para o pequeno agricultor. Então, não é só meu lado, vejo também o impacto social. (sic) (Consumidor, 20)

Houve também algumas citações à consumo de agrotóxicos e à saúde de forma coletiva. A valorização do agricultor urbano, pois ele proporciona as pessoas a possibilidade de comerem melhor.

Não ter agrotóxicos é a grande diferença, né? Eu vejo a Larissa Bombardi²⁴, é uma coisa assustadora a quantidade de agrotóxicos, né? Eu sinto felicidade de comprar aqui, eu sinto que estou contribuindo tanto para nossa saúde, mas também para o coletivo, por isso eu faço questão de comprar orgânicos. (Consumidor, 05)

4.3.7 Políticas Públicas Saudáveis

A categoria Políticas Públicas foi dividida em dois códigos: percepção e acesso a políticas públicas e apoio técnico e fortalecimento, porém só houve uma delimitação textual utilizando esses códigos. Essa falta de menção há políticas mostra que as pessoas ainda separam o governo de ações em prol a uma alimentação saudável, ou pode ser algo vinculado a talvez as hortas serem vistas com um estabelecimento privado.

No questionário semi estruturado todos os entrevistados responderam que deveriam existir mais espaços destinados as hortas urbanas no município, e que isso facilitaria o acesso a alimentos orgânicos e deixaria o preço mais competitivo. Contudo, somente um consumidor pontuou que para isso acontecer, era necessário mais incentivo do governo.

²⁴ Larissa Bombardi é geografa, Professora Dra.^a no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em 2017 lançou o Atlas “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”. O atlas denunciava a questão do abuso do uso de agrotóxicos e as conexões com a U.E. Algum tempo após a divulgação do atlas, a pesquisadora começou a sofrer diversos tipos de ameaças, tendo que mudar do Brasil para manter a sua integridade e de sua família.

Tem que crescer [o número de hortas urbanas], o governo ou alguém deveria ajudar a ampliar né. Poderia incentivar mais, desse jeito mais pessoas iriam procurar e consumir [alimentos saudáveis]. A alimentação é o que traz saúde. (Consumidor 07)

O código apoio técnico e fortalecimento não foi mencionado por nenhum consumidor.

Entre os quatro campos de ações propostas na Carta de Ottawa que auxiliam na realização da promoção da saúde, foi possível averiguar que três delas são impulsionadas através da existência das hortas urbanas e do convívio e interação social que ocorrem nesses espaços.

A ação mais fortalecida através da existência das hortas urbanas é a criação de um ambiente promotor de saúde. O ambiente horta consegue ofertar alimentos saudáveis e de qualidade para os seus frequentadores, além de ser um espaço físico que possibilita a conexão das pessoas com a natureza. O planejamento urbano e o urbanismo das grandes cidades gera a necessidade da criação de áreas verdes, que são zona de escape da poluição e demais problemas urbanos. As áreas verdes são o ambiente natural no meio do adensamento espacial do ambiente construído (Szeremeta e Zannin, 2013).

Szeremeta e Zannin (2013) e Amato-Lourenço *et al* (2016) expõem como a falta de acesso a áreas verdes impacta negativamente na qualidade de vida dos moradores das cidades urbanas. As infraestruturas verdes são espaços verdes dentro das cidades que provêm benefícios, físicos, sociais e psicológicos para a população. As áreas verdes não são somente parques com grandes árvores. Essas áreas verdes podem ser praças, hortas comunitárias, jardins paisagísticos, entre outros. Szeremeta e Zannin (2013) ainda destacam que esse espaço verde tem que ser local atrativo para seus usuários que vão se sentir confortáveis naquele espaço e irão frequentar com mais assiduidade.

As hortas urbanas não só são áreas verdes em uma cidade altamente urbanizada, como também são espaços onde os frequentadores se sentem acolhidos.

Além disso, a existência da horta estimula e fortalece laços perdidos com o tempo, como a relação direta entre produtor e consumidor. Nesse fortalecimento de relações é que as hortas corroboram com a ação de Empoderamento Comunitário e Habilidades individuais.

As habilidades individuais são nutridas com a aquisição de novos conhecimentos adquiridos através da troca de conhecimento e informações com os agricultores e outros frequentadores da horta. Os consumidores passam a entender do ciclo dos alimentos e

respeitam as sazonalidades, entendem que não é possível consumir certos produtos durante o ano todo. Esse conhecimento vem através da observação dos canteiros das hortas e da escuta ativa das informações passadas pelo agricultores.

Essa troca de informações faz com que os consumidores se sintam mais próximos dos agricultores e demais frequentadores da horta, estabelecendo uma conexão que é fundamentada na base da confiança. Como vimos, alguns agricultores possuem selos de certificação e outros não, porém não há questionamento por meio dos consumidores se os produtos são realmente orgânicos ou não.

Trunninger (2013) e Buquera e Marquês (2022) expõem como as redes alternativas de alimentos (AFNs) estão dentro de um nicho chamado de confiança enraizada. Esse tipo de confiança surge através da proximidade entre agricultor e consumidor. Essa aproximação reduz a complexidade e insegurança do sistema alimentar e dá ao alimento um papel central. É a credibilidade dada ao agricultor, mais os aspectos sensoriais (sabor, textura, cheiro, cor), que comprovam a qualidade do produto e que retiram do consumidor a dúvida de que aquela pessoa estaria mentindo para ele. Como vimos anteriormente, as AFNs tem como base a confiança e o aprendizado como pressupostos que estimulam uma nova relação do consumidor com o alimento e com o agricultor, rompendo com a lógica do sistema agroalimentar dominante.

Por fim, a categoria *Empowerment* Comunitário também é nutrida mesmo que em menor escala pelo ambiente horta. Apesar de pouco citado, o *empowerment* ambiental está justamente na transformação paisagística do terreno. Amato Lourenço *et al* (2016) analisaram os índices de áreas verdes públicas por habitante no município de São Paulo e concluíram que somente cinco das trinta e duas subprefeituras seguiam o padrão estipulado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, de 15m² por habitante. Ou seja, há um déficit de áreas verde no município.

Através da análise de conteúdo foi possível averiguar que a existência das hortas urbanas auxilia na realização da promoção da saúde, e que os consumidores se tornam mais participativos, saudáveis e conectados com os processos de produção dos alimentos.

5 *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

No decorrer desse trabalho investigamos a agricultura urbana para além da sua capacidade produtiva e buscamos entender qual a sua função dentro do ecossistema urbano. Segundo estudos realizados por Smith (1996), Mougeot (2000), Van Veenhuizen *et al* (2007) e Coutinho e Costa (2011), a agricultura urbana não é uma cópia ou uma extensão da agricultura rural, mas sim uma prática única que está entrelaçada nas dinâmicas espaciais do território onde é exercida.

A partir dessa concepção buscamos responder às nossas perguntas de pesquisa que eram: A agricultura urbana garante o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis? Se for uma prática local a AU auxilia na realização da SAN e na Promoção da Saúde nas localidades onde estão inseridas?

Quando elaboramos a primeira pergunta de pesquisa ainda estávamos presas à concepção que a agricultura urbana é fundamentalmente produtora de alimentos, que mensuraríamos o acesso a partir da disponibilidade e capacidade produtiva. Essa concepção vinha de estudos como de Luc Mougeot (2000) que afirma que a AU é auxiliar à agricultura rural. Nessa etapa entendíamos que o objetivo central da agricultura urbana era a produção de alimentos.

Porém com o desenrolar da pesquisa nos demos conta que o objetivo central de se praticar a AU é cultivar algo, e o cultivar não está vinculado à produção e ao abastecimento municipal. Segundo o dicionário Priberam, a palavra cultivar vem do latim medieval *cultivo*. Como verbo possui os seguintes significados: preparar e cuidar da terra para que produza, aplicar-se ao desenvolvimento de algo e dedicar-se à alguma coisa. Também é utilizada com o significado de desenvolver-se e aperfeiçoar-se.

A agricultura urbana, a partir da concepção de cultivar, ganha novos significados. Ela pode auxiliar no desenvolvimento de uma cidade mais verde, aperfeiçoar a compreensão das pessoas sobre o ciclo de alimentos, pode ser a atividade à qual alguém vai se dedicar para se aliviar do estresse e ter contato com a natureza. Essa pluralidade de funções dentro do âmbito acadêmico e da pesquisa foi intitulado de multifuncionalidade.

A agricultura urbana sempre terá essa característica multifuncional e apresentará como função dominante a que estiver vinculada a alguma necessidade existente no território em que

está sendo praticada. Estudos que investigaram a multifuncionalidade da AU mostram como a função da agricultura muda de país para país. Nos países subdesenvolvidos as hortas urbanas são utilizadas como estratégia para auxiliar na realização da SAN. Nos países em desenvolvimento ela é utilizada tanto para serviços ecossistêmicos como para garantir acesso a alimentos saudáveis e nos países desenvolvidos há destaque para sua função social e terapêutica (Orsini *et al*, 2020; Corrêa *et al*, 2020; Curan e Marquês, 2021; Wadumestrige Dona *et al*, 2021 e Yuan *et al*, 2022).

Com essas concepções em mente, selecionamos o objeto de estudo que seria a agricultura urbana produtiva. Porém, o nosso objetivo era entender a AU com uma ferramenta que amplia o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis. Relacionamos o acesso a alimentos saudáveis com o sistema alimentar do município. Um sistema alimentar local para ser sustentável necessita estimular a sustentabilidade nas suas cadeias e garantir a realização SAN do seus cidadãos.

A primeira indagação neste processo de análise era se a AU é uma prática vinculada ao sistema alimentar. Para responder a este questionamento, investigamos o histórico do surgimento da AU no município, as políticas de incentivo à prática e a importância da hortas urbano no acesso aos alimentos.

Historicamente, as hortas urbanas surgiram como uma atividade incentivada pelo governo de Franco Montoro em 1983. Nessa época, o problema da fome, da má nutrição e o desemprego eram altos. Para tentar driblar esse problema o governo incentivou e facilitou a ocupação de espaços ociosos e surgiram, então, no município de São Paulo, as hortas urbanas comunitárias. Com o fim do governo Montoro o projeto foi encerrado, porém a ocupação de espaços ociosos para o cultivo de alimentos continuou existindo e resistindo, até que em 2001, durante o governo Marta Suplicy, foi criado a PROAURP (Programa de Agricultura Urbana e Periurbana), instituído pela lei nº 13.727. Institucionalmente houve a validação da AU como prática existente no território, mesmo que a parte de auxílio orçamentário até o momento não tenha sido concretizada.

Institucionalmente a agricultura existe e tem importância estratégica para o município, e de forma macro as hortas urbanas foram incluídas no último censo agropecuário de 2017, sendo averiguadas 550 unidades produtivas e hortas urbanas espalhadas pela zona rural e urbana em São Paulo.

Um questionamento posto sobre o pertencimento ou não da AU ao sistema alimentar é a crítica à sua capacidade produtiva. Acreditamos que essa não é a melhor maneira de validar tal pertencimento. Primeiro, que o sistema alimentar é composto de três etapas: cadeia de abastecimento, ambiente alimentar e comportamento dos consumidores. Quando destacamos somente a capacidade produtiva, estamos fazendo uma análise que está vinculado à cadeia de abastecimento. Segundo, que a agricultura urbana é complementar à agricultura rural, ou seja, ela preenche lacunas deixadas pela produção rural. Esta lacuna pode ser em diversidade de produtos, qualidade ou quantidade. Em terceiro, a função da agricultura rural é produzir alimentos, mas a agricultura urbana é multifuncional. Ao estudarmos esses sete pontos de hortas urbanas produtivas distribuídas pelo território, ficou nítido que AU no município é espaço de produção de alimentos, mas também é ambiente alimentar. A agricultura urbana produtiva necessita escoar seus produtos e isso é feito normalmente através da venda de alimentos no espaço das próprias hortas ou através da entrega de cestas de alimentos. Ou seja, nesse caso, o espaço das hortas urbanas tem dupla função: o de produzir alimentos e o de ser ponto de escoamento dos cultivos.

Dessa forma, a agricultura urbana produtiva praticada no município deve ser vista como uma prática pertencente ao sistema alimentar municipal, por conta da sua capilaridade territorial, por ser uma prática já legitimada pelo governo, por produzir alimentos in natura e, em muitos casos, ecológicos e ser parte do ambiente alimentar do consumidor.

Além de ser uma prática pertencente ao sistema alimentar, as hortas urbanas são fundamentais para fortalecer o sistema alimentar local sustentável. Segundo o IBGE, apenas 10% (55) das unidades produtivas do município fazem produção orgânica certificada, porém 412 das 550 unidades produtivas afirmam não utilizar agrotóxicos. Ou seja, há o predomínio de uma produção com aspectos mais ecológicos. Das sete hortas estudadas, cinco apresentavam algum tipo de certificação e duas desistiram de conseguir o certificado pela burocracia do processo.

Entre os agricultores entrevistados existia a dificuldade em conseguir se unir em rede para passar pelos processo de certificação participativa ou social, e as certificações auditáveis tem preço de custo muito alto, o que não era viável para os agricultores que vendiam alimentos orgânicos sem certificado.

As hortas urbanas ocupam essa lacuna pela procura por alimentos orgânicos que são restritos e normalmente apresentam valor comercial mais alto. Em um sistema alimentar

dominado por estabelecimentos privados de caráter misto, em que normalmente a maior porcentagem de alimentos disponíveis são os do tipo ultraprocessados, pontos de venda de alimentos saudáveis são fundamentais para que se cumpra a garantia do acesso a alimentos saudáveis e aos poucos se construa um sistema alimentar sustentável com base na produção local, com capilaridade territorial e produzido através de manejo ecológico.

Outro aspecto das hortas urbanas produtivas do município é justamente ela também ser parte do ambiente alimentar do consumidor. Os agricultores usam o espaço da horta para fazer feiras semanais e, ao abrir a horta para os consumidores, os agricultores dão outra funcionalidade para esses espaços que passam de locais de produção para ambiente de venda de alimentos. Para nós, é nessa transformação que está o maior diferencial das hortas urbanas.

Caracterizamos as hortas urbanas estudadas como pertencentes ao ambiente alimentar do consumidor. Na nossa visão os consumidores frequentam as hortas urbanas pois querem se alimentar de forma mais saudável comprando alimentos orgânicos. Ao buscar espaços que vendem alimentos orgânicos encontram as hortas urbanas e se deparam com um ambiente alimentar que propicia uma experiência diferenciada.

Ao optarem por consumir produtos advindos das hortas urbanas, os consumidores acabam incluindo na sua rotina de compras a circulação em um espaço que promove saúde. Entre as cinco ações da Carta de Ottawa para promoção da saúde, quatro delas são fortalecidas nos espaços das hortas urbanas, principalmente: a criação de ambientes saudáveis por meio da conexão com a natureza, o fortalecimento de vínculos de confiança e troca de conhecimento e experiência entre consumidores e agricultores. Foi possível perceber que os consumidores confiam nos agricultores e se sentem bem no ambiente da horta, a ponto de não questionarem sobre a existência de certificações. Para eles, frequentar as hortas e ver de perto o trabalho dos agricultores traz mais legitimidade do que a existência de um selo.

Essa relação de confiança e bem estar faz com que os consumidores percorram grandes distâncias para frequentar os espaços das hortas. Nos mapas de deslocamento foi possível perceber que quanto mais consolidada é uma horta, maior é a distância que o consumidor percorre para adquirir seus produtos naquele local. Isso é visível ao analisarmos a distância percorrida pelos frequentadores da horta da Dona Sebastiana, por exemplo. Nesta horta há presença de moradores dos bairros próximos, mas também de consumidores de distritos mais afastados que conheceram o espaço e se encantaram, e agora voltam para comprar as hortaliças

com a agricultora. Ademais, muitos deles afirmaram que frequentavam as hortas em época de pandemia pois se sentiam seguros naqueles espaços.

Percebemos que as hortas são mais que espaço de produção de alimentos, são lugares de conexão e troca que fortalecem a realização da promoção da saúde por propiciar um ambiente alimentar adequado e saudável.

Como a temática das hortas urbanas se tornou foco de interesse acadêmico há pouco tempo, no caminhar da pesquisa sentimos falta de estudos que busquem criar metodologias para mensurar o impacto das hortas urbanas nos ambientes metropolitanos. Como podemos observar, os estudos que avaliam o impacto da agricultura urbana no ambiente urbano focam no viés produtivista, porém o diferencial da AU é justamente ser multifuncional.

A busca por uma validação meramente produtivista diminui a importância das hortas urbanas, e faz com que o governo não incentive e valorize a prática como um elemento chave para o fortalecimento de um sistema alimentar urbano sustentável.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, N. M. Huertos urbanos en tres ciudades europeas: Londres, Berlín, Madrid. **Boletín CF+S. Sobre la (in)sostenibilidad en el urbanismo**, v. 47/48., 2009.

AMATO-LOURENÇO, L. F. et al. Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 113–130, abr. 2016.

AQUINO, A. M. DE.; ASSIS, R. L. DE. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 137–150, jan. 2007.

AZEVEDO, E. DE; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 715–729, set. 2011.

BANNOR, R. K. et al. Market participation of urban agriculture producers and its impact on poverty: Evidence from Ghana. **Sustainable Futures**, v. 4, p. 100099, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARTHEL, S.; ISENDAHL, C. Urban gardens, agriculture, and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities. **Ecological Economics**, v. 86, p. 224–234, fev. 2013.

BIAZOTI, A. R. et al. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 189–208, abr. 2021.

BIAZOTI, A. R.; SORRENTINO, M. Agricultura urbana no município de São Paulo: **on Agriculture and Food in an Urbanizing Society**. Porto Alegre: UFRGS/FAO, 2018.

BORGES, C. A. et al. Caracterização das barreiras e facilitadores para alimentação adequada e saudável no ambiente alimentar do consumidor. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. suppl 1, 2021.

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE PROJETO PROMOÇÃO DA SAÚDE. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>.

BUQUERA, R. B.; MARQUES, P. E. M. Relações de confiança envolvendo consumidores de alimentos orgânicos: um estudo de caso em Sorocaba/SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, 2022.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4411–4424, 25 out. 2021.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 163–177, 2000.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. -- Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. DE (ORGANIZADORES). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Parana: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **PRINCÍPIOS E PERSPECTIVAS DA AGROECOLOGIA**. [s.l.] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011. p. 46–86.

CARIAS, F. P. S. **Convencional, orgânico ou agroecológico: que produto é esse?** Dissertação (mestrado)—Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.: [s.n.].

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. **Histórico**. Disponível em: <<https://ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/historico/>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987.

CORRÊA, C. J. P. et al. SEEDING THE CITY: HISTORY AND CURRENT AFFAIRS OF URBAN AGRICULTURE. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e00751, 2020.

CORSI, A. et al. Multidisciplinary Approaches to Alternative Food Networks. In: CORSI, A. et al. (Eds.). **Alternative Food Networks**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

COSTA, A. A. V. M. R. Agricultura sustentável I: Conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 02, maio 2010.

COSTA, C. A.; BÓGUS, C. M. Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 103–114, mar. 2012.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 81–97, 2011. DOI: 10.35699/2237-549X.13322. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322>. Acesso em: 7 maio. 2023.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209–224, abr. 2021.

DAROLT, M. R. et al. Alternative food networks and new producer-consumer relations in france and in brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 01–22, abr. 2016.

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. 2013. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

FAO. **Sustainable food systems Concept and framework WHAT IS A SUSTAINABLE FOOD SYSTEM? WHY TAKE A FOOD SYSTEMS APPROACH? CHANGING FOOD SYSTEMS**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>>.

FERRAZ, S. T. Promoção da saúde: viagem entre dois paradigmas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 2, p. 49 a 60, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7700>. Acesso em: 7 maio. 2023.

GARCIA, Mariana Tarricone. **Hortas urbanas e a construção de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável**. 2016. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-31082016-145506/>>.

GLANZ, K. et al. Healthy Nutrition Environments: Concepts and Measures. **American Journal of Health Promotion**, v. 19, n. 5, p. 330–333, maio 2005.

GONÇALVES, M. R.; ELIAS, F. T. S.; SILVA, E. T. DA. Ambiente Alimentar: entendendo o conceito e as perspectivas de aplicação no Brasil. **The Journal of the Food and Culture of the Americas**, v. 2, n. 1, p. 44–59, 25 jun. 2020.

GREGORY, M. M.; LESLIE, T. W.; DRINKWATER, L. E. Agroecological and social characteristics of New York city community gardens: contributions to urban food security, ecosystem services, and environmental education. **Urban Ecosystems**, v. 19, n. 2, p. 763–794, 8 dez. 2015.

HAMILTON, A. J. et al. Give peas a chance? Urban agriculture in developing countries. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 34, n. 1, p. 45–73, 4 jun. 2013.

HLPE 12 (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS A REPORT BY THE HIGH-LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION AND FOOD SYSTEMS). **Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>>.

HLPE 14 (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION OF THE COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY). **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. Rome: FAO, 2019. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>>.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Mais perto do que se imagina: os desafios da produção de alimentos na metrópole de São Paulo**. São Paulo: Instituto Escolhas, Urbem e Porticus, nov. 2020.

JAYO, M.; DE LIMA CALDAS, E. Discursos de agricultura urbana em São Paulo: formação, profusão e captura. **Revista interdisciplinária sobre la cultura de la ciutat**, v. 6, n. 12, p. 157–176, 2019.

KASINSKI, D. **Desertos alimentares no município de São Paulo**. Dissertação—Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo: [s.n.].

KIRBY, C. K. et al. Differences in motivations and social impacts across urban agriculture types: Case studies in Europe and the US. **Landscape and Urban Planning**, v. 212, p. 104110, ago. 2021.

KRISHNAN, S. et al. Sustainable Urban Agriculture: A Growing Solution to Urban Food Deserts. **Sustainable Development and Biodiversity**, p. 325–340, 2016.

LOPES, A. C. S.; MENEZES, M. C. DE; ARAÚJO, M. L. DE. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: “Uma metrópole em perspectiva”. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 764–773, set. 2017.

LOVELL, S. T. Multifunctional Urban Agriculture for Sustainable Land Use Planning in the United States. **Sustainability**, v. 2, n. 8, p. 2499–2522, 4 ago. 2010.

MACHADO, Leticia. **As dinâmicas da prática da agricultura urbana no extremo leste do município de São Paulo: Um estudo de caso sobre a região de São Mateus**. 2017. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 2017.

MALUF, Renato S. **Caderno Segurança Alimentar**. (CPDA/UFRRJ, Brasil). Francisco Menezes (IBASE, Brasil). Susana Bleil Marques (Partes 12-13); 2015

MALUF, Renato S. Diretrizes e componentes de uma política nacional de abastecimento alimentar e questões de implementação. R. Janeiro, **UFRRJ/CPDA/OPPA**, 2015, 13 p. (Texto de Conjuntura, 8).

MARQUÊS, M. AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: PONTOS PARA REFLEXÃO. **Revista de Política Agrícola**, v. X, n. 01, p. 44–51, 2001.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008. DOI: 10.5216/ag.v2i2.4710. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710>. Acesso em: 7 mar. 2023.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo; Brasília: Ed. Unesp, 2009.

MCDUGALL, R.; RADER, R.; KRISTIANSEN, P. Urban agriculture could provide 15% of food supply to Sydney, Australia, under expanded land use scenarios. **Land Use Policy**, v. 94, p. 104554, maio 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

MOREIRA, Roberto José (2000). “Críticas ambientalistas à Revolução verde”. **Estudos sociedade e agricultura**, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 39-52.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **Revista de Agricultura Urbana**.2000.

MOUGEOT, L. J. A. **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture**. Ottawa, Canada; IDRC. 2005.

MS - Ministério da Saúde. Promoção da saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, DF: MS; 1996.

NAKAMURA, A. C.; RANIERI, G. R. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 138

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Sousa de. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 34-38, Oct. 2010. Available from:
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400012&lng=en&nrm=iso>.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BÓGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44–57, dez. 2004.

ORSINI, F. et al. Features and Functions of Multifunctional Urban Agriculture in the Global North: A Review. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, 16 nov. 2020.

ORSINI, F. et al. Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 33, n. 4, p. 695–720, 9 maio 2013.

ORTEGA, G. Agroecología vs. Agricultura Convencional. **Base Investigaciones Sociales**, v. 128b, p. 3–24, 2009.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial Contradições e Desafios**. Curitiba: Editora Crv, 2017. 209 p.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. XXIII, p. 161–190, 2017.

PMSP - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO | (ED.). **49 - Produção e disponibilidade de alimentos no Município de São Paulo**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=314469>. Acesso em: 8 maio. 2023.

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares Perfil das despesas no Brasil Indicadores selecionados De alimentação, transporte, lazer e inclusão financeira. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101844.pdf>>.

PREFEITURA DE SÃO PAULO (GESTÃO URBANA). **São Paulo vence Prêmio Mayors Challenge 2016, da Bloomberg Philanthropies**. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sao-paulo-vence-premio-mayors-challenge-2016-da-bloomberg-philanthropies/>>.

QUIVY, R.; CAMPENDHOUT, L. A pergunta de partida. In: _____. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Gradiva: Lisboa, 1998. p. 31-46.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 281

RIBEIRO, S. M. et al. Agricultura Urbana Agroecológica - Estratégia De Promoção Da Saúde E Segurança Alimentar E Nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 25, n. 3, p. 381–388, 2012.

RIGON, S. DO A.; BÓGUS, C. M. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: **oberania Alimentar**

(SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Universidade Federal Do Paraná, Ufpr, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2.ed., 1.reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo**. 2.ed, 1.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO. **A Batalha da Alimentação no Governo Montoro**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1987. p. 204

SCHUCH LEMOS VENZKE, T. EXPERIÊNCIA DE AGROECOLOGIA EM HORTA URBANA: **associação brasileira de agroecologia**, v. 15, n. 1, 2020.

SEADE (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS). **Índice paulista de vulnerabilidade social**. [s.l.] Governo do Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>.

SELLIN, Victor Bueno. **Uma análise dos fatores que interferem no crescimento da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

SWINBURN B, EGGER G, RAZA F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive medicine**. 1999;29(6):563-70.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 29, p. 177-193, dez. 2013. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>>. Acesso em: 08 maio 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUNINGER, M. (2013). As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao “teste da minhoca”. **Ambiente & Sociedade**, 16(2), 81-102.

uma proposta de caracterização. **Conference Proceedings: Third International Conference**

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME . Urban Agriculture Yesterday and Today. In: **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: United Nations Pubns, 2001.

VAN VEENHUIZENR.; DANSO, G. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Rome: Food And Agriculture Organization Of The United Nations, 2007.

VELTEN, S. et al. What Is Sustainable Agriculture? A Systematic Review. **Sustainability**, v. 7, n. 6, p. 7833–7865, 18 jun. 2015.

WADUMESTRIGE DONA, C. G.; MOHAN, G.; FUKUSHI, K. Promoting Urban Agriculture and Its Opportunities and Challenges—A Global Review. **Sustainability**, v. 13, n. 17, p. 9609, 26 ago. 2021.

WESTPHAL, M. F. MÚLTIPLOS ATORES DA PROMOÇÃO DA SAÚDE. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/115>. Acesso em: 7 maio. 2023.

WILLETT, W. et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447–492, 16 jan. 2019.

YUAN, G. N. et al. A review on urban agriculture: technology, socio-economy, and policy. **Heliyon**, v. 8, n. 11, p. e11583, 1 nov. 2022.

ZAAR, M.-H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, v. XVI, n. 944, 2011.

ZEZZA, A.; TASCIOTTI, L. Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. **Food Policy**, v. 35, n. 4, p. 265–273, ago. 2010.

ZOCCHIO, G. **Em pântanos alimentares, ultraprocessados “alagam” bairros ricos de SP**. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/pantanos-alimentares-sp/>. Acesso em: 8 maio. 2023.

ZOCCHIO, G. **Em São Paulo, mais dinheiro não é sinônimo de mais comida saudável.** Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/em-sao-paulo-mais-dinheiro-nao-e-sinonimo-de-mais-comida-saudavel/>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

ZOCCHIO, G. **Oferta mista de alimentos é a maior em São Paulo e favorece os ultraprocessados.** Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/ambiente-alimentar-sp-mistos/>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

ZOCCHIO, G.; HIROTA, R. **São Paulo: entre a abundância e a escassez no acesso à alimentação.** Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/06/sao-paulo-ambiente-alimentar/>>.

ZUCCA, M. L. P.; CALIL, R. M.; CALIL, E. M. B. Comparação entre feiras livres em Londres e em São Paulo. **Atas de Saúde Ambiental - ASA**, v. 4, n. 1, 2016.

7 ANEXOS



Cláudia Maria Bógus


Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2777821546207314>

ID Lattes: **2777821546207314**

Última atualização do currículo em 09/08/2023

Cláudia Maria Bógus possui graduação em Pedagogia (1987) pela Faculdade de Educação da USP, Especialização em Saúde Pública (1988), Mestrado (1992) e Doutorado (1997) em Saúde Pública e Livre-Docência (2009) em Promoção da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Participou do Programa de Formação em Saúde Internacional da Organização Pan-Americana de Saúde em WDC (EUA) em 2001. É docente da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2004 e credenciada como orientadora de Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2005 e junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade desde 2013. É membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Atua na área de saúde coletiva e saúde pública com ênfase em promoção da saúde, educação em saúde, participação social em saúde e políticas públicas em saúde. **(Texto informado pelo autor)**



Identificação

Nome	Cláudia Maria Bógus
Nome em citações bibliográficas	BÓGUS CM;BÓGUS C;BÓGUS, CLÁUDIA MARIA;Bógus, Cláudia Maria;BÓGUS, CLÁUDIA;BÓGUS, CLÁUDIA M;BÓGUS, CLÁUDIA M.;BOGUS, CLAUDIA MARIA;BÓGUS, CLAUDIA MARIA
Lattes ID	 http://lattes.cnpq.br/2777821546207314

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira Cesar 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617955 Fax: (11) 30833501 URL da Homepage: http://www.usp.br/fsp
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1993 - 1997	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: A formação política e o fortalecimento da participação popular em saúde: o caso dos cursos de formação política de conselheiros de saúde da zona leste de São Paulo, Ano de obtenção: 1997. Orientador:  Marcia Faria Westphal. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: conselhos de saúde; participação social; processo educativo. Grande área: Ciências da Saúde Setores de atividade: Saúde e Serviços Sociais.
1989 - 1992	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Reforma sanitária e a Educação Continuada: a importância do investimento nos recursos humanos locais de saúde, Ano de Obtenção: 1992. Orientador:  Marcia Faria Westphal. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: educação em saúde; participação social; processo educativo.



Letícia Machado

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6108900777083110>

ID Lattes: **6108900777083110**

Última atualização do currículo em 01/02/2021

Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo -USP- (2017). Participou como bolsista de iniciação científica entre os anos de 2012 a 2014 do projeto de pesquisa: Geografia e Gênero: as novas e velhas dinâmicas no campo brasileiro com ênfase na expansão da cana de açúcar no século XXI, sob orientação da professora Titular Rosa Ester Rossini. Atualmente realiza uma pesquisa vinculada a Faculdade de Saúde Pública, estudando a prática da agricultura urbana como um ferramenta para a realização da SAN. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Letícia Machado
Nome em citações bibliográficas	MACHADO, L.; MACHADO, LETÍCIA
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/6108900777083110

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2019	Mestrado em andamento em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Acessibilidade e o Direito Humano à Alimentação Adequada: O caso da Agricultura Urbana na zona leste do município de São Paulo. Orientador: Claudia Maria Bogus. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Agricultura Urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; Abastecimento Alimentar.
2012 - 2017	Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: As dinâmicas da prática da agricultura urbana no extremo leste do município de São Paulo: Um estudo de caso sobre a região de São Mateus. Orientador: Valéria de Marcos.

Formação Complementar

2021	Técnicas de Análise Espacial Aplicadas à Vigilância em Saúde na Atenção Bás. (Carga horária: 60h). Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil.
2018	Agricultura Familiar em ALC: Sector clave para la seguridad alimentaria. (Carga horária: 30h). Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO, Chile.
2020 - 2020	Mapas e combate à Pandemia. (Carga horária: 4h). Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.
2020 - 2020	Introdução ao software Epicollect5. (Carga horária: 3h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
2020 - 2020	Animação de Dados em Mapas. (Carga horária: 10h). Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo, IAB, Brasil.
2020 - 2020	Instrumentos de avaliação de consumo alimentar: aplicação do questionário. (Carga horária: 2h). Faculdade de Saúde Pública, FSP-USP, Brasil.
2018 - 2018	Programação em R. (Carga horária: 20h). Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, Brasil.

Código	distrito	Regiões
1	Água Rasa	Leste
2	Alto de Pinheiros	Oeste
3	Anhanguera	Norte
4	Aricanduva	Leste
5	Artur Alvim	Leste
6	Barra Funda	Oeste
7	Bela Vista	Centro
8	Belém	Leste
9	Bom Retiro	Centro
10	Brás	Leste
11	Brasilândia	Norte
12	Butantã	Oeste
13	Cachoeirinha	Norte
14	Cambuci	Centro
15	Campo Belo	Sul
16	Campo Grande	Sul
17	Campo Limpo	Sul
18	Cangaíba	Leste
19	Capão Redondo	Sul
20	Carrão	Leste
21	Casa Verde	Norte
22	Cidade Ademar	Sul
23	Cidade Dutra	Sul
24	Cidade Lider	Leste
25	Cidade Tiradentes	Leste
26	Consolação	Centro
27	Cursino	Sul
28	Ermelino Matarazzo	Leste
29	Freguesia do Ó	Norte
30	Grajaú	Sul
31	Guaianases	Leste
32	Moema	Sul
33	Iguatemi	Leste
34	Ipiranga	Sul
35	Itaim Bibi	Oeste
36	Itaim Paulista	Leste
37	Itaquera	Leste
38	Jabaquara	Sul
39	Jaçanã	Norte
40	Jaguara	Oeste
41	Jaguaré	Oeste
42	Jaraguá	Norte
43	Jardim Ângela	Sul
44	Jardim Helena	Leste

45	Jardim Paulista	Oeste
46	Jardim São Luís	Sul
47	José Bonifácio	Leste
48	Lapa	Oeste
49	Liberdade	Centro
50	Limão	Norte
51	Mandaqui	Norte
52	Marsilac	Sul
53	Mooca	Leste
54	Morumbi	Oeste
55	Parelheiros	Sul
56	Pari	Leste
57	Parque do Carmo	Leste
58	Pedreira	Sul
59	Penha	Leste
60	Perdizes	Oeste
61	Perus	Norte
62	Pinheiros	Oeste
63	Pirituba	Norte
64	Ponte Rasa	Leste
65	Raposo Tavares	Oeste
66	República	Centro
67	Rio Pequeno	Oeste
68	Sacomã	Sul
69	Santa Cecília	Centro
70	Santana	Norte
71	Santo Amaro	Sul
72	São Lucas	Leste
73	São Mateus	Leste
74	São Miguel	Leste
75	São Rafael	Leste
76	Sapopemba	Leste
77	Saúde	Sul
78	Sé	Centro
79	Socorro	Sul
80	Tatuapé	Leste
81	Tremembé	Norte
82	Tucuruvi	Norte
83	Vila Andrade	Sul
84	Vila Curuçá	Leste
85	Vila Formosa	Leste
86	Vila Guilherme	Norte
87	Vila Jacuí	Leste
88	Vila Leopoldina	Oeste
89	Vila Maria	Norte
90	Vila Mariana	Sul

91	Vila Matilde	Leste
92	Vila Medeiros	Norte
93	Vila Prudente	Leste
94	Vila Sônia	Oeste
95	São Domingos	Norte
96	Lajeado	Leste

Consumidor	Horta	Gênero	Responsável pela aquisição de alimentos	Frequência das Compras	E escolaridade	Como vai até a horta
Consumidor 01	É hora da Horta	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	Bicicleta
Consumidor 02	É hora da Horta	Feminino	Sim	Mensalmente	Ensino Superior	A pé
Consumidor 03	É hora da Horta	Masculino	Não	Mensalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 04	É hora da Horta	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	A pé
Consumidor 05	Sabor da Vitória	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 06	Sabor da Vitória	Masculino	Responsável pela compra de frutas, legumes e verduras	Semanalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 07	Sabor da Vitória	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Médio	Transporte público
Consumidor 08	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Fundamental Incompleto	Transporte público
Consumidor 09	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	2 vezes por semana	Ensino Fundamental Incompleto	A pé
Consumidor 10	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	Quinzenalmente	Ensino Médio Incompleto	De carro
Consumidor 11	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	2 vezes por semana	Ensino Médio Incompleto	A pé
Consumidor 12	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 13	Dona Sebastiana	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 14	Super Quadra - Morumbi	Masculino	Sim	Menos de 1 vez por mês	Ensino Superior	De carro
Consumidor 15	Super Quadra - Morumbi	Feminino	Sim	Uma vez por mês	Ensino Superior	De carro
Consumidor 16	Super Quadra - Morumbi	Feminino	Sim	Quinzenalmente	Ensino Superior	A pé
Consumidor 17	Super Quadra - Morumbi	Feminino	Responsável pela compra de frutas, legumes e verduras	Menos de uma vez por mês	Ensino Superior	De carro
Consumidor 18	Urban Farm - Ipiranga	Masculino	Sim	Primeira vez que compra na horta	Ensino Superior	A pé
Consumidor 19	Urban Farm - Ipiranga	Feminino	Sim	Semanalmente	Ensino Superior	De carro
Consumidor 20	Urban Farm - Ipiranga	Feminino	Sim	Semanalmente	Pós Graduação	A pé
Consumidor 21	Urban Farm - Ipiranga	Feminino	Responsável pela compra de frutas, legumes e verduras	Quinzenalmente	Ensino Superior	A pé
Consumidor 22	Urban Farm - Ipiranga	Feminino	Sim	Quinzenalmente	Pós Graduação	Transporte Público
Consumidor 23	Urban Farm - Ipiranga	Feminino	Responsável pela compra de frutas, legumes e verduras	Mensalmente	Pós Graduação	A pé

